



**INFORMAÇÕES ADICIONAIS SOBRE A
ASSEMBLEIA GERAL ORDINÁRIA E EXTRAORDINÁRIA
DE 25 DE ABRIL DE 2014**



Horário: 12h00

Local: Auditório da sede social, Av. Paulista, 1938, 5º andar, Bela Vista, em São Paulo (SP)

ÍNDICE

1. Mensagem do Presidente do Conselho de Administração	3
2. Comentários dos Diretores	4
3. Informações sobre a Assembleia Geral Ordinária e Extraordinária	5
4. Edital de Convocação	6
5. Assembleia Geral Ordinária	7
a) Balanços Patrimoniais, demais Demonstrações Financeiras e Notas Explicativas relativos ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2013	7
b) Homologar a absorção parcial do prejuízo do exercício por reservas de lucros e legal	7
c) Fixação do número de membros e eleição dos membros efetivos e suplentes do Conselho de Administração	7
d) Fixação da verba destinada à renumeração dos integrantes do Conselho de Administração e da Diretoria	7
6. Assembleia Geral Extraordinária.....	8
I) Cancelamento de Ações e Redução do Capital Social	8
II) Alteração Estatutária	8
ANEXO I - Modelo de Procuração.....	10
ANEXO II – Item 10 do Anexo 24 da Instrução CVM 480.....	12
ANEXO III - Itens 12.6 a 12.10 do Anexo 24 da Instrução CVM 480.....	40
ANEXO IV - Item 13 do Anexo 24 da Instrução CVM 480	51
ANEXO V – Anexo 16 da Instrução CVM 481	61
ANEXO VI – Estatuto Social Consolidado com alteração proposta	62

1. Mensagem do Presidente do Conselho de Administração

São Paulo, 25 de março de 2014.

Prezado Acionista,

Nos últimos anos, o mercado de atuação da ITAUTEC vem sendo impactado por uma série de fatores que levaram a uma queda expressiva na competitividade da Companhia, incluindo aspectos macroeconômicos, comerciais e concorrenciais potencializados com a entrada de novos “*players*” com escalas de produção globais.

As diversas iniciativas implementadas pela ITAUTEC para a readequação a esse competitivo mercado de atuação não foram suficientes para reverter o prejuízo operacional, registrado ao longo dos últimos dois anos.

Com a baixa perspectiva de geração de valor futuro aos Acionistas, a ITAUTEC iniciou, em 2013, a implementação de seu processo de reposicionamento estratégico no mercado de TI, que culminou em parceria estratégica com a Oki Electric, nos segmentos de Automações e Serviços, e à desativação paulatina do segmento de Computação, sem qualquer prejuízo ao cumprimento integral de todos os contratos e obrigações de fornecimento, manutenção e garantia dos equipamentos da marca Itautec/InfoWay, bem como o atendimento ao consumidor e os serviços associados a essa manutenção.

Em decorrência desse reposicionamento estratégico, a Assembleia Geral dos Acionistas realizada em 14.01.2014 aprovou a mudança do objeto social da ITAUTEC.

Nesse contexto, gostaria de convidá-lo a participar da Assembleia Geral que será realizada no próximo dia 25 de abril, às 12:00 horas, contribuindo ativamente na discussão e votação das matérias detalhadas neste informativo.

No aguardo de sua presença,

Cordialmente,

Ricardo Egydio Setubal
Presidente do Conselho de Administração

2. Comentários dos Diretores

Os Comentários dos Diretores, na forma especificada no Item 10 do Anexo 24 da Instrução CVM 480/09, foram disponibilizados em 25.03.2014 no Sistema de Informações Periódicas (IPE) da Comissão de Valores Mobiliários (CVM), bem como no *website* da Companhia (www.itaute.com.br), sendo que a transcrição de seu conteúdo pode ser encontrada no Anexo II deste documento.

3. Informações sobre a Assembleia Geral Ordinária e Extraordinária

- **Data**

Segundo o artigo 132 da Lei nº 6.404/76 (“Lei das Sociedades por Ações”), as sociedades por ações devem realizar anualmente a Assembleia Geral Ordinária dentro do prazo de 4 (quatro) meses após o término do exercício social. O exercício social da Itautec S.A. – Grupo Itautec (“Itautec” ou “Companhia”) inicia-se em 1º de janeiro e termina em 31 de dezembro de cada ano. Assim, anualmente, a Companhia deve realizar a Assembleia Geral Ordinária até 30 de abril. Neste ano, a Assembleia Geral Ordinária será realizada no dia 25 de abril, às 12:00 horas.

- **Quórum de Instalação**

O quórum mínimo necessário para a instalação da Assembleia, em primeira convocação, será de 2/3 (dois terços) do capital com direito a voto, tendo em vista a alteração estatutária proposta, consoante dispõe o Artigo 135 da Lei nº 6.404/76 (“Lei das Sociedades por Ações”). Não se realizando a Assembleia em primeira convocação, será publicado novo edital para sua instalação em segunda convocação, com qualquer número de Acionistas.

- **Local**

A Assembleia Geral será realizada no auditório da sede social, localizado na Av. Paulista, 1938 – 5º andar – Bela Vista, em São Paulo (SP).

- **Edital de Convocação**

O Edital de Convocação, constante do item 4 deste informativo, será publicado em 1, 2 e 3 de abril de 2014 no jornal Diário Oficial do Estado de São Paulo e no Diário do Comércio, encontrando-se também disponível no site de Relações com Investidores da Companhia (www.itaute.com.br/ri), bem como no *website* da CVM (www.cvm.gov.br) e da BM&FBOVESPA (www.bmfbovespa.com.br).

- **Documentos disponibilizados aos Acionistas**

O Relatório da Administração sobre os negócios sociais e os principais fatos administrativos do exercício, a cópia das demonstrações financeiras e os relatórios do Comitê de Auditoria e de Gestão de Riscos e dos Auditores Independentes foram publicados em 25 de fevereiro de 2014 no Diário do Comércio (páginas 13 a 18) e no Diário Oficial do Estado de São Paulo (páginas 133 a 144).

Com vistas a instruir as matérias a serem deliberadas na Assembleia Geral, a Companhia divulga, nesta data o presente documento contendo as informações requeridas pelas Instruções 480/09 e 481/09, ambas da CVM, encontrando-se disponível no *website* da Companhia (www.itaute.com.br), bem como no *website* da CVM (www.cvm.gov.br) e da BM&FBOVESPA (www.bmfbovespa.com.br).

- **Participação na Assembleia**

Os Acionistas que desejarem participar da Assembleia deverão comparecer portando documento de identidade e comprovante de depósito das ações emitido pela instituição depositária, contendo a respectiva participação acionária.

- **Procurações**

Os Acionistas podem ser representados na Assembleia por procurador, nos termos do Artigo 126 da Lei nº 6.404/76, desde que o procurador esteja com documento de identidade e os seguintes documentos comprovando a validade da procuração (para documentos produzidos no exterior, a respectiva tradução consularizada e juramentada):

- a) Pessoas Jurídicas: cópia autenticada do contrato/estatuto social da pessoa jurídica representada, comprovante de eleição dos administradores e a correspondente procuração, com firma reconhecida em cartório;
 - b) Pessoas Físicas: a correspondente procuração, com firma reconhecida em cartório.
-

4. Edital de Convocação**Itautec S.A. – Grupo Itautec**

CNPJ 54.526.082/0001-31

Companhia Aberta

NIRE 35300109180

Capital Autorizado: até 60.000.000 de ações

Capital Subscrito e Realizado: R\$ 280.000.000,00 – 11.651.126 ações

Edital de Convocação**ASSEMBLEIA GERAL ORDINÁRIA E EXTRAORDINÁRIA**

Os Senhores Acionistas da **ITAUTEC S.A. – GRUPO ITAUTEC** são convidados a se reunirem em Assembleia Geral Ordinária e Extraordinária, que será realizada em 25.04.2014, às 12:00 horas, no auditório da sede social, localizado na Avenida Paulista, 1938 – 5º andar, em São Paulo (SP), a fim de:

Em pauta ordinária:

1. tomar conhecimento dos Relatórios da Administração, do Comitê de Auditoria e de Gestão de Riscos e dos Auditores Independentes e examinar, discutir e deliberar sobre as Demonstrações Financeiras relativas ao exercício social encerrado em 31.12.2013;
2. homologar a absorção parcial do prejuízo do exercício por reservas de lucros e legal;
3. fixar o número de membros efetivos e suplentes do Conselho de Administração e elegê-los para o próximo mandato anual; os interessados em requerer o processo de adoção do voto múltiplo nessa eleição deverão representar, no mínimo, 5% do capital social, nos termos das Instruções CVM 165/91 e 282/98; e
4. deliberar sobre a verba destinada à remuneração dos integrantes do Conselho de Administração e da Diretoria.

Em pauta extraordinária:

5. deliberar sobre proposta de cancelamento das 451.759 ações ordinárias reembolsadas aos acionistas dissidentes da mudança do objeto social, aprovada pela Assembleia Geral de 14.01.2014, com a correspondente redução do capital social em R\$ 8.474.998,84; e
6. consequente alteração da redação do *caput* do Artigo 3º do Estatuto Social.

Os documentos a serem analisados na Assembleia encontram-se à disposição dos Acionistas no *website* de relações com investidores da Companhia (www.itaute.com.br), bem como no *website* da CVM (www.cvm.gov.br) e da BM&FBOVESPA (www.bmfbovespa.com.br).

Para exercer seus direitos, os Acionistas deverão comparecer à Assembleia portando documento de identidade e comprovante de depósito das ações emitido pela instituição depositária, contendo a respectiva participação acionária.

Os Acionistas podem ser representados na Assembleia por procurador, nos termos do artigo 126 da Lei 6.404/76, desde que o procurador esteja com documento de identidade e respectivo instrumento de mandato.

São Paulo (SP), 17 de março de 2014.

CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

RICARDO EGYDIO SETUBAL

Presidente

5. Assembleia Geral Ordinária

Nos termos da proposta apresentada pelo Conselho de Administração, serão submetidas à aprovação dos acionistas as seguintes matérias:

a) Balanços Patrimoniais, demais Demonstrações Financeiras e Notas Explicativas, relativos ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2013.

O Relatório da Administração foi disponibilizado em conjunto com o Relatório do Comitê de Auditoria e de Gestão de Riscos e com as Demonstrações Financeiras, tendo sido aprovado pelo Conselho de Administração em reunião de 10.02.2014. Referido documento foi disponibilizado em 11.02.2014 no Sistema de Informações Periódicas e Eventuais (“IPE”) da Comissão de Valores Mobiliários – CVM e no site da Companhia (<http://www.itautech.com.br>), tendo sido publicado em 25.02.2014 no Diário do Comércio (páginas 13 a 18) e Diário Oficial do Estado de São Paulo (páginas 133 a 144).

b) Homologação da absorção parcial do prejuízo do exercício por reservas de lucro e legal.

No exercício de 2013, a Companhia apurou prejuízo de R\$ 388.070.500,42, conforme consta das Demonstrações Financeiras disponibilizadas em 11.02.2014 no IPE e no site da Companhia (<http://www.itautech.com.br>) e publicadas no Diário do Comércio (páginas 13 a 18) e no Diário Oficial do Estado de São Paulo (páginas 133 a 144) em 25.02.2014.

Na pauta ordinária da Assembleia Geral do próximo dia 25 de abril será proposta a homologação da absorção parcial desse prejuízo pelo saldo das Reservas de Lucros (R\$ 227.899.550,80) e da Reserva Legal (R\$ 24.773.755,47), nessa ordem, de acordo com a determinação do artigo 189, § único, da Lei 6404/76.

Em razão da apuração de prejuízo no exercício de 2013, a Companhia:

- não distribuirá dividendos aos Acionistas referentes ao exercício social encerrado em 31.12.2013; e
- está dispensada da apresentação das informações indicadas no Anexo 9-1-II da Instrução CVM 481/09, consoante decisão do Colegiado da CVM de 27.09.2011.

c) Fixação do número de membros e eleição dos membros efetivos e suplentes do Conselho de Administração

Propõe o acionista majoritário fixar o número de 7 (sete) conselheiros efetivos e 2 (dois) suplentes, reelegendo-se os atuais membros efetivos, Srs. Alfredo Egydio Arruda Villela Filho, Henri Penchas, Olavo Egydio Setubal Júnior, Reinaldo Rubbi, Renato Roberto Cuoco, Ricardo Egydio Setubal e Rodolfo Villela Marino e os atuais membros suplentes, Srs. Paulo Setubal Neto e Ricardo Villela Marino. Os membros efetivos Olavo Egydio Setubal Júnior e Ricardo Egydio Setubal poderão ser substituídos pelo membro suplente Paulo Setubal Neto e, Alfredo Egydio Arruda Villela Filho e Rodolfo Villela Marino poderão ser substituídos pelo membro suplente Ricardo Villela Marino.

Os currículos detalhados, bem como demais informações exigidas pelos itens 12.6 a 12.10 do Formulário de Referência, constam do Anexo IV deste documento.

d) Fixação da verba destinada à remuneração dos integrantes Conselho de Administração e da Diretoria

Propõe-se que a Assembleia aprove a remuneração global anual dos administradores da Companhia em até R\$ 10.000.000,00 para o período de janeiro a dezembro de 2014.

A proposta de Remuneração dos Administradores, na forma especificada no Item 13 do Anexo 24 da Instrução CVM 480/09, segue anexa, na íntegra, ao presente documento (Anexo V).

6. Assembleia Geral Extraordinária

Nos termos da proposta apresentada pelo Conselho de Administração, serão submetidas à deliberação dos Acionistas as seguintes matérias:

I) Cancelamento de Ações e Redução do Capital Social

Cancelar as 451.759 ações ordinárias reembolsadas aos acionistas dissidentes da mudança do objeto social, aprovada pela Assembleia Geral de 14.01.2014, com a correspondente redução do capital social em R\$ 8.474.998,84.

O detalhamento da redução do capital social, na forma especificada no Anexo 16 da Instrução CVM 481/09, conta do Anexo V deste documento.

II) Alteração Estatutária

Em decorrência desse cancelamento das ações e conseqüente redução, o capital social passará a ser de R\$ 271.525.001,16, dividido em 11.199.367 ações ordinárias, nominativas, sem valor nominal.

Em atendimento ao disposto no Artigo 11 da Instrução CVM nº 481/09: (i) apresentamos comparativo evidenciando a alteração da redação do “caput” do Artigo 3º do Estatuto Social; e (ii) detalhamos, a seguir, a origem e justificativa da alteração proposta, com análise dos efeitos jurídico e econômico.

COMPARATIVO

REDAÇÃO ATUAL	REDAÇÃO PROPOSTA
Art. 3º - <u>CAPITAL E AÇÕES</u> - O capital social subscrito e integralizado é de R\$ 280.000.000,00 (duzentos e oitenta milhões de reais), representado por 11.651.126 (onze milhões, seiscentas e cinquenta e uma mil, cento e vinte e seis) ações ordinárias escriturais, sem valor nominal.	Art. 3º - <u>CAPITAL E AÇÕES</u> - O capital social subscrito e integralizado é de R\$ 271.525.001,16 (duzentos e setenta e um milhões, quinhentos e vinte e cinco mil e um reais e dezesseis centavos), representado por 11.199.367 (onze milhões, cento e noventa e nove mil, trezentas e sessenta e sete) ações ordinárias escriturais, sem valor nominal.

Origem e justificativa da alteração proposta e seus efeitos jurídicos e econômicos:

- Em Assembleia Geral realizada em 14.01.2014, foi aprovada a mudança do objeto social da Companhia, em razão de seu reposicionamento estratégico no mercado de TI divulgado em Fato Relevante de 15.05.2013;
- Consoante Artigo 137 da Lei nº 6.404/76, os Acionistas dissidentes dessa mudança do objeto social exerceram, no período de 15.01 a 13.02.2014, o direito de retirada da Companhia, pelo valor de reembolso de R\$ 18,76 por ação, apurado com base nas demonstrações financeiras de 30.09.2013, aprovadas pela Assembleia Geral de 26.12.2013;
- Encerrado o prazo de dissidência, a Companhia adquiriu 451.759 ações (aproximadamente 3,88% do capital social), com dispêndio de R\$ 8.474.998,84, sendo que 451.678 ações foram reembolsadas aos Acionistas dissidentes em 25.02.2014 e 81 ações em 28.02.2014, remanescendo 217.598 ações em circulação no Mercado, correspondentes a 1,87% do capital social;
- Considerando que esse reembolso aos Acionistas dissidentes foi efetuado pela Companhia à conta do capital social, será proposta à Assembleia Geral do próximo dia 25 de abril, em pauta extraordinária, o cancelamento das 451.759 ações ordinárias reembolsadas aos Acionistas dissidentes, com a correspondente redução do capital social em R\$ 8.474.998,84, consoante § 6º do Artigo 45 da Lei nº 6.404/76;

- Em consequência, o capital social será reduzido de R\$ 280.000.000,00 para R\$ 271.525.001,16, passando a ser dividido em 11.199.367 ações ordinárias, escriturais, sem valor nominal.

A íntegra do Estatuto Social com a alteração proposta encontra-se no Anexo VI deste Informativo.

ANEXO I**MODELO DE PROCURAÇÃO**

Por este instrumento de procuração, [ACIONISTA], [QUALIFICAÇÃO], (“Outorgante”), nomeia o Sr. [PROCURADOR], [NACIONALIDADE], [ESTADO CIVIL], [PROFISSÃO], RG nº XXX e CPF nº XXX, domiciliado na [ENDEREÇO COMPLETO], seu procurador, com poderes para representá-lo, na qualidade de Acionista da **Itautec S.A. – Grupo Itautec** (“Companhia”), na Assembleia Geral Ordinária e Extraordinária da Companhia, que se realizará em primeira convocação, no dia 25 de abril de 2014, às 12:00 horas, e, se necessário, em segunda convocação em data a ser informada oportunamente, no auditório da sede social, na Av. Paulista, 1938 – 5º andar, Bela Vista, na cidade de São Paulo, estado de São Paulo, CEP 01310-942, lançando seu voto em conformidade com a orientação de voto abaixo.

O procurador terá poderes limitados ao comparecimento à Assembleia e ao lançamento de voto em conformidade com a orientação abaixo, não tendo direito nem obrigação de tomar quaisquer outras medidas que não sejam necessárias ao exato cumprimento das orientações de voto indicadas abaixo. O procurador fica autorizado a se abster em qualquer deliberação ou assunto para o qual não tenha recebido orientações de voto suficientemente específicas.

O presente instrumento de mandato tem prazo de validade de [●] dias, a partir da presente data.

[Cidade], ___ de _____ de 2014.

[ACIONISTA]

(Assinatura com firma reconhecida)

ORIENTAÇÃO DE VOTO**Assembleia Geral Ordinária:**

1. tomar conhecimento dos Relatórios da Administração, do Comitê de Auditoria e de Gestão de Riscos e dos Auditores Independentes e deliberar sobre as Demonstrações Financeiras relativas ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2013.

A favor

Contra

Abstenção

2. homologar a absorção parcial do prejuízo do exercício por reservas de lucros e legal.

A favor

Contra

Abstenção

3. fixar o número de membros e eleger os membros efetivos e suplentes do Conselho de Administração para o próximo mandato anual.

Conselheiros Efetivos

Alfredo Egydio Arruda Villela Filho

A favor

Contra

Abstenção

Henri Penchas

A favor

Contra

Abstenção

Olavo Egydio Setubal Júnior

A favor

Contra

Abstenção

Reinaldo Rubbi

A favor

Contra

Abstenção

Renato Roberto Cuoco

A favor

Contra

Abstenção

Ricardo Egydio Setubal

A favor

Contra

Abstenção

Rodolfo Villela Marino

A favor

Contra

Abstenção

Conselheiros Suplentes

Paulo Setubal Neto

A favor

Contra

Abstenção

Ricardo Villela Marino

A favor

Contra

Abstenção

4 – deliberar sobre a verba destinada à remuneração dos integrantes do Conselho de Administração e da Diretoria

A favor

Contra

Abstenção

Assembleia Geral Extraordinária

5 – Deliberar sobre proposta de cancelamento das ações com a consequente redução do capital social

A favor

Contra

Abstenção

6 – Alterar a redação do “caput” do Artigo 3º do Estatuto Social, em decorrência do item precedente.

A favor

Contra

Abstenção

ANEXO II

COMENTÁRIOS DOS ADMINISTRADORES

Item 10 do anexo 24 da Instrução CVM nº 480/09.
(conforme determinação do art. 9º da ICVM 481/09)

10.1. Os diretores devem comentar sobre:

a. Condições financeiras e patrimoniais gerais

O baixo retorno no passado e a baixa perspectiva de geração de valor futuro aos acionistas, aliado à globalização dos segmentos de atuação, levou a Companhia a iniciar em 2013 a implementação de seu processo de Reposicionamento Estratégico no mercado de TI.

Nesse sentido, em 15.05.2013 foi comunicado ao mercado o acordo de parceria estratégica com a Oki Electric Industry Co. Ltd., sociedade constituída de acordo com as leis do Japão, nas atividades de automação bancária e comercial e de prestação de serviços, e, a desativação paulatina do segmento de Computação, não acarretando qualquer prejuízo ao cumprimento integral de todos os contratos e obrigações de fornecimento dos equipamentos da marca Itautec/InfoWay, bem como o atendimento ao consumidor e os serviços associados a essa manutenção.

Conforme previsto na assinatura do acordo em 15.05.2013 e após o cumprimento de determinadas condições previstas em contrato, a Oki Electric adquiriu em 10.01.2014, 70% das participações que a Itautec S.A. e a Itautec Participações e Comércio S.A. detinham na empresa nomeada “BR Indústria e Comércio de Produtos e Tecnologia em Automação S.A.” (“BR Automação”), que recebeu todo o suporte necessário à atuação no mercado, incluindo tecnologias, patentes, propriedade intelectual e demais ativos, inclusive contratos, e transferência de funcionários e especialistas dos segmentos de Automações e Serviços, passando, a partir de 01.09.2013, a ser responsável pelo fornecimento de equipamentos, software e serviços, além da demanda de garantia e manutenção relacionadas aos segmentos de Automações e Serviços.

Com relação à desativação paulatina das atividades da Unidade de Computação, ocorreu, no terceiro trimestre de 2013, a finalização da operação de vendas de produtos no segmento de computação pessoal.

Como resultado desses eventos, ao final de 2013, as condições patrimoniais gerais e principais indicadores financeiros sofreram importantes alterações quando comparadas às apresentadas ao final do ano anterior. Como principais fatores para estas alterações, estão o prejuízo de R\$ 388,7 milhões apurado no exercício, em razão, principalmente, da contabilização dos impactos relacionados ao reposicionamento estratégico da Companhia (R\$ 232,8 milhões), e dos efeitos da perda de margem operacional no desenvolvimento dos negócios, fator que contribuiu para o consumo de caixa de R\$ 177,3 milhões no exercício.

O endividamento financeiro bruto consolidado da Companhia ao final de 2013 totalizou R\$ 206,0 milhões, montante 35,6% superior em relação ao saldo apresentado ao final de 2012, em razão das captações para capital de giro. O saldo de disponibilidades financeiras em 31.12.2013 foi de R\$ 22,7 milhões, fazendo com que a Companhia encerrasse o exercício com uma dívida líquida de R\$ 183,3 milhões, gerada pelo maior consumo de caixa nas atividades operacionais.

O patrimônio líquido ao final de 2013 foi de R\$ 156,0 milhões ante R\$ 543,8 milhões ao final de 2012.

Abaixo seguem os Indicadores Financeiros Consolidados dos últimos três exercícios sociais:

Indicadores Financeiros Consolidados

Milhares de R\$	31.12.2013	31.12.2012	31.12.2011
Caixa e Disponibilidade de Caixa	22.689	196.420	360.807
Dívida Financeira Bruta	205.963	151.838	222.436
Dívida Financeira Líquida	183.274	(44.582)	(138.371)
(Consumo)/Geração de Caixa Operacional	(177.298)	(82.950)	72.813
Liquidez Corrente (vezes)	0,94	2,37	2,26
Liquidez Geral (vezes)	0,82	1,85	1,69
Retorno sobre o Patrimônio Líquido médio	-112,2%	0,3%	8,3%

A Administração da Itautec S.A. entende que as condições financeiras e patrimoniais da Companhia ao final de 2013 são suficientes para o desenvolvimento de seus negócios em seu novo posicionamento estratégico, que inclui a descontinuidade paulatina do segmento de Computação, com o cumprimento integral de todos os contratos vigentes e a parceria estratégica com a Oki Electric, formalizada em 10.01.2014, que prevê participação acionária de 30% da Itautec na Oki Brasil Indústria e Comércio de Produtos e Tecnologia em Automação S.A..

b. Estrutura de capital e possibilidade de resgate de ações ou quotas, indicando:

A administração da Itautec S.A. entende que, de acordo com as demonstrações financeiras da controladora e as demonstrações financeiras consolidadas, sua estrutura de capital e condições de liquidez ao final de 2013 são suficientes para o cumprimento de todos os compromissos assumidos.

O patrimônio líquido ao final de 2013 foi de R\$ 156,0 milhões ante R\$ 543,8 milhões ao final de 2012, redução de 71,3%, resultado do prejuízo de R\$ 388,7 milhões apurado no exercício, em razão, principalmente, da contabilização dos impactos relacionados ao reposicionamento estratégico da Companhia (R\$ 232,8 milhões), e dos efeitos da perda de margem operacional no desenvolvimento dos negócios.

O Grupo Itautec monitora o capital com base no índice de alavancagem financeira. Este índice corresponde à dívida líquida dividida pelo capital total. A dívida líquida, por sua vez, corresponde ao total de empréstimos (incluindo empréstimos de curto e longo prazos, subtraído do montante de caixa e equivalentes de caixa). O capital total é apurado por meio da soma do patrimônio líquido com a dívida líquida.

Os índices de alavancagem financeira em 31 de dezembro de 2013, 2012 e 2011, podem ser assim sumarizados:

Milhares de R\$	31.12.2013	31.12.2012	31.12.2011
Total dos Empréstimos e Financiamentos	205.963	151.838	222.436
Menos: Caixa e Equivalentes de Caixa	(22.689)	(196.420)	(360.807)
Dívida Líquida	183.274	(44.582)	(138.371)
Total do Patrimônio Líquido	155.959	543.832	537.708
Total do Capital	339.233	499.250	399.337
Índice de Alavancagem Financeira	54,03%	-8,93%	-34,65%

i. Hipóteses de resgate

Não há hipóteses de resgate de ações de emissão da Companhia além das previstas no artigo 44 da Lei 6.404/76.

ii. Fórmula de cálculo do valor de resgate

Não há fórmula de cálculo do valor de resgate, por não haver hipóteses de resgate de ações de emissão da Companhia além das previstas no artigo 44 da Lei 6.404/76.

c. Capacidade de pagamento em relação aos compromissos financeiros assumidos

A administração da Itautec S.A. entende que, de acordo com as demonstrações financeiras da controladora e as demonstrações financeiras consolidadas, sua estrutura de capital e condições de liquidez ao final de 2013 são suficientes para o cumprimento de todos os compromissos assumidos.

Ao final de 2013, a Companhia apresentava R\$ 22,7 milhões em caixa e disponibilidades de caixa. O indicador de liquidez corrente, dado pelo resultado da razão do ativo circulante em relação ao passivo circulante ao final de 2013 foi de 0,94 vezes. A relação indica que para cada real devido no curto prazo a Companhia possuía ao final do exercício R\$ 0,94 para fazer frente às obrigações.

Indicadores Financeiros Consolidados

Milhares de R\$	31.12.2013	31.12.2012	31.12.2011
Caixa e Disponibilidade de Caixa	22.689	196.420	360.807
Dívida Financeira Bruta	205.963	151.838	222.436
Dívida Financeira Líquida	183.274	(44.582)	(138.371)
(Consumo)/Geração de Caixa Operacional	(177.298)	(82.950)	72.813
Liquidez Corrente (vezes)	0,94	2,37	2,26
Liquidez Geral (vezes)	0,82	1,85	1,69

A Companhia mantém linhas de financiamento em aberto junto a importantes instituições financeiras que poderão ser contratadas para atender suas necessidades de capital de giro. Não possui garantias reais que as condições atuais irão se repetir no futuro, as quais podem ser influenciadas por fatores que não sejam de controle da Companhia, detalhadas no tópico sobre os riscos que envolvem os negócios.

d. Fontes de financiamento para capital de giro e para investimentos em ativos não-circulantes utilizadas

As linhas de financiamento contratadas pela Itautec tinham por objetivo disponibilizar recursos para a expansão das atividades operacionais da Companhia, como modernização, ampliação da capacidade, capital de giro, além de investimentos em desenvolvimento de produtos inovadores e melhorias contínuas de produtos e processos. As fontes de financiamento dos ativos não-circulantes utilizadas são as operações de BNDES (Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social), FINEP¹ e FINAME². Para o financiamento do capital de giro utiliza prioritariamente o Financiamento à Importação e linhas de crédito pré-aprovadas com bancos privados.

A Companhia em conjunto com o BNDES decidiu pela liquidação antecipada de 70% da dívida residual com previsão de pagamento em 10.03.2014. Apesar da liquidação antecipada, o BNDES solicita a manutenção dos índices contratados para o cumprimento dos *covenants*. Desta forma, a Companhia formalizou junto ao BNDES sua intenção de contratar garantia adicional bancária, referente ao saldo residual.

e. Fontes de financiamento para capital de giro e para investimentos em ativos não-circulantes que pretende utilizar para cobertura de deficiências de liquidez

A não ser que haja alterações significativas nas condições de mercado, pretende-se utilizar, preferencialmente, linhas de crédito pré-aprovadas com bancos privados para a cobertura de eventuais deficiências de liquidez.

f. Níveis de endividamento e as características de tais dívidas, descrevendo ainda:
i. Contratos de empréstimo e financiamento relevantes

Tabela que apresenta as dívidas financeiras em 31.12.2013, conforme apresentado na Nota Explicativa Nº 17, integrante das demonstrações financeiras divulgadas em 11.02.2014 e publicadas nos jornais Diário do Comércio e Diário Oficial do Estado de São Paulo em 25.02.2014. Os contratos realizados junto ao BNDES, FINEP e demais linhas de financiamento, são apresentados nas tabelas dos exercícios de 2013, 2012 e 2011, conforme dados a seguir:

Composição do Endividamento em 31.12.2013 – Milhares de R\$

Modalidade	Encargos	Amortização	Garantias	Circulante	Não Circulante
FINEP ¹	4,00%a.a.	Mensal	Aval da Controladora Itaúsa	14.925	48.148
FINAME ²	TJLP + 2,25 % a.a.	Mensal	Alienação Fiduciária	242	410
BNDES	TJLP + 1,1% a.a.	Mensal	Aval da Controladora Itaúsa	15.377	3.538
BNDES	TJLP + 2,6% a.a.	Mensal	Aval da Controladora Itaúsa	71	16
BNDES	TJLP + 3,1% a.a.	Mensal	Aval da Controladora Itaúsa	10.286	2.364
BNDES	5,6% a.a.	Mensal	Aval da Controladora Itaúsa	4.560	1.049
BB Giro	108% CDI	Final	Nota Promissória	10.085	-
MOEDA NACIONAL				55.545	55.526

EXTERIOR	LIBOR 1,61% a.a.	Trimestral	Nota Promissória	93.155	-
BNDES	Cesta de Moedas+Juros Variáveis	Mensal	Aval da Controladora Itaúsa	1.401	336
MOEDA ESTRANGEIRA				94.556	336

CONTROLADORA	150.101	55.862
---------------------	----------------	---------------

CONSOLIDADO	150.101	55.862
--------------------	----------------	---------------

¹ **Financiadora de Estudos e Projetos (FINEP)** – Empresa pública vinculada ao Ministério da Ciência e Tecnologia, que tem por finalidade apoiar estudos, projetos e programas de interesse para o desenvolvimento econômico, social, científico e tecnológico do País.

² **Financiamento de Máquinas e Equipamentos (FINAME)** – Linha de crédito do BNDES (Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social), que tem por objetivo o financiamento da produção e comercialização de máquinas e equipamentos novos, de fabricação nacional.

Composição do Endividamento em 31.12.2012 – Milhares de R\$

Modalidade	Encargos	Amortização	Garantias	Circulante	Não Circulante
FINEP	4.00%a.a.	Mensal	Aval da Controladora Itaúsa	14.951	62.963
FINAME	TJLP + 2,25 % a.a.	Mensal	Alienação Fiduciária	243	650
BNDES	TJLP + 1,1% a.a.	Mensal	Aval da Controladora Itaúsa	7.140	18.868
BNDES	TJLP + 2,6% a.a.	Mensal	Aval da Controladora Itaúsa	33	87
BNDES	TJLP + 3,1% a.a.	Mensal	Aval da Controladora Itaúsa	4.784	12.609
BNDES	5,6% a.a.	Mensal	Aval da Controladora Itaúsa	2.115	5.597
MOEDA NACIONAL				29.266	100.774
EXTERIOR	LIBOR + 1,15% a.a.	Trimestral	Nota Promissória	17.094	-
BNDES	Cesta de Moedas+Juros Variáveis	Mensal	Aval da Controladora Itaúsa	541	1.518
MOEDA ESTRANGEIRA				17.635	1.518
CONTROLADORA				46.901	102.292
EXTERIOR	EURIBOR 2,75% a 4,0% a.a.	Mensal	Nota Promissória	2.645	-
DEMAIS EMPRESAS				2.645	-
CONSOLIDADO				49.546	102.292

Composição do Endividamento em 31.12.2011 – Milhares de R\$

Modalidade	Encargos	Amortização	Garantias	Circulante	Não Circulante
FINEP	TJLP + 1,25% a.a.	Mensal	Aval da Controladora Itaúsa	3.554	-
FINEP	4,00% a.a.	Mensal	Aval da Controladora Itaúsa	14.976	77.778
FINAME	TJLP + 2,25 % a.a.	Mensal	Alienação Fiduciária	31	232
BNDES	TJLP + 1,1% a.a.	Mensal	Aval da Controladora Itaúsa	7.176	25.944
BNDES	TJLP + 2,6% a.a.	Mensal	Aval da Controladora Itaúsa	33	119
BNDES	TJLP + 3,1% a.a.	Mensal	Aval da Controladora Itaúsa	4.814	17.338
BNDES	5,6% a.a.	Mensal	Aval da Controladora Itaúsa	2.122	7.695
MOEDA NACIONAL				32.706	129.106
EXTERIOR	LIBOR + 1,15% a.a.	Trimestral	Nota Promissória	56.326	-
BNDES	Cesta de Moedas+Juros Variáveis	Mensal	Aval da Controladora Itaúsa	500	1.892
MOEDA ESTRANGEIRA				56.826	1.892
CONTROLADORA				89.532	130.998
EXTERIOR	EURIBOR 2,75% a 4,0% a.a.	Mensal	Nota Promissória	1.906	-
DEMAIS EMPRESAS				1.906	-
CONSOLIDADO				91.438	130.998

ii. Outras relações de longo prazo com instituições financeiras

Em 31.12.2013 existiam instrumentos de fiança bancária e seguro garantia contratados junto a instituições financeiras com o objetivo de garantir a participação em licitações junto a órgãos públicos, bem como em garantia de ações judiciais impetradas pela Companhia. Em 31.12.2013 essas garantias atingiram o montante de R\$ 126,7 milhões.

iii. Grau de subordinação entre as dívidas.

Do montante total da dívida consolidada ao final dos exercícios de 2011 (R\$ 638,7 milhões); 2012 (R\$ 531,8 milhões) e 2013 (R\$ 449,8 milhões), apenas uma pequena fração equivalente a 0,04% ou R\$ 263 mil em 2011; 0,17% ou R\$ 893 mil em 2012 e 0,14% ou R\$ 652 mil em 2013, apresentavam garantia real na modalidade de alienação fiduciária. No caso, estas dívidas foram contraídas para financiamento de máquinas e equipamentos na modalidade FINAME, em que o próprio objeto financiado é a garantia.

iv. Eventuais restrições impostas ao emissor, em especial, em relação a limites de endividamento e contratação de novas dívidas, à distribuição de dividendos, à alienação de ativos, à emissão de novos valores mobiliários e à alienação de controle societário.

Os financiamentos junto ao Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social - ("BNDES") e Financiadora de Estudos e Projetos - ("FINEP") exigem a manutenção do controle nacional do capital, notificação em caso de alteração do controle acionário, apresentação de licenças, medidas e ações destinadas a evitar ou corrigir danos ao meio ambiente, medidas quanto à segurança e medicina do trabalho e manutenção dos seguintes índices financeiros: liquidez corrente, nível de capitalização e EBITDA como percentual da receita líquida, com base em medições efetuadas no final do exercício.

A Companhia em conjunto com o BNDES decidiu pela liquidação antecipada de 70% da dívida residual com previsão de pagamento em 10.03.2014. Apesar da liquidação antecipada, o BNDES solicita a manutenção dos índices contratados para o cumprimento dos *covenants*. Desta forma, a Companhia formalizou junto ao BNDES sua intenção de contratar garantia adicional bancária, referente ao saldo residual.

g. Limites de utilização dos financiamentos já contratados.

Todos os financiamentos já foram utilizados, uma vez que são liberados para cada nova operação.

h. Alterações significativas em cada item das demonstrações financeiras.
Análise gerencial do resultado consolidado do exercício findo em 31.12.2013 comparativamente ao exercício findo em 31.12.2012

As demonstrações financeiras consolidadas foram preparadas e apresentadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, incluindo os pronunciamentos emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPCs), e conforme as normas internacionais de relatórios financeiros *IFRS (International Financial Reporting Standards)* emitidas pelo *IASB (International Accounting Standards Board)*, e tendo sido auditadas pela Baker Tilly Brasil Auditores Independentes S/S, contam com o parecer favorável dos auditores externos.

Abaixo seguem os Demonstrativos Financeiros com as Análises Verticais (AV) e Análises Horizontais (AH) de cada período.

Ativo Consolidado									
Em milhares de R\$	31.12.2011	A.V. 2011	A.H. 2011 x 2010	31.12.2012	A.V. 2012	A.H. 2012 x 2011	31.12.2013	A.V. 2013	A.H. 2013 x 2012
CIRCULANTE	898.243	76%	16%	731.210	68%	-19%	260.381	35%	-64%
Caixa e Equivalente de Caixa	360.807	31%	36%	196.420	18%	-46%	22.689	3%	-88%
Instrumentos Financeiros derivativos	1.340	0%	-	-	-	-	1.388	0%	-
Clientes	219.292	19%	4%	223.646	21%	2%	120.537	16%	-46%
Estoques	256.793	22%	17%	266.195	25%	4%	73.579	10%	-72%
Tributos a Recuperar	44.850	4%	-34%	36.099	3%	-20%	20.382	3%	-44%
Valores a Receber e Desp.Antecipadas	15.161	1%	30%	8.850	1%	-42%	21.806	3%	146%
Ativos de Operações Descontinuadas	-	-	-	-	-	-	334.941	45%	-
ATIVO NÃO CIRCULANTE	278.195	24%	-14%	344.439	32%	24%	155.256	21%	-55%
Clientes	5.074	0%	-20%	7.109	1%	40%	2.041	0%	-71%
Tributos Recuperar	19.898	2%	12%	24.042	2%	21%	-	-	-
Valores a Receber	-	-	-	-	-	-	667	0%	-
Créditos com Plano de Previdência	67.919	6%	4%	71.692	7%	6%	12.563	2%	-82%
Depósitos Judiciais e Outros Créditos	17.375	1%	19%	19.564	2%	13%	21.076	3%	8%
Créditos com Precatórios	-	-	-	65.099	6%	-	65.099	9%	0%
Ativos Disponíveis para Venda	12.090	1%	-49%	-	-	-	-	-	-
Imposto de renda e contribuição social diferidos	60.298	5%	-3%	67.539	6%	12%	5.019	1%	-93%
Outros Investimentos	1.801	0%	323%	1.955	0%	9%	-	-	-
Imobilizado	72.725	6%	-19%	63.576	6%	-13%	42.642	6%	-33%
Ativo Intangível	21.015	2%	-22%	23.863	2%	14%	6.149	1%	-74%
TOTAL DO ATIVO	1.176.438	100%	7%	1.075.649	100%	-9%	750.578	100%	-30%

Passivo Consolidado

Em milhares de R\$	A.V. 2011			A.H. 2011 x 2010			A.V. 2012			A.H. 2012 x 2011		
	31.12.2011			31.12.2012			31.12.2013			31.12.2013		
CIRCULANTE	396.983	34%	30%	308.277	29%	-22%	278.021	26%	-10%			
Instituições Financeiras	91.438	8%	34%	49.546	5%	-46%	150.101	14%	203%			
Instrumentos financeiros e derivativos	-	-	-	429	0%	-	-	0%	-			
Fornecedores	82.539	7%	30%	48.714	5%	-41%	71.303	7%	46%			
Obrigações com Pessoal	75.768	6%	16%	66.415	6%	-12%	7.507	1%	-89%			
Dívidas com Pessoas Ligadas	-	-	-	190	0%	-	-	0%	-			
Impostos a Pagar	16.410	1%	28%	23.653	2%	44%	4.059	0%	-83%			
Provisões e Contas a Pagar	87.560	7%	68%	89.970	8%	3%	26.903	3%	-70%			
Receitas Diferidas	31.033	3%	-13%	29.175	3%	-6%	18.123	2%	-38%			
Dividendos Propostos/Juros sobre o Capital Próprio	12.235	1%	139%	185	0%	-98%	25	0%	-86%			
Passivos de Operações Descontinuadas	-	-	-	-	-	-	144.864	13%	-			
PASSIVO NÃO CIRCULANTE	241.747	21%	-8%	223.540	21%	-8%	171.734	16%	-23%			
Instituições Financeiras	130.998	11%	-6%	102.292	10%	-22%	55.862	5%	-45%			
Dívidas com Pessoas Ligadas	-	-	-	210	0%	-	-	-	-			
Receitas Diferidas	24.780	2%	-30%	26.296	2%	6%	21.029	2%	-20%			
Provisão para Contingências	75.767	6%	-4%	86.112	8%	14%	74.482	7%	-14%			
Outras Provisões e Contas a Pagar	10.202	1%	13%	8.630	1%	-15%	20.361	2%	136%			
PATRIMÔNIO LÍQUIDO	537.708	46%	5%	543.832	51%	1%	155.959	14%	-71%			
Capital Social	280.000	24%	12%	280.000	26%	0%	280.000	26%	0%			
Reservas de Capital	37.471	3%	0%	22.067	2%	-41%	11.451	1%	-48%			
Ajuste de Avaliação Patrimonial	(5.921)	-1%	-	(1.258)	0%	-79%	(104)	0%	-92%			
Reservas de Lucros	226.148	19%	1%	242.057	23%	7%	-	0%	-100%			
Lucros/Prejuízos Acumulados	-	-	-	-	-	-	(135.398)	-13%	-			
Participações de não controladores	10	0%	0%	966	0%	9560%	10	0%	-99%			
TOTAL DO PASSIVO	1.176.438	100%	9%	1.075.649	100%	-9%	750.578	70%	-30%			

Obs: Em virtude das normas contábeis vigentes, os ativos de 2013 relacionados às operações descontinuadas (Soluções de Automação e Serviços Tecnológicos) foram reclassificados para uma linha específica do ativo circulante, nomeada "ativos de operações descontinuadas". O mesmo acontece com o passivo, os quais foram transferidos para uma linha específica no passivo circulante, nomeada, "passivos de operações descontinuadas".

Em milhares de R\$	Demonstração do Resultado															
	Conforme divulgado no DFP de 2012						Conforme divulgado no DFP de 2013									
	A.V. 2011 em relação a 2011	A.H. 2011 x 2010	A.V. 2012 em relação a 2012	A.H. 2012 x 2011	A.V. 2012 em relação a 2012	A.H. 2012 x 2011	A.V. 2013 em relação a 2013	A.H. 2013 x 2012	A.V. 2013 em relação a 2013	A.H. 2013 x 2012	A.V. 2013 em relação a 2013	A.H. 2013 x 2012				
Receita Líquida de Vendas e Serviços	1.542.292	100%	-2%	1.545.338	100%	0%	700.437	100%	439.305	100%	-37%	642.617	92%	(434.544)	-99%	-32%
Custo dos Produtos Vendidos e Serviços Prestados	(1.261.557)	-82%	-3%	(1.353.177)	-88%	7%	(642.617)	-92%	(434.544)	-99%	-32%	(642.617)	-99%	(434.544)	-99%	-32%
Lucro Bruto	280.735	18%	2%	192.161	12%	-32%	57.820	8%	4.761	1%	-92%	57.820	8%	4.761	1%	-92%
Despesas/Receitas Operacionais	(248.503)	-16%	-5%	(198.667)	-13%	-20%	(52.920)	-8%	(226.299)	-52%	328%	(52.920)	-8%	(226.299)	-52%	328%
Despesas com Vendas	(113.776)	-7%	0%	(124.390)	-8%	9%	(79.595)	-11%	(66.276)	-15%	-17%	(79.595)	-11%	(66.276)	-15%	-17%
Despesas Gerais e Administrativas	(76.563)	-5%	20%	(69.107)	-4%	-10%	(26.473)	-4%	(34.046)	-8%	29%	(26.473)	-4%	(34.046)	-8%	29%
Despesas com Pesquisa e Desenvolvimento	(69.188)	-4%	-5%	(63.713)	-4%	-8%	(7.910)	-1%	(6.842)	-2%	-14%	(7.910)	-1%	(6.842)	-2%	-14%
Outros Ganhos (Perdas), Líquido	10.832	1%	-	58.389	4%	439%	60.904	9%	(119.129)	-27%	-	60.904	9%	(119.129)	-27%	-
Resultado da Equivalência Patrimonial	192	0%	72%	154	0%	-20%	154	0%	(6)	0%	-	154	0%	(6)	0%	-
Lucro/(Prejuízo) Operacional	32.232	2%	136%	(6.506)	0%	-	4.900	1%	(221.538)	-50%	-	4.900	1%	(221.538)	-50%	-
Resultado Financeiro	18.436	1%	-	3.769	0%	-80%	9.747	1%	2.476	1%	-75%	9.747	1%	2.476	1%	-75%
Receitas Financeiras	62.291	4%	230%	40.550	3%	-35%	40.550	6%	27.406	6%	-32%	40.550	6%	27.406	6%	-32%
Despesas Financeiras	(43.855)	-3%	122%	(36.781)	-2%	-16%	(30.803)	-4%	(24.930)	-6%	-19%	(30.803)	-4%	(24.930)	-6%	-19%
Lucro/(Prejuízo) antes do IR e da CS	50.668	3%	296%	(2.737)	0%	-	14.647	2%	(219.062)	-50%	-	14.647	2%	(219.062)	-50%	-
Imposto de Renda e Contribuição Social	(7.080)	0%	-	4.237	0%	-	4.237	1%	(59.156)	-13%	-	4.237	1%	(59.156)	-13%	-
Lucro/(Prejuízo) do exercício das operações continuadas	43.588	3%	177%	1.500	0%	-97%	18.884	3%	(278.218)	-63%	-	18.884	3%	(278.218)	-63%	-
Operações descontinuadas	-	-	-	0	0%	-	(17.384)	-2%	(110.458)	-25%	535%	(17.384)	-2%	(110.458)	-25%	535%
Resultado Líquido de Operações Descontinuadas	-	-	-	0	0%	-	(17.384)	-2%	(110.458)	-25%	535%	(17.384)	-2%	(110.458)	-25%	535%
Lucro/(Prejuízo) Líquido do Exercício	43.588	3%	278%	1.500	0	-97%	1.500	0%	(388.676)	-88%	-	1.500	0%	(388.676)	-88%	-

Conforme mencionado na Nota Explicativa1(a), as atividades de automação bancária e comercial e de prestação de serviços atenderam a definição de ativos mantidos para venda a partir do 2º trimestre de 2013 e os resultados das operações descontinuadas para os exercícios encerrados em 31 de dezembro de 2013 e 2012, são demonstrados em rubrica específica na demonstração de resultados "Resultado Líquido de Operações Descontinuadas". Para efeito de comparabilidade, na Demonstração do Resultado acima, o resultado do exercício de 2012 é apresentado conforme divulgado no DFP de 2012, considerando as operações de Soluções de Automação, Serviços Tecnológicos e de Soluções de Computação, e, conforme divulgado no DFP de 2013, considerando os resultados das operações continuadas (Soluções de Computação e Holding) e destacado o resultado líquido das operações descontinuadas em linha específica.

Desempenho

Nos últimos anos o mercado de atuação da Itautec foi impactado por uma série de fatores que levaram a uma queda expressiva na rentabilidade da Companhia, incluindo aspectos macroeconômicos, comerciais e concorrenciais potencializados com a entrada de novos “players” com escalas de produção globais.

As diversas iniciativas implementadas pela Companhia para a readequação ao competitivo mercado de atuação, não foram suficientes para reverter o Prejuízo Operacional, registrado ao longo dos últimos dois anos e que se intensificou no exercício de 2013, através da forte pressão imposta por importantes clientes para a renegociação de preços.

Adicionalmente, no segundo trimestre de 2013 foram contabilizados os impactos relacionados ao reposicionamento estratégico da Companhia, resultando em efeitos negativos no resultado.

A análise do desempenho da Companhia em 2013, abaixo, considera somente as Operações Continuadas, incluindo o segmento de Computação e as despesas e receitas apropriadas a Holding, conforme demonstrado na Nota Explicativa 32 – Informações por Segmento de Negócios.

Receita Líquida de Vendas e Serviços

A receita líquida consolidada de vendas e serviços do exercício de 2013 foi de R\$ 439,3 milhões, com redução de 37,2% em relação ao mesmo período de 2012, em razão das reduções oriundas da desativação paulatina da Unidade de Soluções de Computação, que resultou na redução no número de equipamentos expedidos no período (309,3 mil unidades expedidas em 2013 ante 585,0 mil unidades em 2012).

Lucro Bruto

O lucro bruto acumulado do exercício de 2013 foi de R\$ 4,8 milhões, 91,8% inferior ao reportado no mesmo período de 2012, em razão das reduções de volume e das margens da Unidade Soluções de Computação, consequência do início da desativação da operação.

Despesas/Receitas Operacionais

As despesas com vendas em 2013 atingiram R\$ 66,3 milhões, montante 16,7% inferior em relação a 2012, resultado do menor volume de vendas de produtos de Computação, que resultaram em menores gastos no exercício principalmente com propaganda e fretes.

As despesas gerais e administrativas em 2013 atingiram R\$ 34,0 milhões, montante 28,6% superior em relação ao reportado no ano anterior, impactada, principalmente, pelas despesas com desligamento de funcionários ligados à Unidade de Computação.

A conta Outros Ganhos (Perdas), Líquido registrou uma despesa de R\$ 119,1 milhões em 2013, tendo como principais impactos, a baixa do superávit financeiro das contribuições do Plano de Contribuição Definida (“Plano CD”) - Previdência Privada -, realizadas antecipadamente e reconhecidas como um ativo na proporção em que essas contribuições levassem a uma redução efetiva dos pagamentos futuros (R\$ 71,7 milhões), Perdas com impostos a ressarcir/compensar (R\$ 46,8 milhões), e, despesas com contingências (R\$ 21,1 milhões).

LAJIDA (EBITDA) e Lucro Líquido

Como resultado dos eventos descritos acima, o LAJIDA (EBITDA) e o resultado líquido de 2013 foram negativos em R\$ 202,9 milhões e R\$ 388,7 milhões, respectivamente.

Fluxo de Caixa Operacional

O fluxo das atividades operacionais registrou consumo de caixa em 2013 de R\$ 177,3 milhões, tendo como principal fator, a queda da rentabilidade bruta, que impactou o resultado líquido do exercício.

Considerações sobre as principais contas de Ativo e Passivo, incluindo o endividamento financeiro**Disponibilidades/Aplicações Financeiras**

A Companhia encerrou o ano de 2013 com saldo de disponibilidades financeiras de R\$ 22,7 milhões, que representa 8,7% do ativo circulante. As aplicações financeiras da Companhia e suas controladas nacionais estão representadas por fundos de investimentos não exclusivos e certificados de depósitos bancários no

País, todos com remuneração atrelada à variação do Certificado de Depósito Interfinanceiro e possibilidade de resgate imediato, a qualquer momento.

Milhares de R\$

Disponibilidades / Aplicações Financeiras	31.12.2013	31.12.2012
Bancos - conta movimento	6.692	15.691
Fundos de investimentos	19.011	34.736
Certificado de Depósito Bancário (CDB) / Operação	27.290	145.993
Reclassificação para ativos mantidos para a venda	(30.305)	-
Total Consolidado	22.689	196.420

Obs: O caixa e equivalentes de caixa apresentados acima como "mantidos para a venda" fazem parte da parceria estratégica entre a Itautec e a OKI de acordo com cláusulas contratuais (Nota Explicativa 33).

Contas a Receber de Clientes

O saldo consolidado de Clientes (curto + longo prazos) ao final de 2013 era de R\$ 122,6 milhões, integralmente mantido em reais e líquido da venda de produtos não entregues do segmento de Computação (R\$ 48,3 milhões).

Milhares de R\$

Contas a Receber de Clientes	31.12.2013	31.12.2012
Contas a receber da venda de produtos e serviços:		
Clientes no País	118.919	206.398
Clientes no exterior	-	16.042
	118.919	222.440
Arrendamento mercantil:		
Outras contas a receber	6.099	14.517
Total do clientes a receber	125.018	236.957
Provisão para créditos de liquidação duvidosa	(2.440)	(6.202)
Total Consolidado	122.578	230.755
Total Circulante	120.537	223.646
Total Não Circulante	2.041	7.109

Obs: Em 31 de dezembro de 2013, a rubrica de Clientes é apresentada líquida dos ativos classificados como mantido para venda, conforme apresentado na Nota Explicativa 33.

Estoques

Ao final de 2013, o saldo de Estoques de produtos de Computação foi de R\$ 73,6 milhões, líquido das perdas com obsolescência e desvalorização de estoques (R\$ 19,9 milhões), conforme tabela abaixo:

Milhares de R\$

Estoques	31.12.2013	31.12.2012
Matérias-primas	30.793	164.051
Produtos acabados	60.407	149.176
Importação em andamento	2.281	2.516
Produtos em elaboração	-	42
Provisão para obsolescência e desvalorização de estoques	(19.902)	(49.590)
Total Consolidado	73.579	266.195

Obs: Em 31 de dezembro de 2013, a rubrica de Estoques é apresentada líquida dos ativos classificados como mantido para venda conforme apresentado na Nota Explicativa 33.

Endividamento

Ao final de 2013, o endividamento financeiro bruto da Companhia era de R\$ 206,0 milhões, montante 35,6% superior em relação ao final de 2012, em razão do maior saldo de financiamentos destinados à importação de componentes. Já o endividamento financeiro líquido atingiu R\$ 183,3 milhões, com disponibilidades financeiras de R\$ 22,7 milhões.

A Companhia em conjunto com o BNDES decidiu pela liquidação antecipada de 70% da dívida residual com previsão de pagamento em 10 de março de 2014. Apesar da liquidação antecipada, o BNDES solicita a manutenção dos índices contratados para o cumprimento dos covenants. Desta forma, a Companhia formalizou junto ao BNDES sua intenção de contratar garantia adicional bancária, referente ao saldo residual.

Instrumentos Financeiros Derivativos

A Itautec adota diretrizes conservadoras em suas operações financeiras. Em 2013 a Companhia não realizou operações com derivativos financeiros alavancados.

As operações de derivativos utilizadas pela Companhia estão distribuídas em contratos de SWAP e NDF (*Non Deliverable Forward*) nas moedas dólar e euro, com o único objetivo de minimizar os riscos da exposição cambial da Companhia em função de suas operações ou investimentos nas respectivas moedas.

Análise gerencial do resultado consolidado do exercício findo em 31.12.2012 comparativamente ao exercício findo em 31.12.2011

As demonstrações financeiras consolidadas foram preparadas e apresentadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, incluindo os pronunciamentos emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPCs), e conforme as normas internacionais de relatórios financeiros *IFRS (International Financial Reporting Standards)* emitidas pelo *IASB (International Accounting Standards Board)*, e tendo sido auditadas pela Baker Tilly Brasil Auditores Independentes S/S, contam com o parecer favorável dos auditores externos.

Abaixo seguem os Demonstrativos Financeiros com as Análises Verticais (AV) e Análises Horizontais (AH) de cada período.

Ativo Consolidado									
Em milhares de R\$	31.12.2010	A.V. 2010	A.H. 2010 x 2009	31.12.2011	A.V. 2011	A.H. 2011 x 2010	31.12.2012	A.V. 2012	A.H. 2012 x 2011
CIRCULANTE	774.098	72%	-17%	898.243	76%	16%	731.210	68%	-19%
Caixa e Equivalente de Caixa	264.899	25%	710%	360.807	31%	36%	196.420	18%	-46%
Instrumentos Financeiros derivativos	-	-	-	1.340	0%	-	-	-	-
Clientes	210.426	19%	-55%	219.292	19%	4%	223.646	21%	2%
Estoques	219.360	20%	-43%	256.793	22%	17%	266.195	25%	4%
Tributos a Recuperar	67.737	6%	144%	44.850	4%	-34%	36.099	3%	-20%
Valores a Receber e Desp.Antecipadas	11.676	1%	-46%	15.161	1%	30%	8.850	1%	-42%
ATIVO NÃO CIRCULANTE	306.984	28%	-20%	278.195	24%	-9%	344.439	32%	24%
Clientes	6.318	1%	-11%	5.074	0%	-20%	7.109	1%	40%
Tributos Recuperar	17.788	2%	-83%	19.898	2%	12%	24.042	2%	21%
Créditos com Plano de Previdência	65.114	6%	35%	67.919	6%	4%	71.692	7%	6%
Depósitos Judiciais e Outros Créditos	14.662	1%	1%	17.375	1%	19%	19.564	2%	13%
Créditos com Precatórios	-	-	-	-	-	-	65.099	6%	-
Ativos Disponíveis para Venda	23.880	2%	46%	12.090	1%	-49%	0	0%	-100%
Imposto de renda e contribuição social diferidos	62.270	6%	-3%	60.298	5%	-3%	67.539	6%	12%
Outros Investimentos	426	0%	28%	1.801	0%	323%	1.955	0%	9%
Imobilizado	89.468	8%	-9%	72.725	6%	-19%	63.576	6%	-13%
Ativo Intangível	27.058	3%	-12%	21.015	2%	-22%	23.863	2%	14%
TOTAL DO ATIVO	1.081.082	100%	-18%	1.176.438	100%	9%	1.075.649	100%	-9%

Passivo Consolidado

Em milhares de R\$	A.V.			A.H.			A.V.			A.H.		
	31.12.2010	2010	2010 x 2009	31.12.2011	2011	2011 x 2010	31.12.2012	2012	2012 x 2011			
CIRCULANTE	304.349	28%	-46%	396.983	34%	30%	308.277	29%	-22%			
Instituições Financeiras	68.285	6%	-44%	91.438	8%	34%	49.546	5%	-46%			
Instrumentos financeiros e derivativos	1.403	0%	-	-	-	-	429	0%	-			
Fornecedores	63.564	6%	-72%	82.539	7%	30%	48.714	5%	-41%			
Obrigações com Pessoal	65.181	6%	20%	75.768	6%	16%	66.415	6%	-12%			
Dívidas com Pessoas Ligadas	-	-	-	-	-	-	190	0%	-			
Impostos a Pagar	12.802	1%	-58%	16.410	1%	28%	23.653	2%	44%			
Provisões e Contas a Pagar	52.164	5%	-36%	87.560	7%	68%	89.970	8%	3%			
Receitas Diferidas	35.835	3%	2%	31.033	3%	-13%	29.175	3%	-6%			
Dividendos Propostos/Juros sobre o Capital Próprio	5.114	0%	-60%	12.235	1%	139%	185	0%	-98%			
PASSIVO NÃO CIRCULANTE	262.751	24%	6%	241.747	21%	-8%	223.540	21%	-8%			
Instituições Financeiras	139.604	13%	10%	130.998	11%	-6%	102.292	10%	-22%			
Dívidas com Pessoas Ligadas	-	-	-	-	-	-	210	0%	-			
Receitas Diferidas	35.264	3%	9%	24.780	2%	-30%	26.296	2%	6%			
Provisão para Contingências	78.849	7%	1%	75.767	6%	-4%	86.112	8%	14%			
Outras Provisões	9.035	1%	-22%	10.202	1%	13%	8.630	1%	-15%			
PATRIMÔNIO LÍQUIDO	513.982	48%	2%	537.708	46%	5%	543.832	51%	1%			
Capital Social	250.000	23%	0%	280.000	24%	12%	280.000	26%	0%			
Reservas de Capital	37.471	3%	0%	37.471	3%	0%	22.067	2%	-41%			
Ajuste de Avaliação Patrimonial	1.762	0%	-132%	(5.921)	-1%	-	(1.258)	0%	-79%			
Reservas de Lucros	224.739	21%	2%	226.148	19%	1%	242.057	23%	7%			
Participações de não controladores	10	0%	-95%	10	0%	0%	966	0%	9560%			
TOTAL DO PASSIVO	1.081.082	100%	-18%	1.176.438	100%	9%	1.075.649	100%	-9%			

Demonstração do Resultado Consolidado

Em milhares de R\$	A.V. 2010			A.H.			A.V. 2011			A.H.		
	2010	em relação a Receita Líquida	2010 x 2009	2011	em relação a Receita Líquida	2011 x 2010	2012	em relação a Receita Líquida	2012 x 2011			
Receita Líquida de Vendas e Serviços	1.571.423	100%	19%	1.542.292	100%	-2%	1.545.338	100%	0%			
Custo dos Produtos Vendidos e Serviços Prestados	(1.297.203)	-83%	23%	(1.261.557)	-82%	-3%	(1.353.177)	-88%	7%			
Lucro Bruto	274.220	17%	2%	280.735	18%	2%	192.161	12%	-32%			
Despesas/Receitas Operacionais	(260.564)	-17%	14%	(248.503)	-16%	-5%	(198.667)	-13%	-20%			
Despesas com Vendas	(113.573)	-7%	25%	(113.776)	-7%	0%	(124.390)	-8%	9%			
Despesas Administrativas	(63.606)	-4%	1%	(76.563)	-5%	20%	(69.107)	-4%	-10%			
Despesas com Pesquisa e Desenvolvimento	(73.133)	-5%	33%	(69.188)	-4%	-5%	(63.713)	-4%	-8%			
Outros Ganhos (Perdas), Líquido	(10.364)	-1%	-48%	10.832	1%	-	58.389	4%	439%			
Resultado da Equivalência Patrimonial	112	0%	-61%	192	0%	72%	154	0%	-20%			
Lucro (Prejuízo) Operacional	13.656	1%	-66%	32.232	2%	136%	(6.506)	0%	-			
Resultado Financeiro	(872)	0%	-	18.436	1%	-	3.769	0%	-80%			
Receitas Financeiras	18.854	1%	160%	62.291	4%	230%	40.550	3%	-35%			
Despesas Financeiras	(19.726)	-1%	292%	(43.855)	-3%	122%	(36.781)	-2%	-16%			
Lucro (Prejuízo) antes do IR e da CS	12.784	1%	-70%	50.668	3%	296%	(2.737)	0%	-			
Imposto de Renda e Contribuição Social	2.947	0%	189%	(7.080)	0%	-	4.237	0%	-			
Lucro do exercício das operações continuadas	15.731	1%	-64%	43.588	3%	177%	1.500	0%	-97%			
Operações descontinuadas												
Lucro / (Prejuízo) do exercício de operações descontinuadas	(4.598)	0%	-	-	-	-	-	-	-			
Lucro decorrente da venda das operações descontinuadas	388	0%	-	-	-	-	-	-	-			
Lucro Líquido do Exercício	11.521	1%	-78%	43.588	3%	278%	1.500	0%	-97%			

Desempenho

Em 2012, a indústria de tecnologia da informação sofreu as consequências das mudanças ocorridas no cenário macroeconômico brasileiro, incluindo a desaceleração das taxas de crescimento do País, a desvalorização cambial, a redução da taxa básica de juros e os efeitos da crise internacional.

Nesse cenário, a menor demanda em relação à prevista para o ano, associada ao aumento dos custos de produção, a necessidade de renegociação de contratos com importantes Clientes e, no quarto trimestre, os questionamentos havidos sobre a legislação tributária aplicável ao setor, impactaram os negócios e os resultados da Itautec.

Receita Líquida de Vendas e Serviços

No acumulado do ano, a receita líquida consolidada de vendas e serviços foi de R\$ 1.545,3 milhões, o que representa um crescimento de 0,2% em relação a 2011, em linha com o crescimento da economia brasileira no exercício de 2012.

Receita líquida por Unidade de Negócio**- Unidade de Soluções de Automação**

Apesar da redução de 4,1% no número de ATMs expedidos, a Unidade de Automações, incluindo Automação Bancária e Automação Comercial, apresentou crescimento de 6,3%, com receita líquida de R\$ 404,0 milhões, em função da maior comercialização de *softwares* e implantação de projetos de biometria para instituições bancárias, e projetos que incluíram a substituição de impressoras fiscais para grandes varejistas no Brasil.

- Unidade de Soluções de Computação

A Unidade de Computação teve crescimento de 6,4% no volume de produtos faturados, com destaque ao crescimento de 10,7% nos *mobiles*, como *notebooks*, *netbooks* e *tablets*, mas não suficiente para gerar um crescimento de receita, que foi reduzida em 2,9% para R\$ 700,4 milhões em função dos menores preços e alteração de mix de produtos vendidos.

- Unidade de Serviços Tecnológicos

A Unidade de Serviços Tecnológicos manteve-se no patamar de receita do ano anterior (R\$ 440,9 milhões), conseguindo compensar, com novos contratos, a perda de receita de R\$ 20 milhões por trimestre a partir do segundo trimestre de 2012, devido ao encerramento de contrato de prestação de serviços de logística em função da decisão estratégica de internalização dos serviços pelo Cliente, e às reduções oriundas das renegociações contratuais impostas pelo setor bancário público e privado.

Lucro Bruto

O lucro bruto de 2012 foi de R\$ 192,2 milhões, 31,6% inferior a 2011, em função dos impactos na receita mencionados acima, do aumento dos custos com mão de obra e insumos, principalmente relacionados à significativa valorização do dólar frente ao real no decorrer do exercício, e dos gastos pontuais para readequação organizacional. A rentabilidade bruta (lucro bruto dividido pela receita líquida) de 2012 foi de 12,4% ante 18,2% em 2011.

Despesas/Receitas Operacionais

As despesas com vendas em 2012 atingiram R\$ 124,4 milhões, montante 9,3% superior em relação a 2011, resultado, principalmente, do aumento das despesas variáveis para suportar o maior volume de vendas de produtos de Computação e Automação Comercial, e dos custos associados aos desligamentos de R\$ 4,3 milhões.

As despesas gerais e administrativas em 2012 atingiram R\$ 69,1 milhões, montante 9,7% menor em relação ao reportado no ano anterior, resultado das ações que a Itautec vem implementando na busca de maior eficiência e produtividade. As despesas com pesquisa e desenvolvimento registraram R\$ 63,7 milhões, 7,9% menores em relação a 2011, com a manutenção dos investimentos estratégicos e dos lançamentos de produtos previstos para o exercício.

Em junho, a Itautec oficializou seu compromisso em realizar a venda das ações da Camargo Corrêa Desenvolvimento Imobiliário - CCDI mantidas como ativos financeiros disponíveis para venda. O valor

bruto resultante da operação foi de R\$ 16,5 milhões, com efeito negativo no resultado de 2012 de R\$ 2,6 milhões.

Em novembro, a Companhia reconheceu um ativo decorrente de créditos com precatórios. Trata-se de processo relativo a ação de repetição de indébito, correspondente a cobrança de Taxa de Serviço Administrativo – TSA, incidente sobre a internação e importação de mercadorias na Zona Franca de Manaus, para o qual se obteve decisão favorável, com trânsito em julgado. O crédito por precatório judicial foi reconhecido como receita no resultado na rubrica de “Outros Ganhos (Perdas), Líquido” que, trazido a valor presente pelo método do fluxo de caixa descontado, totalizou o valor líquido de R\$ 65,1 milhões. Maiores informações são apresentadas na Nota Explicativa Nº 13 das Demonstrações Financeiras.

EBITDA e Lucro Líquido

Como resultado dos eventos descritos acima, o EBITDA e o lucro líquido de 2012 foram R\$ 17,7 milhões e R\$ 1,5 milhão, respectivamente.

Resultado Financeiro

O resultado financeiro registrado ao final de 2012 foi uma receita líquida de R\$ 3,8 milhões, efeito do superávit financeiro apresentado no decorrer do exercício, com os recursos direcionados a aplicações tradicionais em renda fixa, por meio de bancos de primeira linha, e remuneradas, em sua maioria, a taxas de mercado (CDI) com alta liquidez.

Fluxo de Caixa Operacional

O fluxo das atividades operacionais registrou consumo de caixa em 2012 de R\$ 83,0 milhões, tendo como principais fatores, a queda da rentabilidade bruta, que impactou o resultado líquido no exercício, gastos pontuais como os de indenizações, e a liquidação financeira junto a fornecedores de componentes destinados à produção.

Considerações sobre as principais contas de Ativo e Passivo, incluindo o endividamento financeiro

Disponibilidades/Aplicações Financeiras

A Companhia encerrou o ano de 2012 com saldo de Disponibilidades Financeiras de R\$ 196,4 milhões, que representa 26,9% do ativo circulante. As aplicações financeiras da Companhia e suas controladas nacionais estão representadas por fundos de investimentos não exclusivos e Certificados de Depósitos Bancários (CDBs) no País, ambos com remuneração atrelada à variação do Certificado de Depósito Interbancário (CDI) e possibilidade de resgates imediatos.

Milhares de R\$

Disponibilidades / Aplicações Financeiras	31.12.2012	31.12.2011
Bancos - conta movimento	15.691	17.768
Fundos de investimentos	34.736	45.951
Certificado de Depósito Bancário (CDB) / Operação Compromissada	145.993	297.088
Total Consolidado	196.420	360.807

Contas a Receber de Clientes

O saldo consolidado de Clientes ao final de 2012 era de R\$ 230,8 milhões, montante 2,8% maior que o registrado em 31 de dezembro de 2011, conforme segue:

Milhares de R\$

Contas a Receber de Clientes	31.12.2012	31.12.2011
Contas a receber da venda de produtos e serviços:		
Clientes no País	206.398	196.325
Clientes no exterior	16.042	18.278
	222.440	214.603
Arrendamento mercantil:		
Outras contas a receber	14.517	12.733
Total do clientes a receber	236.957	227.336
Provisão para créditos de liquidação duvidosa	(6.202)	(2.970)
Total Consolidado	230.755	224.366
Total Circulante	223.646	219.292
Total Não Circulante	7.109	5.074

Estoques

Ao final de 2012, o saldo de Estoques foi de R\$ 266,2 milhões, montante ligeiramente superior ao registrado no ano anterior (R\$ 256,8 milhões), contribuindo para a manutenção do giro de estoque produtivo no mesmo patamar do exercício anterior (6,7 vezes em 2012 vs 6,9 vezes em 2011).

Milhares de R\$

Estoques	31.12.2012	31.12.2011
Matérias-primas	164.051	193.876
Produtos acabados	149.176	104.677
Importação em andamento	2.516	8.014
Produtos em elaboração	42	3.815
Provisão para obsolescência e desvalorização de estoques	(49.590)	(53.589)
Total Consolidado	266.195	256.793

Endividamento

Ao final de 2012, o endividamento financeiro bruto da Companhia era de R\$ 151,8 milhões, montante 31,7% inferior em relação ao final de 2011. Já o endividamento financeiro líquido foi negativo (excesso de caixa) em R\$ 44,6 milhões, com disponibilidades financeiras de R\$ 196,4 milhões.

Instrumentos Financeiros Derivativos

A Itautec adota diretrizes conservadoras em suas operações financeiras. Em 2012 a Companhia não realizou operações com derivativos financeiros alavancados.

As operações de derivativos utilizadas pela Companhia estão distribuídas em contratos de SWAP e NDF (*Non Deliverable Forward*) nas moedas dólar e euro, com o único objetivo de minimizar os riscos da exposição cambial da Companhia em função de suas operações ou investimentos nas respectivas moedas.

Análise gerencial do resultado consolidado do exercício findo em 31.12.2011 comparativamente ao exercício findo em 31.12.2010

As demonstrações financeiras consolidadas foram preparadas e apresentadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, incluindo os pronunciamentos emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos

Contábeis (CPCs), e conforme as normas internacionais de relatórios financeiros *IFRS (International Financial Reporting Standards)* emitidas pelo *IASB (International Accounting Standards Board)*, e tendo sido auditadas pela PricewaterhouseCoopers Auditores Independentes, contam com o parecer favorável dos auditores externos.

Abaixo seguem os Demonstrativos Financeiros com as Análises Verticais (AV) e Análises Horizontais (AH) de cada período.

ATIVO CONSOLIDADO								
Em milhares de R\$	31.12.2009	AV/2009	31.12.2010	AV/2010	AH / 2010 x		AH / 2011	
					2009	31.12.2011	AV/2011	x 2010
CIRCULANTE	931.208	71%	774.098	72%	-17%	898.243	76%	16%
Caixa e Equivalente de Caixa	32.715	2%	264.899	25%	710%	360.807	31%	36%
Instrumentos Financeiros derivativos	0	0%	0	0%	-	1.340	0%	-
Clientes	464.828	35%	210.426	19%	-55%	219.292	19%	4%
Estoques	384.260	29%	219.360	20%	-43%	256.793	22%	17%
Tributos a Recuperar	27.770	2%	67.737	6%	144%	44.850	4%	-34%
Valores a Receber e Desp.Antecipadas	21.635	2%	11.676	1%	-46%	15.161	1%	30%
ATIVO NÃO CIRCULANTE	382.575	29%	306.984	28%	-20%	278.195	24%	-9%
Clientes	7.101	1%	6.318	1%	-11%	5.074	0%	-20%
Tributos Recuperar	103.224	8%	17.788	2%	-83%	19.898	2%	12%
Créditos com Plano de Previdência	48.102	4%	65.114	6%	35%	67.919	6%	4%
Depósitos Judiciais e Outros	14.461	1%	14.662	1%	1%	17.375	1%	19%
Ativos Disponíveis para Venda	16.350	1%	23.880	2%	46%	12.090	1%	-49%
Imposto de renda e contribuição social diferidos	64.136	5%	62.270	6%	-3%	60.298	5%	-3%
Outros Investimentos	332	0%	426	0%	28%	1.801	0%	323%
Imobilizado	98.256	7%	89.468	8%	-9%	72.725	6%	-19%
Ativo Intangível	30.613	2%	27.058	3%	-12%	21.015	2%	-22%
TOTAL DO ATIVO	1.313.783	100%	1.081.082	100%	-18%	1.176.438	100%	9%

PASSIVO CONSOLIDADO								
Em milhares de R\$	31.12.2009	AV/2009	31.12.2010	AV/2010	AH / 2010 x		AH / 2011	
					2009	31.12.2011	AV/2011	2010
CIRCULANTE	562.352	43%	304.349	28%	-46%	396.983	34%	30%
Instituições Financeiras	122.816	9%	68.285	6%	-44%	91.438	8%	34%
Instrumentos financeiros e derivativos	-	0%	1.403	0%	-	-	0%	-
Fornecedores	225.597	17%	63.564	6%	-72%	82.539	7%	30%
Obrigações com Pessoal	54.184	4%	65.181	6%	20%	75.768	6%	16%
Impostos a Pagar	30.290	2%	12.802	1%	-58%	16.410	1%	28%
Provisões e Contas a Pagar	81.549	6%	52.164	5%	-36%	87.560	7%	68%
Obrigações e Receitas Diferidas c/ Garantia	35.130	3%	35.835	3%	2%	31.033	3%	-13%
Juros sobre Capital/Dividendos Propostos	12.786	1%	5.114	0%	-60%	12.235	1%	139%
PASSIVO NÃO CIRCULANTE	248.969	19%	262.751	24%	6%	241.747	21%	-8%
Instituições Financeiras	126.582	10%	139.604	13%	10%	130.998	11%	-6%
Contas a Pagar Controladas	-	0%	-	0%	-	-	0%	-
Obrigações e Receitas Diferidas c/ Garantia	32.411	2%	35.264	3%	9%	24.780	2%	-30%
Provisão para Contingências	78.427	6%	78.849	7%	1%	75.767	6%	-4%
Outras Provisões	11.549	1%	9.035	1%	-22%	10.202	1%	13%
PATRIMÔNIO LÍQUIDO	502.462	38%	513.982	48%	2%	537.708	46%	5%
Capital Social	250.000	19%	250.000	23%	0%	280.000	24%	12%
Reservas de Capital	37.471	3%	37.471	3%	0%	37.471	3%	0%
Ajuste de Avaliação Patrimonial	(5.486)	0%	1.762	0%	-	(5.921)	-1%	-
Reservas de Lucros	220.278	17%	224.739	21%	2%	226.148	19%	1%
Ajustes acumulados de conversão	0	0%	-	0%	-	-	0%	-
Participações de não controladores	199	0%	10	0%	-95%	10	0%	0%
TOTAL DO PASSIVO	1.313.783	100%	1.081.082	100%	-18%	1.176.438	100%	9%

Demonstração do Resultado Consolidado								
Em milhares de R\$	A.V. 2009 em relação a Receita Líquida		A.V. 2010 em relação a Receita Líquida		A. H. 2010 x 2009	A.V. 2011 em relação a Receita Líquida		A. H. 2011 x 2010
	2009	2010	2010	2011		2011	2011 x 2010	
Receita Líquida de Vendas e Serviços	1.323.807	100%	1.571.423	100%	19%	1.542.292	100%	-2%
Custo dos Produtos Vendidos e Serviços Prestados	(1.054.043)	-80%	(1.297.203)	-83%	23%	(1.261.557)	-82%	-3%
Lucro Bruto	269.764	20%	274.220	17%	2%	280.735	18%	2%
Despesas/Receitas Operacionais	(229.106)	-17%	(260.564)	-17%	14%	(248.503)	-16%	-5%
Despesas com Vendas	(91.166)	-7%	(113.573)	-7%	25%	(113.776)	-7%	0%
Despesas Administrativas	(63.182)	-5%	(63.606)	-4%	1%	(76.563)	-5%	20%
Despesas com Pesquisa e Desenvolvimento	(54.941)	-4%	(73.133)	-5%	33%	(69.188)	-4%	-5%
Outros Ganhos (Perdas), Líquido	(20.106)	-2%	(10.364)	-1%	-48%	10.832	1%	-
Resultado da Equivalência Patrimonial	289	0%	112	0%	-61%	192	0%	72%
Lucro Operacional	40.658	3%	13.656	1%	-66%	32.232	2%	136%
Resultado Financeiro	2.227	0%	(872)	0%	-	18.436	1%	-
Receitas Financeiras	7.262	1%	18.854	1%	160%	62.291	4%	230%
Despesas Financeiras	(5.035)	0%	(19.726)	-1%	292%	(43.855)	-3%	122%
Lucro antes do IR e da CS	42.885	3%	12.784	1%	-70%	50.668	3%	296%
Imposto de Renda e Contribuição Social	1.021	0%	2.947	0%	189%	(7.080)	0%	-
Lucro do exercício das operações continuadas	43.906	3%	15.731	1%	-64%	43.588	3%	177%
Operações descontinuadas	-	0%	-	0%	-	-	0%	-
Lucro / (Prejuízo) do exercício de operações descontinuadas	7.376	1%	(4.598)	0%	-	-	0%	-
Lucro decorrente da venda das operações descontinuadas	-	0%	388	0%	-	-	0%	-
Lucro Líquido do Exercício	51.282	4%	11.521	1%	-78%	43.588	3%	278%

Desempenho

Em 2011, o mercado mundial de tecnologia foi significativamente afetado por desastres naturais ocorridos na Ásia, onde estão localizados os maiores fornecedores de componentes para a indústria eletroeletrônica. Em março, o terremoto ocorrido no Japão impactou o fornecimento de componentes, que foi normalizado no decorrer do terceiro trimestre. No quarto trimestre, as enchentes na Tailândia afetaram a produção de grandes fabricantes de discos rígidos e seus componentes, o que resultou em desabastecimento global desses insumos e forte pressão sobre os custos.

No Brasil, o mercado reagiu às medidas adotadas pelo governo para conter a evolução inflacionária ocorrida no primeiro semestre, apresentando redução no consumo e gerando atitude mais conservadora em empresas de diversos setores, o que resultou, inclusive, na postergação de investimentos em tecnologia. A partir de setembro, a valorização do dólar frente ao real, efeito da instabilidade econômica na zona do euro e dos indicadores da economia norte-americana, também contribuiu para a postergação dos investimentos de algumas companhias.

O ano foi marcado ainda pelo aumento de competitividade no segmento de computação, causado pela forte atuação de companhias multinacionais focadas em crescimento de participação de mercado, ocasionando substancial queda dos preços de venda e maior pressão sobre as margens, especialmente no segmento de varejo.

Receita Líquida de Vendas e Serviços

A receita líquida consolidada de vendas e serviços de 2011 atingiu R\$ 1.542,3 milhões, inferior em 1,9% em relação a 2010, impactada pela menor atividade do segmento de automações ocorrida no primeiro semestre de 2011 e pela queda no preço médio dos equipamentos de Computação, especialmente no segmento de varejo.

Receita líquida por Unidade de Negócio

- Unidade de Soluções de Automação

No acumulado do ano, a receita líquida com a comercialização de produtos e soluções de automação bancária e automação comercial destinados aos mercados brasileiro e internacional atingiu R\$ 380,2 milhões, 19,7% inferior em relação à receita líquida apurada em 2010, resultado da menor atividade no primeiro semestre, em razão da postergação dos investimentos em tecnologia da informação pelas empresas. Foram expedidos no ano 15,7 mil equipamentos, sendo 8,4 mil ATMs, volume 31,5% inferior em relação ao ano anterior.

- Unidade de Soluções de Computação

A receita líquida de 2011 com a comercialização de microcomputadores (*desktops*, *notebooks*, *netbooks* e servidores), de soluções integradas de computação e revenda de *software* atingiu R\$ 721,2 milhões, 1,1% superior em relação a 2010, com a comercialização de 549,6 mil unidades, volume 21,3% maior em relação ao ano anterior, impulsionado pelas vendas ao segmento varejo, que apresentou crescimento de 38,2%. Mesmo com o aumento no volume em relação a 2010, a redução no preço médio de venda dos equipamentos, especialmente *notebooks*, impactou a receita líquida do ano, em razão da maior competitividade ocorrida nesse segmento.

Em Computação Corporativa, a postergação dos investimentos pelo segmento governo, principalmente no primeiro semestre, impossibilitou que a Companhia atingisse melhor desempenho no exercício.

- Unidade de Serviços Tecnológicos

A Unidade Serviços Tecnológicos atua na prestação de serviços de instalação, monitoração, manutenção e reparo de equipamentos próprios e de terceiros, nas áreas de computação, automação bancária, automação comercial, infraestrutura, cabeamento e rede.

No acumulado do ano, a receita líquida atingiu R\$ 440,9 milhões, 14,5% maior em relação a 2010. O crescimento está relacionado a novos projetos de infraestrutura e cabeamento estruturado realizados em grandes clientes, a contratos de serviços de suporte e manutenção *on site* para clientes do varejo em equipamentos de computação e telefonia de várias marcas, e a projetos que incluíram logística reversa.

Lucro Bruto

O lucro bruto em 2011 atingiu R\$ 280,7 milhões, apresentando uma margem bruta consolidada de 18,2%, 0,7 ponto percentual superior em relação à obtida em 2010. Contribuíram para a melhora da margem bruta as ações estruturais de melhoria de eficiência operacional implementadas ao longo do ano.

Despesas Operacionais

As despesas com vendas totalizaram R\$ 113,8 milhões, mantendo-se no mesmo patamar de 2010. No ano, fatores como ganhos em eficiência logística e renegociação do custo de transporte com fornecedores, contribuíram para uma redução nas despesas consolidadas com fretes. Em contrapartida, foram necessários maiores investimentos com propaganda para suportar a estratégia de crescimento da operação no mercado de varejo.

As despesas gerais e administrativas apresentaram crescimento de 20,4% em relação a 2010, encerrando o exercício em R\$ 76,6 milhões. A variação reflete, principalmente, a combinação de liberações pontuais de provisões em 2010 e dos efeitos no fortalecimento das estruturas de gestão da Companhia.

As despesas com pesquisa e desenvolvimento atingiram R\$ 69,2 milhões, representando 4,5% da receita líquida, direcionadas, em sua maior parte, ao desenvolvimento de produtos e *softwares* de automações bancária e comercial.

A rubrica outros ganhos (perdas) registrou uma receita de R\$ 10,8 milhões, resultado da venda do edifício localizado na Avenida Paulista, em São Paulo, com efeito positivo antes dos impostos de R\$ 17,0 milhões (R\$ 11,2 milhões líquido de impostos).

Resultado Financeiro

O resultado financeiro registrado ao final de 2011 foi uma receita de R\$ 18,4 milhões, efeito do superávit financeiro apresentado no decorrer do exercício, com os recursos direcionados a aplicações tradicionais em renda fixa, por meio de bancos de primeira linha, e remuneradas a taxas de mercado (CDI) com alta liquidez.

EBITDA e Lucro Líquido

O EBITDA acumulado em 2011 atingiu R\$ 53,4 milhões, superior em 56,2% em relação ao reportado em 2010, em razão, principalmente, das melhores margens obtidas pelas Unidades de Serviços e Computação, e pelo resultado da venda do edifício localizado na Avenida Paulista, em São Paulo, com efeito positivo antes dos impostos de R\$ 17,0 milhões, reconhecidos no resultado na rubrica Outros Ganhos (Perdas) Líquido.

No acumulado do ano, o lucro líquido atingiu R\$ 43,6 milhões, superior em 278,3% ao apurado em 2010, com margem líquida de 2,8%. Além dos eventos descritos acima, contribuiu para esse crescimento, o resultado financeiro positivo de R\$ 18,4 milhões.

Fluxo de Caixa Operacional

O aprimoramento da gestão financeira e de otimização dos recursos apresentou importantes resultados, com especial destaque para a gestão de capital de giro, que proporcionou à Companhia encerrar 2011 com superávit financeiro, com geração operacional de caixa acumulada em 2011 de R\$ 72,8 milhões, o que contribuiu para que a Companhia apresentasse, ao final de dezembro, o maior saldo de disponibilidades financeiras de curto prazo dos últimos anos, R\$ 360,8 milhões, proporcionando melhores condições de implementação de sua estratégia de crescimento para 2012 com a utilização de recursos próprios.

Considerações sobre as principais contas de Ativo e Passivo, incluindo o endividamento financeiro

Disponibilidades/Aplicações Financeiras

A Companhia encerrou o ano de 2011 com saldo de Disponibilidades Financeiras de R\$ 360,8 milhões, que representa 40,2% do ativo circulante. As aplicações financeiras da Companhia e suas controladas nacionais estão representadas por fundos de investimentos não exclusivos e Certificados de Depósitos Bancários (CDBs) no País, ambos com remuneração atrelada à variação do Certificado de Depósito Interbancário (CDI) e possibilidade de resgates imediatos.

Milhares de R\$

Disponibilidades / Aplicações Financeiras	31.12.2011	31.12.2010
Bancos - conta movimento	17.768	9.790
Fundos de investimentos	45.951	40.175
Certificado de Depósito Bancário (CDB) / Operação Compromissada	297.088	214.934
Total Consolidado	360.807	264.899

Contas a Receber de Clientes

O saldo de Clientes ao final de 2011 era de R\$ 224,4 milhões, montante apenas 3,5% maior que o registrado em 31 de dezembro de 2010.

Milhares de R\$

Contas a Receber de Clientes	31.12.2011	31.12.2010
Contas a receber da venda de produtos e serviços:		
Clientes no País	196.325	200.935
Clientes no exterior	18.278	8.072
	214.603	209.007
Arrendamento mercantil:		
Outras contas a receber	12.733	14.345
Total do clientes a receber	227.336	223.352
Provisão para créditos de liquidação duvidosa	(2.970)	(6.608)
Total Consolidado	224.366	216.744
Total Circulante	219.292	210.426
Total Não Circulante	5.074	6.318

Estoques

Ao final de 2011, o saldo de Estoques foi de R\$ 256,8 milhões ante R\$ 219,4 milhões em 2010. O aumento ocorreu em razão da aquisição de componentes para suportar o planejamento de vendas dos primeiros meses de 2012, principalmente para equipamentos de automação bancária (ATMs).

Milhares de R\$

Estoques	31.12.2011	31.12.2010
Matérias-primas	193.876	152.016
Produtos acabados	104.677	106.744
Importação em andamento	8.014	10.279
Produtos em elaboração	3.815	1
Provisão para obsolescência e desvalorização de estoques	(53.589)	(49.680)
Total Consolidado	256.793	219.360

Endividamento

Ao final de 2011, o endividamento financeiro bruto da Companhia era de R\$ 222,4 milhões, montante 6,3% superior em relação a 2010. Já o endividamento financeiro líquido foi negativo em R\$ 138,4 milhões, com disponibilidades financeiras de R\$ 360,8 milhões, montante 36,2% maior em relação a 2010. Contribuiu para esse desempenho a geração operacional de caixa de 72,8 milhões.

Instrumentos Financeiros Derivativos

A Itautec adota diretrizes conservadoras em suas operações financeiras. Em 2011 a Companhia não realizou operações com derivativos financeiros alavancados.

As operações de derivativos utilizadas pela Companhia estão distribuídas em contratos de SWAP e NDF (*Non Deliverable Forward*) nas moedas dólar e euro, com o único objetivo de minimizar os riscos da exposição cambial da Companhia em função de suas operações ou investimentos nas respectivas moedas.

10.2. Os diretores devem comentar:
a. Resultados das operações do emissor, em especial:
i. Descrição de quaisquer componentes importantes da receita

Nos três últimos exercícios sociais, as operações da Itautec S.A. concentraram-se na oferta de produtos de computação, automações e serviços tecnológicos, incluindo assistência técnica, infraestrutura e instalações. A Companhia concentrou a maior parcela das receitas no Brasil, as quais se referem à comercialização de produtos de automação bancária, automação comercial e produtos de computação e à prestação de serviços tecnológicos. No exterior atuou por meio de subsidiárias, presentes em países das Américas e Europa, através da comercialização de produtos de automação bancária, automação comercial e prestação de serviços tecnológicos. As receitas em moeda estrangeira estão sujeitas a variação cambial no momento da conversão para a moeda brasileira, conforme previsto no Pronunciamento Técnico CPC02 do Comitê de Pronunciamentos Contábeis, aprovado pela Deliberação CVM 534/08.

A partir de 2010, a Companhia passou a divulgar suas receitas de acordo com os segmentos operacionais definidos pela Administração, com base nos relatórios utilizados para a tomada de decisões estratégicas, revisados pela Diretoria Executiva.

A Diretoria realiza sua análise da operação baseada em três segmentos de negócios relevantes: Soluções de Automação, Soluções de Computação e Serviços Tecnológicos. Os segmentos apresentados nas demonstrações financeiras são unidades de negócio estratégicas que oferecem produtos e serviços distintos.

A distribuição da receita líquida de vendas e serviços por segmento operacional nos três últimos exercícios foi:

Segmento Operacional	Participação na Receita Líquida Consolidada		
	2013	2012	2011
Soluções de Automação	30,0%	26,2%	24,6%
Soluções de Computação	41,8%	45,3%	46,8%
Serviços Tecnológicos	28,2%	28,5%	28,6%
Total	100,0%	100,0%	100,0%

OBS: As receitas por segmento operacional de 2013, 2012 e 2011 estão apresentadas em conformidade com o novo padrão contábil brasileiro, vigente desde 01.01.2010, representado pelos pronunciamentos emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPCs), aprovados pela Comissão de Valores Mobiliários – CVM, bem como os padrões internacionais de relatórios financeiros (*International Financial Reporting Standards – IFRS*) emitidos pelo *International Accounting Standards Board – IASB* para as demonstrações financeiras consolidadas.

ii. Fatores que afetaram materialmente os resultados operacionais

Nos últimos anos o mercado de atuação da Itautec foi impactado por uma série de fatores que levaram a uma queda expressiva na rentabilidade da Companhia, incluindo aspectos macroeconômicos, comerciais e concorrenciais potencializados com a entrada de novos “players” com escalas de produção globais.

As diversas iniciativas implementadas pela Companhia para a readequação ao competitivo mercado de atuação não foram suficientes para reverter a queda das margens e consequente perda de rentabilidade, acentuadas nos dois últimos exercícios sociais, levando a Itautec a implementar seu processo de Reposicionamento Estratégico no mercado de TI.

Em 2013, a margem bruta consolidada foi de 4,8%, 7,7 pontos percentuais inferiores em relação ao ano anterior. Esse desempenho deve-se à menor demanda no segmento de Automações em relação à prevista para o ano, que levou a uma queda de 20,7% no número de unidades expedidas, a necessidade de renegociação de contratos com importantes Clientes no segmento corporativo, e, principalmente, pela desativação paulatina do segmento de Computação, que resultou em queda expressiva no volume de equipamentos expedidos (309,3 mil unidades em 2013 ante 585,0 mil em 2012).

Em 2012, a indústria de tecnologia da informação sofreu as consequências das mudanças ocorridas no cenário macroeconômico brasileiro, incluindo a desaceleração das taxas de crescimento do País, a desvalorização cambial, a redução da taxa básica de juros e os efeitos da crise internacional.

Nesse cenário, a menor demanda em relação à prevista para o ano, associada ao aumento dos custos de produção, a necessidade de renegociação de contratos com importantes Clientes e, no quarto trimestre, os questionamentos havidos sobre a legislação tributária aplicável ao setor, impactaram os negócios e os resultados da Itautec.

No mercado corporativo, as empresas, de uma maneira geral, atuaram com cautela quanto à execução de suas estratégias de investimento, em razão das incertezas oriundas do novo cenário macroeconômico. A exceção foi o setor de comércio varejista, que manteve os planos de expansão e atualização tecnológica do parque instalado, o que contribuiu para impulsionar a demanda por produtos, serviços e soluções de Automação Comercial.

No setor bancário, tanto público quanto privado, o ano foi marcado pela restrição nos investimentos em tecnologia, pela forte pressão por reduções de preços e pelas renegociações de condições contratadas, com as instituições buscando melhorias nos seus índices de eficiência operacional para responder à redução nos spreads bancários.

O setor de telecomunicações, impulsionado pelos planos de melhoria de qualidade demandados pelo governo brasileiro, apresentou aumento de demanda no segundo semestre de 2012, refletindo em importantes perspectivas para a Unidade de Serviços Tecnológicos da Itautec.

No segmento governo, apesar do maior número de editais realizados no segundo semestre, principalmente os ligados ao segmento de Computação, poucos negócios foram efetivamente concluídos. Além disso, poucos efeitos causaram as tentativas de renegociação de preço por “desequilíbrio econômico-financeiro”, previsto na legislação, em função da desvalorização cambial, forçando a entrega de produtos com margens muito menores do que aquelas apuradas quando da licitação e contratação.

As vendas de equipamentos de informática para o mercado consumidor apresentaram resultados aquém das expectativas para o exercício. Apesar da demanda ter se mantido em patamares superiores ao ano anterior, em função dos estímulos de venda a prazo e pelo aumento de nível de competitividade, muitas redes varejistas e distribuidores postergaram suas aquisições, principalmente no segundo semestre, cautelosas quanto às reais demandas para o final de ano e aguardando definições mais claras quanto às mudanças tecnológicas previstas para as plataformas de computadores pessoais.

Em 2011, o mercado mundial de tecnologia foi significativamente afetado por desastres naturais ocorridos na Ásia, onde estão localizados os maiores fornecedores de componentes para a indústria eletroeletrônica, o que resultou em desabastecimento global desses insumos e forte pressão sobre os custos.

No Brasil, o mercado reagiu às medidas adotadas pelo governo para conter a evolução inflacionária ocorrida no primeiro semestre, apresentando redução no consumo e gerando atitude mais conservadora em empresas de diversos setores, o que resultou, inclusive, na postergação de investimentos em tecnologia. A partir de setembro, a valorização do dólar frente ao real também contribuiu para a postergação dos investimentos de algumas companhias.

O ano foi marcado ainda pelo aumento de competitividade no segmento de computação, causado pela forte atuação de companhias multinacionais focadas em crescimento de participação de mercado, ocasionando substancial queda dos preços de venda e maior pressão sobre as margens, especialmente no segmento de varejo.

b. Variações das receitas atribuíveis a modificações de preços, taxas de câmbio, inflação, alterações de volumes e introdução de novos produtos e serviços

Em 2013, a receita líquida de vendas consolidada, que considera as receitas provenientes das Operações Continuadas (Unidade Computação) atingiu R\$ 439,3 milhões, inferior em 37,3% em relação ao exercício anterior, resultado do menor volume de equipamentos comercializados em relação ao ano anterior, em razão da desativação paulatina do segmento.

A receita líquida de vendas e serviços consolidada, considerando os negócios relacionados às Operações Descontinuadas (Soluções de Automação e Serviços Tecnológicos), atingiu R\$ 1.050,8 milhões, montante 32,0% inferior em relação a 2012, em razão, principalmente, da desativação paulatina do segmento de Computação, do menor volume de equipamentos de automação bancária (ATMs) expedidos, e menor volume de negócios no segmento de Serviços.

No acumulado do exercício de 2012, a receita líquida consolidada de vendas e serviços foi de R\$ 1.545,3 milhões, o que representa um crescimento de 0,2% em relação a 2011, em linha com o crescimento da economia brasileira no exercício de 2012.

A Unidade de Automações, incluindo Automação Bancária e Automação Comercial, apresentou crescimento de 6,3%, com receita líquida de R\$ 404,0 milhões, em função da maior comercialização de *softwares* e implantação de projetos de biometria para instituições bancárias, e projetos que incluíram a substituição de impressoras fiscais para grandes varejistas no Brasil, que contribuíram para o crescimento de mais de 90% no número de unidades expedidas desse produto em relação a 2011. Em contrapartida, a receita foi impactada pela redução de 4,1% no volume de ATMs expedidas em relação ao ano anterior, em razão das menores entregas no mercado interno, principalmente relacionadas a contratos com bancos assinados em 2011.

A Unidade de Computação teve crescimento de 6,4% no volume de produtos faturados, com destaque ao crescimento de 10,7% nos mobiles, como *notebooks*, *netbooks* e *tablets*, mas não suficiente para gerar um crescimento de receita, que foi reduzida em 2,9% para R\$ 700,4 milhões em função dos menores preços e alteração de mix de produtos vendidos. Apesar da demanda ter se mantido em patamares superiores ao ano anterior, em função dos estímulos de venda a prazo e pelo aumento de nível de competitividade, muitas redes varejistas e distribuidores postergaram suas aquisições, principalmente no segundo semestre, cautelosas quanto às reais demandas para o final de ano e aguardando definições mais claras quanto às mudanças tecnológicas previstas para as plataformas de computadores pessoais, afetando as vendas programadas para o período.

A Unidade de Serviços Tecnológicos manteve-se no patamar de receita do ano anterior (R\$ 440,9 milhões), conseguindo compensar, com novos contratos, a perda de receita de R\$ 20 milhões por trimestre a partir do segundo trimestre de 2012, devido ao encerramento de contrato de prestação de serviços de logística em função da decisão estratégica de internalização dos serviços pelo Cliente, e às reduções oriundas das renegociações contratuais impostas pelo setor bancário público e privado.

Em 2011, o mercado brasileiro reagiu às medidas adotadas pelo governo para conter a evolução inflacionária ocorrida no primeiro semestre, reduzindo o consumo e gerando atitude mais conservadora em empresas de diversos setores, o que resultou, inclusive, na postergação de investimentos em tecnologia. A partir de setembro, a valorização do dólar frente ao real também contribuiu para a postergação dos investimentos de algumas companhias.

A receita líquida de vendas e serviços de 2011 foi de R\$ 1.542,3 milhões, redução de 1,9% com relação a R\$ 1.571,3 milhões registrados em 2010, impactada pela menor atividade do segmento de automações ocorrida no primeiro semestre de 2011 que resultou na expedição de 8,4 mil ATMs, volume 31,5% menor em relação a 2010, e pela queda no preço médio dos equipamentos de computação, especialmente no segmento de varejo, resultado da forte competitividade do setor. Apesar da queda de receita, o novo portfólio de produtos contribuiu para a expedição de 549,6 mil equipamentos em 2011, 21,3% maior em relação ao ano anterior. Ainda, em Serviços Tecnológicos, novos projetos de infraestrutura e cabeamento estruturado realizados em grandes clientes, contratos de serviços de suporte e manutenção *on site* para

clientes do varejo em equipamentos de computação e telefonia de várias marcas, e projetos que incluíram logística reversa, contribuíram para atingir receita líquida de R\$ 440,9 milhões 14,5% superior em relação a 2010.

c. Impacto da inflação, da variação de preços dos principais insumos e produtos, do câmbio e da taxa de juros no resultado operacional e no resultado financeiro do emissor

O resultado operacional de 2013 foi afetado pela contabilização dos impactos relacionados ao reposicionamento estratégico da Companhia e pelos efeitos da perda de margem operacional no desenvolvimento dos negócios, especialmente no segmento de Computação, onde a forte competitividade observada no setor resultou na dificuldade de reposicionamento de preços em praticamente todas as linhas de produtos.

O aumento da taxa básica de juros (Selic) ocorrida no decorrer do ano impactou diretamente o custo dos financiamentos captados pela Companhia, que em sua maioria, são atrelados à variação do Certificado de Depósito Interfinanceiro (CDI) e TJLP – Taxa de Juros de Longo Prazo, contribuindo para a deterioração do resultado financeiro consolidado (operações continuadas) em relação ao exercício anterior.

Em 2012, o resultado da Itautec foi impactado pelas mudanças ocorridas no cenário macroeconômico brasileiro, incluindo a desaceleração das taxas de crescimento do País, a desvalorização cambial, a redução da taxa básica de juros e os efeitos da crise internacional.

No mercado corporativo, as empresas, de uma maneira geral, atuaram com cautela quanto à execução de suas estratégias de investimento, em razão das incertezas oriundas do novo cenário macroeconômico. Já a desvalorização cambial ocorrida entre março e abril, impactou o custo dos principais insumos utilizados na produção, especialmente de equipamentos do segmento de Computação, que, em razão da forte concorrência enfrentada nesse setor, dificultou o repasse aos preços dos produtos comercializados pela Companhia, impactando as margens operacionais e o resultado de 2012. Além disso, no segmento governo, poucos efeitos causaram as tentativas de renegociação de preço por “desequilíbrio econômico-financeiro”, previsto na legislação, em função da desvalorização cambial, forçando a entrega de produtos com margens muito menores do que aquelas apuradas quando da licitação e contratação.

No setor bancário, tanto público quanto privado, o ano foi marcado pela restrição nos investimentos em tecnologia, pela forte pressão por reduções de preços e pelas renegociações de condições contratadas, com as instituições buscando melhorias nos seus índices de eficiência operacional para responder à redução nos *spreads*. Essas renegociações impactaram as margens e o resultado da Companhia em 2012, principalmente associados aos segmentos de Automação Bancária e Serviços Tecnológicos.

A redução da taxa básica de juros (Selic) ocorrida no decorrer do exercício, impactou diretamente a rentabilidade dos investimentos financeiros realizados pela Companhia, que manteve dívida líquida negativa (excesso de caixa) durante todo o período. As aplicações financeiras estão representadas, em sua maioria, com remuneração atrelada à variação do Certificado de Depósito Interfinanceiro (CDI) e possibilidade de resgate imediato. Os empréstimos e financiamentos estão vinculados a taxas prefixadas ou à TJLP – Taxa de Juros de Longo Prazo, taxa que visa estimular os investimentos de longo prazo para o setor produtivo e que, historicamente, é inferior às taxas de financiamentos praticadas pelo mercado.

Em 2011, o mercado de tecnologia foi pressionado pelo aumento no custo de insumos, devido aos desastres naturais ocorridos na Ásia, como o terremoto ocorrido no Japão e enchentes na Tailândia, que afetaram a produção de grandes fabricantes de discos rígidos e seus componentes, resultando em desbalanceamento global na oferta desses insumos. No Brasil, o mercado reagiu às medidas adotadas pelo governo para conter a evolução inflacionária ocorrida no primeiro semestre, com elevação na taxa básica de juros (Selic), apresentando redução no consumo e gerando atitude mais conservadora em empresas de diversos setores, o que resultou, inclusive, na postergação de investimentos em tecnologia. O ano encerrou com o dólar valorizado em 12,6% em relação a 2010, com impacto direto no custo dos insumos, pressionando as margens, principalmente no segmento de computação.

10.3. Os diretores devem comentar os efeitos relevantes que os eventos abaixo tenham causado ou se espera que venham a causar nas demonstrações financeiras do emissor e em seus resultados:**a. Introdução ou alienação de segmento operacional**

Em 15.05.2013 a Itautec S.A. comunicou ao mercado o acordo de parceria estratégica com a Oki Electric Industry Co. Ltd. ("OKI"), sociedade constituída de acordo com as leis do Japão, nos segmentos de Automações e Serviços Tecnológicos.

Na mesma data, comunicou a desativação paulatina da Unidade de Computação, sem qualquer prejuízo ao cumprimento integral de todos os contratos e obrigações de fornecimento, manutenção e garantia dos equipamentos da marca Itautec/InfoWay, bem como o atendimento ao consumidor e os serviços associados a essa manutenção.

Em conformidade com as normas contábeis em vigor, foram contabilizados no segundo trimestre de 2013 os impactos relacionados ao reposicionamento estratégico da Companhia, resultando em efeitos negativos no resultado e nos principais indicadores financeiros ao fim do exercício, conforme demonstrados abaixo:

- Baixa do superávit financeiro das contribuições do Plano de Contribuição Definida ("Plano CD") - Previdência Privada -, realizadas antecipadamente e reconhecidas como um ativo na proporção em que essas contribuições levassem a uma redução efetiva dos pagamentos futuros (R\$ 70,5 milhões);
- Constituição de provisão referente a não realização de créditos tributários (R\$ 113,7 milhões);
- Constituição de provisão para obsolescência de estoques do segmento de Computação (R\$ 21,8 milhões); e,
- Constituição de provisão para reestruturação do segmento de Computação e outras provisões (R\$ 26,8 milhões).

Total: (R\$ 232,8 milhões).

Os ativos relacionados às Operações Descontinuadas (Soluções de Automação e Serviços Tecnológicos) foram reclassificados para uma linha específica do Ativo Circulante, nomeada "Ativos de Operações Descontinuadas". O mesmo acontece com o passivo, os quais foram transferidos para uma linha específica no passivo circulante, nomeada, "passivos de operações descontinuadas".

b. Constituição, aquisição ou alienação de participação societária

Em razão da parceria estratégica formalizada com a Oki Electric em 10.01.2014, a partir desta data, a Itautec S.A. e a Itautec Participações e Comércio S.A. passam a deter, em conjunto, participação acionária de 30% na Oki Brasil Indústria e Comércio de Produtos e Tecnologia em Automação S.A., sociedade que terá também como acionista a empresa Oki Electric Industry Co. Ltd., com os 70% remanescentes.

c. Eventos ou operações não usuais

Os eventos ou operações não usuais estão descritos nos itens 10.3.a.

10.4. Os diretores devem comentar:**a. sobre mudanças significativas nas práticas contábeis**

As demonstrações financeiras consolidadas de 31.12.2013 foram preparadas e apresentadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, incluindo os pronunciamentos emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPCs), e conforme as normas internacionais de relatórios financeiros (*International Financial Reporting Standards* – (IFRS) emitidas pelo *International Accounting Standards Board* (IASB), aprovados pela CVM (Comissão de Valores Mobiliários).

Não ocorreram mudanças significativas nas práticas contábeis que afetaram as demonstrações financeiras da Companhia dos exercícios de 2013, 2012 e 2011.

Durante os exercícios de 2012 e 2011, o Comitê de Pronunciamentos Contábeis emitiu diversos pronunciamentos, interpretações e orientações, que foram aprovados pelo CFC (Conselho Federal de Contabilidade) e pela CVM (Comissão de Valores Mobiliários) com aplicação obrigatória. Essa aplicação já foi realizada.

b. Efeitos significativos das alterações em práticas contábeis

Não ocorreram mudanças significativas nas práticas contábeis que afetaram as demonstrações financeiras da Companhia dos exercícios de 2013, 2012 e 2011.

c. Ressalvas e ênfases presentes no parecer do auditor

Nas demonstrações financeiras dos exercícios findos em 31 de dezembro de 2013, 2012 e 2011, a administração está ciente da ênfase apresentada no relatório dos auditores independentes decorrente da avaliação dos investimentos em controladas, isto é, as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicadas nas demonstrações financeiras individuais diferem do IFRS. De acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil a variação dos investimentos em controladas gera equivalência patrimonial, enquanto pelo IFRS a variação seria a custo ou valor justo.

Segue transcrição da ênfase apresentada no parecer do auditor das demonstrações financeiras dos exercícios de 31 de dezembro de 2013, 2012 e de 2011

A Baker Tilly Brasil Auditores Independentes S/S emitiu a seguinte ênfase em seu parecer referente as demonstrações financeiras do exercício findo em 31.12.2013:

“Conforme descrito na Nota 2.1, as demonstrações financeiras individuais foram elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil. No caso da Itautec S.A., essas práticas diferem das IFRS, aplicável às demonstrações financeiras consolidadas, somente no que se refere à avaliação dos investimentos em controladas, coligadas e controladas em conjunto pelo método de equivalência patrimonial, que, para fins de IFRS seriam mesurados ao custo ou valor justo. Nossa opinião não está ressalvada em função desse assunto.”

A Baker Tilly Brasil Auditores Independentes S/S emitiu a seguinte ênfase em seu parecer referente as demonstrações financeiras do exercício findo em 31.12.2012:

“Conforme descrito na Nota 2.1, as demonstrações financeiras individuais foram elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil. No caso da Itautec S.A., essas práticas diferem das IFRS, aplicável às demonstrações financeiras consolidadas, somente no que se refere à avaliação dos investimentos em controladas, coligadas e controladas em conjunto pelo método de equivalência patrimonial, que, para fins de IFRS seriam mesurados ao custo ou valor justo. Nossa opinião não está ressalvada em função desse assunto.”

As demonstrações financeiras individuais nas controladas são contabilizadas pelo método de equivalência patrimonial. Os mesmos ajustes são feitos tanto nas demonstrações financeiras individuais quanto nas demonstrações financeiras consolidadas para chegar ao mesmo resultado e patrimônio líquido atribuível aos acionistas da controladora.

A PricewaterhouseCoopers Auditores Independentes emitiu a seguinte ênfase em seu parecer referente as demonstrações financeiras do exercício findo em 31.12.2011:

“Conforme descrito na Nota 2.1, as demonstrações financeiras individuais foram elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil. No caso da Itautec S.A., essas práticas diferem das IFRS, aplicável às demonstrações financeiras separadas, somente no que se refere à avaliação dos investimentos em controladas, coligadas e controladas em conjunto pelo método de equivalência patrimonial, uma vez que para fins de IFRS seria custo ou valor justo.”

As demonstrações financeiras individuais nas controladas são contabilizadas pelo método de equivalência patrimonial. Os mesmos ajustes são feitos tanto nas demonstrações financeiras individuais quanto nas demonstrações financeiras consolidadas para chegar ao mesmo resultado e patrimônio líquido atribuível aos acionistas da controladora.

10.5. Os diretores devem indicar e comentar políticas contábeis críticas adotadas pelo emissor, explorando, em especial, estimativas contábeis feitas pela administração sobre questões incertas e relevantes para a descrição da situação financeira e dos resultados, que exijam julgamentos subjetivos ou complexos, tais como: provisões, contingências, reconhecimento da receita, créditos fiscais, ativos de longa duração, vida útil de ativos não-circulantes, planos de pensão, ajustes de conversão em moeda estrangeira, custos de recuperação ambiental, critérios para teste de recuperação de ativos e instrumentos financeiros.

As estimativas e os julgamentos contábeis são constantemente avaliados e baseiam-se em experiências histórica e outros fatores, entre os quais expectativas de acontecimentos futuros considerados razoáveis nas circunstâncias.

Com base em premissas a Itautec faz estimativas com relação ao futuro – realização de ativos e liquidação de passivos, que raramente serão iguais aos respectivos resultados reais. As estimativas e premissas que representam um risco significativo, com probabilidade de causar um ajuste nos valores contábeis de passivos para o próximo exercício financeiro são:

Provisões para Contingências

A Companhia discute questões tributárias, trabalhistas e cíveis nas áreas administrativas e judiciais, dentro do curso normal de seus negócios e uma provisão para desembolsos futuros é constituída a partir de análise da administração, em conjunto com seus assessores jurídicos. Alterações em tendências de decisões ou jurisprudência em tribunais poderão alterar as estimativas ligadas a provisões para contingências.

10.6. Com relação aos controles internos adotados para assegurar a elaboração de demonstrações financeiras confiáveis, os diretores devem comentar:

a. Grau de eficiência de tais controles, indicando eventuais imperfeições e providências adotadas para corrigi-las

A Administração da Itautec é responsável por estabelecer e manter controles internos relacionados às Demonstrações Financeiras da Companhia, desenvolvidos para fornecer conforto razoável em relação à confiabilidade das informações contábeis e à elaboração das Demonstrações Financeiras divulgadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil em todos os aspectos relevantes, de acordo com as disposições contidas na Lei das Sociedades por Ações e normas estabelecidas pela Comissão de Valores Mobiliários – CVM. Para isso, a Companhia permanentemente aprimora sistemas e processos de controles internos relacionados à elaboração das Demonstrações Financeiras.

Para auditar a eficácia dos controles internos e práticas contábeis, a Companhia recorre aos diagnósticos da Auditoria Interna e as considerações da Auditoria Externa apresentados ao Comitê de Auditoria e Gestão de Riscos.

O Comitê de Auditoria e de Gestão de Riscos da Itautec S. A. (Comitê de Auditoria) foi criado em setembro de 2010 e, de acordo com o estabelecido em seu Regimento Interno, é responsável por supervisionar os processos de controles internos e de gerenciamento de riscos da Companhia e de suas controladas, supervisionar os trabalhos desenvolvidos pelas auditorias interna e externa e avaliar a qualidade e a integridade das demonstrações contábeis.

ATIVIDADES DO COMITÊ DE AUDITORIA

Durante o ano de 2013 o Comitê de Auditoria reuniu-se em 9 ocasiões e dedicou-se a:

- aprovar o programa de trabalho da auditoria interna, supervisionando sua atuação e os resultados dos trabalhos desenvolvidos;
- discutir o programa de trabalho da auditoria externa para o ano de 2013;
- tomar conhecimento e discutir o relatório de controles internos emitido pela empresa que audita as demonstrações contábeis da Companhia;
- examinar as informações trimestrais já auditadas e as demonstrações contábeis de 30.09.2013 (intermediárias) e 31.12.2013;
- reunir-se com diretores da Companhia para tomar conhecimento e discutir aspectos de controles internos e gerenciamento de riscos de cada uma das áreas;
- conhecer as principais contingências existentes na Companhia;

- conhecer o processo que visa a parceria estratégica da Itautec com a OKI Eletric Industry Co. Ltd.;
- prestar contas de sua atuação ao Conselho de Administração da Companhia.

b. Deficiências e recomendações sobre os controles internos presentes no relatório do auditor independente

As deficiências de controles internos reportados pelo auditor independente não impactam de forma relevante as demonstrações financeiras.

Os Administradores da Companhia entendem que as sugestões de aprimoramento constantes na carta de controles internos do auditor independente não são significativas, porém serão adotadas.

Para tanto, a Companhia mantém processo de acompanhamento e tratamento das recomendações dos auditores independentes, com contínuo esforço de aprimoramento dos controles internos.

10.7. Caso o emissor tenha feito oferta pública de distribuição de valores mobiliários, os diretores devem comentar: a) como os recursos resultantes da oferta foram utilizados; b) se houve desvios relevantes entre a aplicação efetiva dos recursos e as propostas de aplicação divulgadas nos prospectos da respectiva distribuição; c) caso tenha havido desvios, as razões para tais desvios

Não aplicável. A Companhia não efetuou oferta pública da distribuição de valores mobiliários nos últimos três exercícios.

10.8. Os diretores devem descrever os itens relevantes não evidenciados nas demonstrações financeiras do emissor, indicando a) os ativos e passivos detidos pelo emissor, direta ou indiretamente, que não aparecem no seu balanço patrimonial (off-balance sheet items), tais como: i. arrendamentos mercantis operacionais, ativos e passivos; ii. carteiras de recebíveis baixadas sobre as quais a entidade mantenha riscos e responsabilidades, indicando respectivos passivos; iii. contratos de futura compra e venda de produtos ou serviços; iv. Contratos de construção não terminada; v. contratos de recebimentos futuros de financiamentos; e, b) outros itens não evidenciados nas demonstrações financeiras

Todas as transações da Companhia estão representadas integralmente nas demonstrações financeiras da Itautec S.A. – Grupo Itautec e de suas controladas.

10.9. Em relação a cada um dos itens não evidenciados nas demonstrações financeiras indicados no item 10.8, os diretores devem comentar: a) Como tais itens alteram ou poderão vir a alterar as receitas, as despesas, o resultado operacional, as despesas financeiras ou outros itens das demonstrações financeiras do emissor; b) Natureza e o propósito da operação; c) Natureza e montante das obrigações assumidas e dos direitos gerados em favor do emissor em decorrência da operação

Não Aplicável. Todas as transações da companhia estão representadas integralmente nas demonstrações financeiras da Itautec S.A. – Grupo Itautec e de suas controladas.

10.10. Os diretores devem indicar e comentar os principais elementos do plano de negócios do emissor, explorando especificamente os seguintes tópicos:

a. Investimentos, incluindo:

i. Descrição quantitativa e qualitativa dos investimentos em andamento e dos investimentos previstos

Foram investidos em 2013 R\$ 85,1 milhões, dos quais R\$ 64,3 milhões em pesquisa e desenvolvimento, em sua maior parte direcionados ao desenvolvimento de produtos nos segmentos de automação bancária e automação comercial, incluindo *hardware* e *software*, e R\$ 20,8 milhões em imobilizado operacional.

No segmento de Automações, destaque para os seguintes lançamentos em 2013:

- **ATM Adattis 2userS** – Equipamento de última geração que combina um único cofre, uma CPU e um dispensador de notas viabilizando dois pontos de atendimento aos clientes a partir de um único equipamento. Com patente requerida no Brasil, o equipamento proporciona maior economia operacional e segurança para as instituições bancárias.
- **Terminal de Atendimento Móvel Itautec (TAMI)** – Produto que reúne em um único equipamento móvel todos os periféricos para atendimento ao cliente, como dados biométricos, cartões, documentos, e digitalização de documentos pessoais, garantindo maior mobilidade dentro e fora da agência, mais agilidade na abertura de contas e comodidade para o cliente e produtividade para a instituição bancária.
- **Terminal Interface Cliente (TIC)** - O TIC integra o pinpad, o leitor biométrico e tela interativa *touchscreen*, permitindo que vários processos ocorram simultaneamente.
- **Gestão de Identidade Multibiométrica** – Solução que permite a identificação e autenticação através do uso da multibiometria (impressão digital, reconhecimento facial e assinatura digital), possibilitando a eliminação gradativa das senhas e suas confirmações.
- **Security Pass** (solução de segurança para controle de acesso a ambientes de tesouraria), uma evolução da solução Security Way, ampliando sua aplicação para a tesouraria das agências bancárias e agregando identificação biométrica e um inovador sistema de contagem automática de pessoas.

No segmento de Automação Comercial, Serviços e Soluções para o Comércio, foi apresentado o **PDV Móvel**, solução que permite levar o PDV (Ponto de Venda) até o cliente dentro do ambiente de loja, possibilitando maior comodidade para os clientes, e a Etiqueta Eletrônica, solução que permite a gestão dos preços de forma simples, eficaz e centralizada.

ii. Fontes de financiamento dos investimentos

Em razão do reposicionamento estratégico divulgado pela Companhia, que inclui a desativação paulatina da Unidade de Soluções de Computação e a parceria estratégica nos segmentos de Automações e Serviços Tecnológicos, não há investimentos previstos na atividade operacional para os próximos períodos.

iii. Desinvestimentos relevantes em andamento e desinvestimentos previstos

Em 15.05.2013, a Itautec S.A. divulgou ao mercado um acordo de parceria estratégica com a Oki Electric Industry Co. Ltd. (“Oki”), sociedade constituída de acordo com as leis do Japão, envolvendo a alienação de participação de 70% das atividades de automação bancária e comercial e de prestação de serviços para a Oki. Na mesma data, foi deliberado que a Unidade de Soluções de Computação da Itautec será paulatinamente desativada sem qualquer prejuízo ao cumprimento integral de todos os contratos e obrigações de fornecimento, manutenção e garantia dos equipamentos da marca Itautec/InfoWay, bem como o atendimento ao consumidor e os serviços associados a essa manutenção.

Nesse sentido, estão relacionados abaixo os principais eventos ocorridos relacionados a ambas as operações:

- Em 17.06.2013, o CADE – Conselho Administrativo de Defesa Econômica aprovou a operação entre Itautec e Oki Electric.
- Em 31.07.2013 ocorreu o encerramento das vendas de produtos de Computação no segmento varejo.
- Em 31.08.2013 ocorreu a terceirização da produção de computadores com um importante player mundial para honrar contratos vigentes nos segmentos corporativo e governo.
- Em 01.09.2013 ocorreu o aporte de bens dos segmentos de Automações e Serviços na BR Indústria e Comércio de Produtos e Tecnologia em Automação S.A. (“BR Automação”).
- Em 10.01.2014 foi formalizada a parceria com a Oki Electric, após cumprimento de todas as condições precedentes, passando a Itautec S.A., juntamente com sua controlada Itautec Participações e Comércio S.A., a manter participação acionária de 30% na Oki Brasil Indústria e Comércio de Produtos e Tecnologia em Automação S.A., nova denominação social da BR Automação.

b. Desde que já divulgada, indicar a aquisição de plantas, equipamentos, patentes ou outros ativos que devam influenciar materialmente a capacidade produtiva do emissor

No exercício, os equipamentos adquiridos destinaram-se a atualizações tecnológicas e substituição, não influenciando materialmente a capacidade produtiva da Companhia.

c. Novos produtos e serviços, indicando:**i. Descrição das pesquisas em andamento já divulgadas**

Não Aplicável.

ii. Montantes totais gastos pelo emissor em pesquisas para desenvolvimento de novos produtos ou serviços

Não Aplicável.

iii. Projetos em desenvolvimento já divulgados

Na Unidade de Automações estão os projetos da ATM Adattis 2userS, do Terminal de Atendimento Móvel Itautec (TAMI), do Terminal Interface Cliente (TIC), a Gestão de Identidade Multibiométrica, o Security Pass e o PDV Móvel, conforme divulgado no item 10.10.a.i.

iv. Montantes totais gastos pelo emissor no desenvolvimento de novos produtos ou serviços

Em 2013, foram investidos R\$ 85,1 milhões no desenvolvimento de produtos de automação bancária, automação comercial e computação, sendo que os principais projetos divulgados ao mercado estão apresentados nos itens 10.10 a.i e 10.10 c.iii.

10.11. Comentar sobre outros fatores que influenciaram de maneira relevante o desempenho operacional e que não tenham sido identificados ou comentados nos demais itens desta seção.

Nada a destacar. As informações relevantes referentes ao requisitado neste tópico estão apresentadas nos itens anteriores.

ANEXO III**ITENS 12.6 A 12.10 DO ANEXO 24 DA INSTRUÇÃO CVM 480/09**

12.6 e 12.7. Em relação a cada um dos membros do Conselho de Administração do emissor, cuja reeleição será proposta pelo acionista controlador, seguem as seguintes informações:

Nome	Alfredo Egydio Arruda Villela Filho
Idade	44
Profissão	Engenheiro
CPF ou nº do passaporte	066.530.838-88
Cargo eletivo ocupado	Membro do Conselho de Administração (Efetivo)
Data de eleição	25/04/2014
Data da posse	
Prazo do mandato	Anual
Outros cargos ou funções exercidos no emissor	-
Eleito pelo controlador	Sim

Nome	Henri Penchas
Idade	68
Profissão	Engenheiro
CPF ou nº do passaporte	061.738.378-20
Cargo eletivo ocupado	Membro do Conselho de Administração (Efetivo)
Data de eleição	25/04/2014
Data da posse	
Prazo do mandato	Anual
Outros cargos ou funções exercidos no emissor	Diretor Presidente Membro do Comitê de Divulgação
Eleito pelo controlador	Sim

Nome	Olavo Egydio Setubal Júnior
Idade	61
Profissão	Administrador de Empresas
CPF ou nº do passaporte	006.447.048-29
Cargo eletivo ocupado	Membro do Conselho de Administração (Efetivo)
Data de eleição	25/04/2014
Data da posse	
Prazo do mandato	Anual
Outros cargos ou funções exercidos no emissor	-
Eleito pelo controlador	Sim

Nome	Paulo Setubal Neto
Idade	64
Profissão	Engenheiro
CPF ou nº do passaporte	638.097.888-72
Cargo eletivo ocupado	Membro do Conselho de Administração (Suplente)
Data de eleição	25/04/2014
Data da posse	
Prazo do mandato	Anual
Outros cargos ou funções exercidos no emissor	-
Eleito pelo controlador	Sim

Nome	Reinaldo Rubbi
Idade	67
Profissão	Engenheiro
CPF ou nº do passaporte	206.972.448-49
Cargo eletivo ocupado	Membro do Conselho de Administração (Efetivo)
Data de eleição	25/04/2014
Data da posse	
Prazo do mandato	Anual
Outros cargos ou funções exercidos no emissor	Membro do Comitê de Auditoria e de Gestão de Riscos Membro do Comitê de Estratégia Membro do Comitê de Pessoas e Governança
Eleito pelo controlador	Sim

Nome	Renato Roberto Cuoco
Idade	69
Profissão	Engenheiro
CPF ou nº do passaporte	020.330.118-87
Cargo eletivo ocupado	Membro do Conselho de Administração (Independente)
Data de eleição	25/04/2014
Data da posse	
Prazo do mandato	Anual
Outros cargos ou funções exercidos no emissor	Membro do Comitê de Auditoria e de Gestão de Riscos Membro do Comitê de Estratégia Coordenador do Comitê de Pessoas e Governança
Eleito pelo controlador	Sim

Nome	Ricardo Egydio Setubal
Idade	51
Profissão	Advogado
CPF ou nº do passaporte	033.033.518-99
Cargo eletivo ocupado	Membro do Conselho de Administração (Efetivo)
Data de eleição	25/04/2014
Data da posse	
Prazo do mandato	Anual
Outros cargos ou funções exercidos no emissor	Membro do Comitê de Auditoria e de Gestão de Riscos Membro do Comitê de Divulgação
Eleito pelo controlador	Sim

Nome	Ricardo Villela Marino
Idade	40
Profissão	Engenheiro
CPF ou nº do passaporte	252.398.288-90
Cargo eletivo ocupado	Membro do Conselho de Administração (Suplente)
Data de eleição	25/04/2014
Data da posse	
Prazo do mandato	Anual
Outros cargos ou funções exercidos no emissor	-
Eleito pelo controlador	Sim

Nome	Rodolfo Villela Marino
Idade	38
Profissão	Administrador de Empresas
CPF ou nº do passaporte	271.943.018-81
Cargo eletivo ocupado	Membro do Conselho de Administração (Efetivo)
Data de eleição	25/04/2014
Data da posse	
Prazo do mandato	Anual
Outros cargos ou funções exercidos no emissor	Membro do Comitê de Estratégia Membro do Comitê de Pessoas e Governança
Eleito pelo controlador	Sim

12.8. Em relação a cada um dos membros do Conselho de Administração, seguem:

a) Currículo, contendo as seguintes informações:

I - Principais experiências profissionais durante os últimos 5 anos, indicando:

- Nome da empresa
- Cargo e funções inerentes ao cargo
- Atividade principal da empresa na qual tais experiências ocorreram, destacando as sociedades ou organizações que integram (I) o grupo econômico do emissor, ou (II) de sócios com participação, direta ou indireta, igual ou superior a 5% de uma mesma classe ou espécie de valores mobiliários do emissor

MEMBROS DO CONSELHO ADMINISTRAÇÃO**Alfredo Egydio Arruda Villela Filho***i - Experiência Profissional*

Itautec S.A. – Grupo Itautec: Membro do Conselho de Administração desde abril de 1997, sendo Vice-Presidente desde janeiro de 2010, tendo sido Presidente de abril de 2009 a janeiro de 2010 e Vice-Presidente de abril de 1997 a abril de 2009.

Atividade principal da Companhia: participação em outras sociedades no País e no exterior, em especial naquelas que atuam na fabricação e comercialização de equipamentos de automações bancária e comercial e na prestação de serviços.

Duratex S.A. (atual denominação social de Satipel Industrial S.A.) - Conselheiro não Executivo - Vice-Presidente do Conselho de Administração desde agosto de 2009 e Membro do Comitê de Pessoas, Governança e Nomeação desde novembro de 2009.

Atividade principal da Companhia: Indústria, comércio, importação e exportação de produtos derivados de madeira, de produtos de metais, materiais cerâmicos e plásticos.

Duratex S.A. (incorporada pela Satipel Industrial S.A.) - Vice-Presidente do Conselho de Administração de 2008 a 2009 e Membro do Conselho de Administração de 1996 a 2008.

Atividade principal da Companhia: Indústria, comércio, importação e exportação de produtos derivados de madeira, de produtos de metais, materiais cerâmicos e plásticos.

Itaúsa - Investimentos Itaú S.A.: Membro do Conselho de Administração desde agosto de 1995, sendo Vice-Presidente desde maio de 2011; Diretor Presidente desde setembro de 2009; Presidente do Comitê de Ética, Divulgação e Negociação desde abril de 2005; Presidente do Comitê de Políticas de Investimento e Membro do Comitê de Políticas Contábeis de agosto de 2008 a abril de 2011.

Atividade principal da empresa: Holding.

Itaú Unibanco Holding S.A.: Vice-Presidente do Conselho de Administração desde março de 2003; Membro dos Comitês de Divulgação e Negociação desde maio de 2005, de Nomeação e Governança Corporativa desde junho de 2009, de Remuneração desde fevereiro de 2011 e de Políticas Contábeis de maio de 2008 a abril de 2009.

Atividade principal da empresa: Holding.

Itaú Unibanco S.A.: Vice-Presidente do Conselho de Administração de 2001 a março de 2003.

Atividade principal da empresa: banco múltiplo, com carteira comercial.

Elekeiroz S.A.: Membro do Conselho de Administração de abril de 2004 a abril de 2010, tendo sido Presidente de abril de 2009 a novembro de 2009; Vice-Presidente de abril de 2004 a abril de 2009 e de novembro de 2009 a abril de 2010.

Atividade principal da empresa: Fabricação de intermediários para plastificantes, resinas e fibras.

Formação Acadêmica: Engenheiro Mecânico, formado pela Escola de Engenharia Mauá do Instituto Mauá de Tecnologia, em 1992 e Pós-graduado em Administração pela Fundação Getulio Vargas.

ii. indicação de todos os cargos de administração que ocupe ou tenha ocupado em companhia aberta: Itautec S.A. – Grupo Itautec, Elekeiroz S.A., Itaú Unibanco Holding S.A., Itaú Unibanco S.A. e Duratex S.A., nos cargos acima especificados.

b) descrição de qualquer dos seguintes eventos que tenham ocorrido durante os últimos 5 anos: i. qualquer condenação criminal - Não; ii. qualquer condenação em processo administrativo da CVM e as penas aplicadas - Não; iii qualquer condenação transitada em julgado, na esfera judicial ou administrativa, que o tenha suspenso ou inabilitado para a prática de uma atividade profissional ou comercial qualquer – Não.

Henri Penchas*i - Experiência Profissional*

Itautec S.A. – Grupo Itautec – Diretor Presidente, Membro do Conselho de Administração e do Comitê de Divulgação desde abril de 2013.

Atividade principal da Companhia: participação em outras sociedades no País e no exterior, em especial naquelas que atuam na fabricação e comercialização de equipamentos de automações bancária e comercial e na prestação de serviços.

Elekeiroz S.A. – Membro do Conselho de Administração desde abril de 2013 e dos Comitês de Auditoria e de Gerenciamento de Riscos, de Pessoas e Governança e de Divulgação desde junho de 2013.

Atividade principal da empresa: Fabricação de intermediários para plastificantes, resinas e fibras.

Duratex S.A. (atual denominação social de Satipel Industrial S.A.) – Conselheiro não Executivo – Membro Titular do Conselho de Administração e do Comitê de Auditoria e de Gerenciamento de Riscos desde abril de 2013, Membro do Comitê de Divulgação e Negociação desde novembro de 2009 e Diretor Presidente desde agosto de 2009 a abril de 2013.

Atividade principal da Companhia: indústria, comércio, importação e exportação de produtos derivados de madeira, de produtos de metais, materiais cerâmicos e plásticos.

Duratex S.A. (incorporada pela Satipel Industrial S.A.) - Diretor Geral de abril a agosto de 2009.

Atividade principal da Companhia: indústria, comércio, importação e exportação de produtos derivados de madeira, de produtos de metais, materiais cerâmicos e plásticos.

Itaúsa - Investimentos Itaú S.A. - Diretor Vice-Presidente desde abril de 2009, Diretor de Relações com Investidores desde 2009 e de 1995 a abril de 2008, Diretor Executivo de dezembro de 1984 a abril de 2008, Membro do Comitê de Ética, Divulgação e Negociação desde abril de 2005, Membro dos Comitês de Políticas de Investimento e de Políticas Contábeis de agosto de 2008 a maio de 2011.

Atividade principal da Companhia: holding.

Itaú Unibanco Holding S.A. - Membro do Conselho de Administração desde março de 2003, Membro dos Comitês de Estratégia e de Nomeação e Governança Corporativa desde junho de 2009, Membro do Conselho Consultivo Internacional de março de 2003 a abril de 2009, Membro do Comitê de Divulgação e Negociação de maio de 2005 a abril de 2009, Vice-Presidente Sênior de março de 2003 a maio de 2008, Membro dos Comitês de Gestão de Riscos e de Capital e de Políticas Contábeis de maio de 2008 a abril de 2009.

Atividade principal da Companhia: holding.

Itaú Unibanco S.A. - Vice-Presidente Sênior responsável pela Área de Controle Econômico de abril de 1997 a abril de 2008, Membro do Conselho de Administração de abril de 1997 a março de 2003, Vice-Presidente Executivo de abril de 1993 a março de 1997, Diretor Executivo de 1988 a 1993.

Atividade principal da Companhia: banco múltiplo, com carteira comercial.

Banco Itaú BBA S.A. - Membro do Conselho de Administração desde abril de 2009, Vice-Presidente do Conselho de Administração de fevereiro de 2003 a abril de 2009.

Atividade principal da Companhia: banco múltiplo, com carteira de investimento.

Formação Acadêmica: Engenheiro Mecânico, formado pela Universidade Mackenzie em 1968, e pós-graduado em Finanças pela Fundação Getúlio Vargas.

lii. indicação de todos os cargos de administração que ocupe ou tenha ocupado em companhias abertas: Duratex S.A. (atual denominação social de Satipel Industrial S.A.), Duratex S.A. (incorporada pela Satipel Industrial S.A.), Itautec S.A. – Grupo Itautec, Itaúsa – Investimentos Itaú S.A., Itaú Unibanco Holding S.A. e Itaú Unibanco S.A. nos cargos acima especificados.

b) descrição de qualquer dos seguintes eventos que tenham ocorrido durante os últimos 5 anos: i. qualquer condenação criminal - Não; ii. qualquer condenação em processo administrativo da CVM e as penas aplicadas - Não; iii qualquer condenação transitada em julgado, na esfera judicial ou administrativa, que o tenha suspenso ou inabilitado para a prática de uma atividade profissional ou comercial qualquer – Não.

Olavo Egydio Setubal Júnior

i - Experiência Profissional

Itautec S.A. - Grupo Itautec - Membro Efetivo do Conselho de Administração desde abril de 2011 e Membro Suplente do Conselho de Administração de abril de 2008 a abril de 2011.

Atividade principal da Companhia: participação em outras sociedades no País e no exterior, em especial naquelas que atuam na fabricação e comercialização de equipamentos de automações bancária e comercial e na prestação de serviços.

Duratex S.A. (atual denominação social de Satipel Industrial S.A.) - Conselheiro não Executivo - Membro Suplente do Conselho de Administração desde agosto de 2009 e Membro do Comitê de Sustentabilidade desde novembro de 2009.

Atividade principal da Companhia: indústria, comércio, importação e exportação de produtos derivados de madeira, de produtos de metais, materiais cerâmicos e plásticos.

Duratex S.A. (incorporada pela Satipel Industrial S.A.) - Membro do Conselho de Administração de abril de 1993 a abril de 2008 e Membro Suplente do Conselho de Administração de abril de 2009 a agosto de 2009.

Atividade principal da Companhia: indústria, comércio, importação e exportação de produtos derivados de madeira, de produtos de metais, materiais cerâmicos e plásticos.

Itauseg Participações S.A. - Vice-Presidente do Conselho de Administração de abril de 2009 a novembro de 2012.

Atividade principal da Companhia: holding de instituições não-financeiras.

Elekeiroz S.A. - Vice-Presidente do Conselho de Administração desde abril de 2009.

Atividade principal da Companhia: fabricação de intermediários para plastificantes, resinas e fibras.

Formação Acadêmica: Administrador de Empresas, formado pela Fundação Armando Álvares Penteado (FAAP), em 1978.

ii. indicação de todos os cargos de administração que ocupe ou tenha ocupado em companhia aberta: Itautec S.A. – Grupo Itautec, Elekeiroz S.A., Itauseg Participações S.A., Duratex S.A. (atual denominação social de Satipel Industrial S.A.) e Duratex S.A. (incorporada pela Satipel Industrial S.A.), nos cargos acima especificados.

b) descrição de qualquer dos seguintes eventos que tenham ocorrido durante os últimos 5 anos: i. qualquer condenação criminal - Não; ii. qualquer condenação em processo administrativo da CVM e as penas aplicadas - Não; iii qualquer condenação transitada em julgado, na esfera judicial ou administrativa, que o tenha suspenso ou inabilitado para a prática de uma atividade profissional ou comercial qualquer – Não.

Paulo Setubal Neto

i - Experiência Profissional

Itautec S.A.: Membro do Conselho de Administração desde 1997; Diretor Presidente de 1997 a abril de 2009.

Atividade principal da Companhia: participação em outras sociedades no País e no exterior, em especial naquelas que atuam na fabricação e comercialização de equipamentos de automações bancária e comercial e na prestação de serviços.

Duratex S.A. (atual denominação social de Satipel Industrial S.A.) - Conselheiro não Executivo - Membro Titular do Conselho de Administração desde agosto de 2009.

Atividade principal da Companhia: indústria, comércio, importação e exportação de produtos derivados de madeira, de produtos de metais, materiais cerâmicos e plásticos.

Duratex S.A. (incorporada pela Satipel Industrial S.A.) - Vice-Presidente do Conselho de Administração de abril de 2001 a abril de 2009, Diretor Presidente de janeiro de 1991 a abril de 2009 e Membro do Conselho de Administração de dezembro de 1990 a abril de 2001.

Atividade principal da Companhia: indústria, comércio, importação e exportação de produtos derivados de madeira, de produtos de metais, materiais cerâmicos e plásticos.

Itáusa – Investimentos Itaú S.A.: Membro do Conselho de Administração de 1999; Diretor Vice-Presidente Executivo entre 1991 e 1999 e Diretor Executivo entre 1987 e 1991; Membro do Comitê de Ética, Divulgação e Negociação de abril de 2005 a abril de 2009.

Atividade principal da Companhia: holding.

Elekeiroz S.A.: Membro do Conselho de Administração desde 1986; Diretor Presidente de março de 1993 a abril de 2009.

Atividade principal da Companhia: fabricação de intermediários para plastificantes, resinas e fibras.

Formação Acadêmica: Engenheiro Industrial formado pela Faculdade de Engenharia Industrial, em 1971 e Mestre em Finanças pela Faculdade Getúlio Vargas, em 1974.

ii. indicação de todos os cargos de administração que ocupe ou tenha ocupado em companhia aberta: Itautec S.A. – Grupo Itautec, Elekeiroz S.A., Itáusa – Investimentos Itaú S.A., Duratex S.A. (atual denominação social de Satipel Industrial S.A.) e Duratex S.A. (incorporada pela Satipel Industrial S.A.), nos cargos acima especificados.

b) descrição de qualquer dos seguintes eventos que tenham ocorrido durante os últimos 5 anos: i. qualquer condenação criminal - Não; ii. qualquer condenação em processo administrativo da CVM e as penas aplicadas - Não; iii qualquer condenação transitada em julgado, na esfera judicial ou administrativa, que o tenha suspenso ou inabilitado para a prática de uma atividade profissional ou comercial qualquer – Não.

Reinaldo Rubbi

i - Experiência Profissional

Itautec S.A. – Grupo Itautec - Membro Efetivo do Conselho de Administração desde julho de 2012, Membro do Comitê de Estratégia desde abril de 2012, Membro dos Comitês de Auditoria e de Gestão de Riscos e do Comitê de Pessoas e Governança desde junho de 2013.

Atividade principal da Companhia: participação em outras sociedades no País e no exterior, em especial naquelas que atuam na fabricação e comercialização de equipamentos de automações bancária e comercial e na prestação de serviços.

Elekeiroz S.A. - Membro do Conselho de Administração desde abril de 1993, Diretor de Relações com Investidores de abril de 1993 a março de 2012, Diretor Geral de 1993 a abril de 2010 e Diretor Presidente de abril de 2010 a março de 2012 nas empresas químicas do Grupo Itaúsa que foram sucedidas pela atual Elekeiroz S.A. Membro dos Comitês de Estratégia e Inovação desde dezembro de 2010, do Comitê de Divulgação desde junho de 2013 e de dezembro de 2010 a março de 2012, e do Comitê de Auditoria e de Gerenciamento de Riscos desde junho de 2013, do Comitê de Governança e Riscos de dezembro de 2010 a junho de 2013, e do Comitê de Pessoas e Governança de dezembro de 2010 a março de 2012.

Atividade principal da Companhia: fabricação de intermediários para plastificantes, resinas e fibras.

Itaúsa Empreendimentos S.A. - Diretor Executivo desde outubro de 2010, Diretor Vice-Presidente de abril de 2006 a outubro de 2010 e Diretor Adjunto de abril de 2002 até abril de 2006.

Atividade principal da Companhia: holding

TCI Trading S.A. - Diretor Executivo de agosto de 2009 a abril de 2012 e Diretor Vice-Presidente Executivo de novembro de 2006 a abril de 2009.

Atividade principal da Companhia: importação de produtos em geral

Fundação Itaúsa Industrial – Diretor Executivo e Diretor Geral desde abril de 2012, Presidente do Conselho Deliberativo de abril de 2010 a abril de 2012 e Presidente do Conselho Fiscal de abril de 2006 a abril de 2010.

Atividade principal: entidade de previdência privada

Associação Brasileira da Indústria Química – ABIQUIM - Membro do Conselho Diretor de maio de 1997 a abril de 2012.

Atividade principal: coordenar e defender os interesses das indústrias químicas e de produtos derivados do Brasil

Formação Acadêmica: Engenheiro mecânico de produção pela Escola Politécnica da USP – 1971 e MBA pela Fundação Getulio Vargas de São Paulo, especialização em finanças – 1975.

ii. indicação de todos os cargos de administração que ocupe ou tenha ocupado em companhia aberta: Elekeiroz S.A. e Itautec S.A. – Grupo Itautec nos cargos acima especificados.

b) descrição de qualquer dos seguintes eventos que tenham ocorrido durante os últimos 5 anos: i. qualquer condenação criminal - Não; ii. qualquer condenação em processo administrativo da CVM e as penas aplicadas - Não; iii qualquer condenação transitada em julgado, na esfera judicial ou administrativa, que o tenha suspenso ou inabilitado para a prática de uma atividade profissional ou comercial qualquer – Não.

Renato Roberto Cuoco

Conselheiro da Itautec S.A. desde abril de 1997, Membro do Comitê de Pessoas e Governança desde setembro de 2010, sendo Coordenador desde fevereiro de 2013 e Membro do Comitê de Auditoria e Gestão de Riscos desde maio de 2011 e do Comitê de Estratégia desde junho de 2013.

Atividade principal da Companhia: participação em outras sociedades no País e no exterior, em especial naquelas que atuam na fabricação e comercialização de equipamentos de automações bancária e comercial e na prestação de serviços.

Itaúsa – Investimentos Itaú S.A. - Diretor Executivo de abril de 2006 a abril de 2010.

Atividade principal da empresa: holding.

Itaú Unibanco S.A. – Vice-Presidente Sênior de abril de 2005 a abril de 2007, Vice-Presidente Executivo de abril de 1993 a abril de 2005, Diretor Executivo de 1984 a 1993.

Atividade principal da empresa: banco Múltiplo, com carteira comercial.

Instituto Itaú Cultural - Membro do Conselho de Administração desde fevereiro de 1997 e Diretor Executivo desde março de 1993.

Atividade principal: restauração e conservação de lugares e prédios históricos.

Formação Acadêmica: Engenheiro formado pela Escola Politécnica da Universidade de São Paulo (USP), em 1967.

ii. indicação de todos os cargos de administração que ocupe ou tenha ocupado em companhia aberta: Itautec S.A. – Grupo Itautec, no cargo acima especificado.

b) descrição de qualquer dos seguintes eventos que tenham ocorrido durante os últimos 5 anos: i. qualquer condenação criminal - Não; ii. qualquer condenação em processo administrativo da CVM e as penas aplicadas - Não; iii qualquer condenação transitada em julgado, na esfera judicial ou administrativa, que o tenha suspenso ou inabilitado para a prática de uma atividade profissional ou comercial qualquer – Não.

Ricardo Egydio Setubal

i - Experiência Profissional

Itautec S.A. – Grupo Itautec - Presidente do Conselho de Administração desde fevereiro de 2010, Membro do Comitê de Auditoria e de Gestão de Riscos e do Comitê de Divulgação desde setembro de 2010, do Comitê de Pessoas e Governança de setembro de 2010 a abril de 2013, do Comitê de Estratégia e maio de 2011 a março de 2012, Membro Suplente do Conselho de Administração de abril de 2009 a janeiro de 2010, Membro do Conselho de Administração de abril de 1999 a abril de 2008 e Diretor Vice-Presidente Executivo de abril de 1999 a janeiro de 2010.

Atividade principal da Companhia: participação em outras sociedades no País e no exterior, em especial naquelas que atuam na fabricação e comercialização de equipamentos de automações bancária e comercial e na prestação de serviços.

Elekeiroz S.A. - Membro Efetivo do Conselho de Administração desde abril de 2011; Membro Suplente do Conselho de Administração de abril de 2009 a abril de 2011; Membro do Comitê de Auditoria e de Gerenciamento de Riscos desde junho/2013, do Comitê de Estratégia e Inovação desde dezembro de 2010, do Comitê de Pessoas e Governança de dezembro de 2010 a junho/2013, do Comitê de Divulgação de dezembro de 2010 a agosto de 2011 e Vice-Presidente Executivo do Comitê de Sustentabilidade Ambiental, Social e Cultural de outubro de 2007 a abril de 2009.

Atividade principal da Companhia: fabricação de intermediários para plastificantes, resinas e fibras.

Itaúsa - Investimentos Itaú S.A. - Membro Suplente do Conselho de Administração desde abril de 2009, Membro do Comitê de Ética, Divulgação e Negociação desde maio de 2009, Coordenador do Comitê de Políticas de Investimento de maio de 2010 a maio de 2011 e Membro do Comitê de Políticas de Investimento de agosto de 2008 a maio de 2010.

Atividade principal da Companhia: holding.

Duratex S.A. (atual denominação social de Satipel Industrial S.A.): Conselheiro não Executivo - Vice-Presidente do Conselho de Administração desde agosto de 2009, Membro do Comitê de Pessoas, Governança e Nomeação e do Comitê de Auditoria e de Gerenciamento de Riscos desde novembro de 2009 e do Comitê de Divulgação e Negociação desde abril de 2012 e de março de 2010 a maio de 2011 e de abril de 2012 a abril de 2013.

Atividade principal da Companhia: participação em outras sociedades no País e no exterior, em especial naquelas que atuam na fabricação e comercialização de equipamentos de automações bancária e comercial e na prestação de serviços.

Duratex S.A. (incorporada pela Satipel Industrial S.A.) - Vice-Presidente do Conselho de Administração de abril de 2009 a agosto de 2009 e Membro do Conselho de Administração de abril de 2008 a abril de 2009.

Atividade principal da Companhia: indústria, comércio, importação e exportação de produtos derivados de madeira, de produtos de metais, materiais cerâmicos e plásticos.

Formação Acadêmica: Advogado formado pela Universidade de São Paulo (USP), em 1988, Administrador de Empresas pela Fundação Getúlio Vargas, em 1984 e especializado (PMD 69) pela *Harvard University*, em 1995.

ii. indicação de todos os cargos de administração que ocupe ou tenha ocupado em companhia aberta: Itautec S.A. – Grupo Itautec, Elekeiroz S.A., Itaúsa – Investimentos Itaú S.A., Duratex S.A. (atual denominação social de Satipel Industrial S.A.) e Duratex S.A. (incorporada pela Satipel Industrial S.A.), nos cargos acima especificados.

b) descrição de qualquer dos seguintes eventos que tenham ocorrido durante os últimos 5 anos: i. qualquer condenação criminal - Não; ii. qualquer condenação em processo administrativo da CVM e as penas aplicadas - Não; iii qualquer condenação transitada em julgado, na esfera judicial ou administrativa, que o tenha suspenso ou inabilitado para a prática de uma atividade profissional ou comercial qualquer – Não

Ricardo Villela Marino

Membro Suplente do Conselho de Administração desde abril de 2009.

Atividade principal da Companhia: participação em outras sociedades no País e no exterior, em especial naquelas que atuam na fabricação e comercialização de equipamentos de automações bancária e comercial e na prestação de serviços.

Elekeiroz S.A. - Membro Suplente do Conselho de Administração desde abril de 2009.

Atividade principal da Companhia: Fabricação de intermediários para plastificantes, resinas e fibras.

Itaúsa - Investimentos Itaú S.A. - Membro Suplente do Conselho de Administração desde abril de 2011 e Membro do Comitê de Políticas de Investimento de agosto de 2008 a maio de 2011.

Atividade principal da Companhia: holding.

Itaú Unibanco Holding S.A. - Membro do Conselho de Administração desde abril de 2008, Membro do Comitê de Pessoas desde junho de 2009, Membro do Comitê de Gestão de Riscos e de Capital de maio de 2008 a abril de 2009.

Atividade principal da Companhia: holding financeira.

Itaú Unibanco S.A. - Diretor Vice-Presidente desde abril de 2010, Diretor Executivo de setembro de 2006 a abril de 2010, Diretor Gerente entre abril de 2004 a abril de 2005.

Atividade principal da Companhia: banco múltiplo, com carteira comercial.

Duratex S.A. (atual denominação social de Satipel Industrial S.A.) - Membro Suplente do Conselho de Administração desde agosto de 2009.

Atividade principal da Companhia: indústria, comércio, importação e exportação de produtos derivados de madeira, de produtos de metais, materiais cerâmicos e plásticos.

Duratex S.A. (incorporada pela Satipel Industrial S.A.) - Membro Suplente do Conselho de Administração de abril de 2009 a agosto de 2009.

Atividade principal da Companhia: indústria, comércio, importação e exportação de produtos derivados de madeira, de produtos de metais, materiais cerâmicos e plásticos.

Federación Latino Americana de Bancos FELABAN - Presidente de 2008 a 2010.

Formação Acadêmica: Bacharel em Engenharia Mecânica formado pela Escola Politécnica da Universidade de São Paulo, em 1996 e Mestre em Administração de Empresas, pela Universidade de Administração de Empresas – MIT Sloan – Cambridge, EUA, em 2000.

ii. indicação de todos os cargos de administração que ocupe ou tenha ocupado em companhia aberta: Itautec S.A. – Grupo Itautec, Elekeiroz S.A., Itaúsa – Investimentos Itaú S.A., Itaú Unibanco Holding S.A., Itaú Unibanco S.A., Duratex S.A. (atual denominação social de Satipel Industrial S.A.) e Duratex S.A. (incorporada pela Satipel Industrial S.A.), nos cargos acima especificados.

b) descrição de qualquer dos seguintes eventos que tenham ocorrido durante os últimos 5 anos: i. qualquer condenação criminal - Não; ii. qualquer condenação em processo administrativo da CVM e as penas aplicadas - Não; iii qualquer condenação transitada em julgado, na esfera judicial ou administrativa, que o tenha suspenso ou inabilitado para a prática de uma atividade profissional ou comercial qualquer – Não.

Rodolfo Villela Marino*i - Experiência Profissional*

Itautec S.A. – Grupo Itautec - Membro do Conselho de Administração desde abril de 2008, Membro do Comitê de Pessoas e Governança desde abril de 2012, do Comitê de Estratégia desde setembro de 2010 e do Comitê de Auditoria e de Gestão de Riscos de setembro de 2010 a abril de 2012.

Atividade principal da Companhia: participação em outras sociedades no País e no exterior, em especial naquelas que atuam na fabricação e comercialização de equipamentos de automações bancária e comercial e na prestação de serviços.

Elekeiroz S.A. - Membro do Conselho de Administração desde abril de 2008, sendo Presidente desde abril de 2010; Membro dos Comitês de Auditoria e de Gerenciamento de Riscos, de Estratégia e Inovação, de Divulgação e de Pessoas e Governança desde dezembro de 2010, este último como Coordenador.

Atividade principal da empresa: fabricação de intermediários para plastificantes, resinas e fibras.

Duratex S.A. (atual denominação social de Satipel Industrial S.A.) - Membro Titular do Conselho de Administração desde agosto de 2009, Membro do Comitê de Pessoas, Governança e Nomeação, do Comitê de Sustentabilidade e do Comitê de Auditoria e de Gerenciamento de Riscos desde novembro de 2009, Membro do Comitê de Divulgação e Negociação de novembro de 2009 a abril de 2010, de maio de 2011 a abril de 2012 e desde abril de 2013.

Atividade principal da Companhia: indústria, comércio, importação e exportação de produtos derivados de madeira, de produtos de metais, materiais cerâmicos e plásticos.

Duratex S.A. (incorporada pela Satipel Industrial S.A.) - Membro do Conselho de Administração de abril de 2008 a agosto de 2009.

Atividade principal da Companhia: Indústria, comércio, importação e exportação de produtos derivados de madeira, de produtos de metais, materiais cerâmicos e plásticos.

Itaúsa – Investimentos Itaú S.A. - Membro Efetivo do Conselho de Administração desde abril de 2011, tendo sido Suplente de abril de 2009 a abril de 2011; Membro dos Comitês de Ética, Divulgação e Negociação desde maio de 2009 e de Políticas de Investimento de agosto de 2008 a maio de 2011, tendo sido Coordenador de maio de 2010 a maio de 2011.

Atividade principal da empresa: holding.

Formação Acadêmica: Administrador de Empresas formado pela Fundação Getúlio Vargas, Mestre em Estudos do Desenvolvimento e em Economia e Filosofia pela *LSE – London School of Economics and Political Science*.

ii. indicação de todos os cargos de administração que ocupe ou tenha ocupado em companhia aberta: Itautec S.A. – Grupo Itautec, Elekeiroz S.A., Itaúsa – Investimentos Itaú S.A., Duratex S.A. (atual denominação social de Satipel Industrial S.A.) e Duratex S.A. (incorporada pela Satipel Industrial S.A.), nos cargos acima especificados.

b) descrição de qualquer dos seguintes eventos que tenham ocorrido durante os últimos 5 anos: i. qualquer condenação criminal - Não; ii. qualquer condenação em processo administrativo da CVM e as penas aplicadas - Não; iii qualquer condenação transitada em julgado, na esfera judicial ou administrativa, que o tenha suspenso ou inabilitado para a prática de uma atividade profissional ou comercial qualquer – Não.

12.9. Informar a existência de relação conjugal, união estável ou parentesco até o segundo grau entre:**a. administradores do emissor**

- Ricardo Egydio Setubal (Presidente do CA) é irmão de Olavo Egydio Setubal Júnior (membro efetivo do CA) e de Paulo Setubal Neto (membro suplente do CA).
- Rodolfo Villela Marino (membro efetivo do CA) é irmão de Ricardo Villela Marino (membro suplente do CA).

b. (i) administradores do emissor e (ii) administradores de controladas, diretas ou indiretas, do emissor

Não se aplica.

c. (i) administradores do emissor ou de suas controladas, diretas ou indiretas e (ii) controladores diretos ou indiretos do emissor

O grupo controlador da emissora é composto pelas famílias:

- VILLELA: Maria de Lourdes Egydio Villela, seus filhos Rodolfo Villela Marino (membro efetivo do CA) e Ricardo Villela Marino (membro suplente do CA) e seus sobrinhos Alfredo Egydio Arruda Villela Filho (Vice-Presidente do CA) e Ana Lúcia de Mattos Barretto Villela;
- SETUBAL: pelos irmãos Alfredo Egydio Setubal, José Luiz Egydio Setubal, Maria Alice Setubal, Roberto Egydio Setubal, Olavo Egydio Setubal Júnior (membro efetivo do CA), Paulo Setubal Neto (membro suplente do CA) e Ricardo Egydio Setubal (Presidente do CA).

d. (i) administradores do emissor e (ii) administradores das sociedades controladoras diretas e indiretas do emissor

- Ricardo Egydio Setubal (Presidente do CA da emissora e membro suplente do CA da controladora direta Itaúsa – Investimentos Itaú S.A.) é irmão de Olavo Egydio Setubal Júnior (membro efetivo do CA da emissora), de Paulo Setubal Neto (membro suplente do CA da emissora e membro efetivo do CA da controladora direta Itaúsa – Investimentos Itaú S.A.), de Alfredo Egydio Setubal (Vice-Presidente do CA da controladora direta Itaúsa – Investimentos Itaú S.A. e Diretor Executivo da controladora indireta Companhia ESA) e de Roberto Egydio Setubal (Diretor Vice-Presidente da controladora direta Itaúsa – Investimentos Itaú S.A. e da controladora indireta Companhia ESA).
- Rodolfo Villela Marino (membro efetivo do CA da emissora, da controladora direta Itaúsa – Investimentos Itaú S.A. e Diretor Executivo da controladora indireta Companhia ESA) é irmão de Ricardo Villela Marino (membro suplente do CA da emissora e da controladora direta Itaúsa – Investimentos Itaú S.A.).
- Alfredo Egydio Arruda Villela Filho é Vice-Presidente do CA da emissora, Vice-Presidente do CA e Diretor Presidente da controladora direta Itaúsa – Investimentos Itaú S.A. e Diretor Presidente da controladora indireta Companhia ESA).

12.10. Informar sobre relações de subordinação, prestação de serviço ou controle mantidas, nos 3 últimos exercícios sociais, entre administradores do emissor e:

a. sociedade controlada, direta ou indiretamente, pelo emissor

Nos 3 últimos exercícios sociais, as sociedades controladas da emissora foram administradas pelos diretores da Companhia.

b. controlador direto ou indireto do emissor

Os conselheiros Alfredo Egydio Arruda Villela Filho, Olavo Egydio Setubal Júnior, Paulo Setubal Neto, Ricardo Egydio Setubal, Ricardo Villela Marino e Rodolfo Villela Marino integram o grupo de controle da Companhia.

c. caso seja relevante, fornecedor, cliente, devedor ou credor do emissor, de sua controlada ou controladoras ou controladas de alguma dessas pessoas

Posição em 31.12.2013

Nome do Administrador/CPF	Cargo ou Função	Pessoa Relacionada/CNPJ	Cargo ou Função do Administrador na Pessoa Relacionada	Tipo de Relação do Administrador com a Pessoa Relacionada	Tipo de Pessoa Relacionada
Ricardo Villela Marino 252.398.288-90	Membro Suplente do CA	Itaú Unibanco S.A. CNPJ: 60.701.190/0001-04	Diretor Vice-Presidente	Controle	Cliente

Posição em 31.12.2012

Nome do Administrador/CPF	Cargo ou Função	Pessoa Relacionada / CNPJ	Cargo ou Função do Administrador na Pessoa Relacionada	Tipo de Relação do Administrador com a Pessoa Relacionada	Tipo de Pessoa Relacionada
Ricardo Villela Marino 252.398.288-90	Membro Suplente do CA	Itaú Unibanco S.A. CNPJ: 60.701.190/0001-04	Diretor Vice-Presidente	Controle	Cliente

Posição em 31.12.2011

Nome do Administrador/CPF	Cargo ou Função	Pessoa Relacionada / CNPJ	Cargo ou Função do Administrador na Pessoa Relacionada	Tipo de Relação do Administrador com a Pessoa Relacionada	Tipo de Pessoa Relacionada
Ricardo Villela Marino 252.398.288-90	Membro Suplente do CA	Itaú Unibanco S.A. CNPJ: 60.701.190/0001-04	Diretor Vice-Presidente	Controle	Cliente

ANEXO IV**PROPOSTA DE VERBA ANUAL PARA REMUNERAÇÃO DOS ADMINISTRADORES**

Item 13 do Anexo 24 da ICVM 480/09

Em atendimento ao disposto no artigo 12, incisos I e II da ICVM 481/09

13.1. Descrever a política ou prática de remuneração do conselho de administração, da diretoria estatutária e não estatutária, do conselho fiscal, dos comitês estatutários e dos comitês de auditoria, de risco, financeiro e de remuneração, abordando os seguintes aspectos:

a. Objetivos da política ou prática de remuneração

A política de remuneração visa possibilitar a retenção de profissionais que respondem por atividades essenciais para atendimento dos objetivos da Companhia e coerentes com as práticas de mercado.

As remunerações totais pagas são suportadas por uma verba global e anual fixada em Assembleia Geral, cabendo ao Conselho de Administração regulamentar a utilização desta verba. Além da remuneração fixa mensal (honorário), a política também objetiva a maximização do resultado operacional da Companhia, recompensando o desempenho individual e coletivo dos membros da Diretoria, mediante pagamento anual de remuneração variável, a título de participação estatutária, em múltiplos de salários.

Os membros do Conselho de Administração e dos Comitês percebem remuneração fixa mensal. Em 2013, os membros do Conselho integraram os seguintes Comitês: de Estratégia, de Pessoas e Governança, de Divulgação e de Auditoria e de Gestão de Riscos (este último coordenado por membro que não pertence ao Conselho de Administração).

b. Composição da remuneração, indicando:**i. Descrição dos elementos da remuneração e os objetivos de cada um deles**

Conselho de Administração:

Remuneração Fixa: objetiva o pagamento de remuneração, equivalente a 12 (doze) honorários.

Diretoria Estatutária:

Remuneração Fixa: objetiva o pagamento mensal da remuneração, equivalente a 12 (doze) honorários anuais.

Remuneração Variável: objetiva o pagamento de gratificação anual com base em avaliação individual e corporativa.

ii. Qual a proporção de cada elemento na remuneração total

A proporção entre os valores totais de remuneração paga como honorário e participação estatutária varia conforme o resultado da Companhia apurado em cada período. A proporção de remuneração para 2013 de cada órgão está assim representada:

	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária	Diretoria não Estatutária
Remuneração Fixa:	84,5%	86,4%	68,3%
Remuneração Variável *:	15,5% *	13,6%	31,7%

(*) Considera também a contribuição da Companhia em previdência complementar proporcional a remuneração fixa.

iii. Metodologia de cálculo e de reajuste de cada um dos elementos da remuneração

Remuneração Fixa: valores definidos com base em parâmetros de mercado, ou seja, empresas do mesmo porte e mesmo segmento operacional, com base em acompanhamento anual por meio de pesquisa salarial de executivos. A Presidência da Companhia pode propor e aprovar eventuais alterações de remuneração seja por mérito individual ou reajustes coletivos que visem repor a inflação do período (INPC). O montante não poderá ser superior à verba global aprovada na Assembleia de Acionistas.

Remuneração Variável: valores definidos em múltiplos de salários, considerando dois fatores principais: se foram atingidos os objetivos do negócio (resultado operacional/redução de custos e qualidade de serviços)

e metas individuais. Após os processos de apuração os valores são validados pelo Presidente da Companhia e pelo Conselho de Administração.

iv. Razões que justificam a composição da remuneração

A remuneração total composta por parte fixa e variável obedece aos planos de compensação praticados no mercado.

c. Principais indicadores de desempenho que são levados em consideração na determinação de cada elemento da remuneração

O desempenho dos Diretores Estatutários considera indicadores voltados a foco nos resultados corporativos (receita, margem de contribuição, EBITDA (*Earnings Before Interest, Taxes, Depreciation and Amortization*), volume de vendas, redução de custos e qualidade dos serviços e resultados individuais das metas definidas para cada Diretor.

d. Como a remuneração é estruturada para refletir a evolução dos indicadores de desempenho

Os indicadores definidos estão alinhados com as estratégias e metas da Companhia e recebem pesos conforme importância para a obtenção dos objetivos. A remuneração variável é composta por uma parcela que reflete o resultado corporativo e outra que reflete o desempenho individual. Esta sistemática de remuneração permite que o executivo canalize seus esforços para alcançar os objetivos da Companhia, de forma a obter os melhores indicadores de desempenho previstos pela Itautec.

e. Como a política ou prática de remuneração se alinha aos interesses do emissor de curto, médio e longo prazo

A política de remuneração se alinha no sentido de motivar e reter estes profissionais por meio de pagamento de honorários e participações que reflitam a obtenção de resultados esperados dentro do horizonte do planejamento estratégico da Companhia.

f. Existência de remuneração suportada por subsidiárias, controladas ou controladores diretos ou indiretos

Não há remuneração do emissor suportada por subsidiárias, controladas ou controladores diretos ou indiretos.

g. Existência de qualquer remuneração ou benefício vinculado à ocorrência de determinado evento societário, tal como a alienação do controle societário do emissor

Eventualmente, a ocorrência de determinado evento societário não recorrente às operações da Companhia, pode fazer parte das metas de remuneração de determinado executivo.

13.2. Em relação à remuneração reconhecida no resultado dos 3 últimos exercícios sociais e à prevista para o exercício social corrente do conselho de administração, da diretoria estatutária e do conselho fiscal:

a.	R\$	Previsto para 2014		
		Conselho de Administração	Diretoria Estatutária	e. Total
b.	Número de membros	9,00	3,50	12,50
c.	Remuneração segregada em:			
i.	Remuneração fixa anual, segregada em:			
	• Salário ou pró-labore	2.150.000	4.000.000	6.150.000
	• Benefícios diretos e indiretos	280.000	600.000	880.000
	• Remuneração por participação em comitês	0	0	0
	• Outros (INSS empregador)	430.000	800.000	1.230.000
ii.	Remuneração variável, segregada em:			
	• Bônus	0	1.000.000	1.000.000
	• Participação nos resultados	0	0	0
	• remuneração por participação em reuniões	0	0	0
	• comissões	0	0	0
	• Outros (INSS empregador)	-	200.000	200.000
iii.	benefícios pós-emprego	140.000	400.000	540.000
iv.	benefícios motivados pela cessação do exercício do cargo	0	0	0
v.	remuneração baseada em ações	0	0	0
d.	valor, por órgão, da remuneração do conselho de administração, da diretoria estatutária e do conselho fiscal	3.000.000	7.000.000	10.000.000

a.	R\$	2013		
		Conselho de Administração	Diretoria Estatutária	e. Total
b.	Número de membros	9,00	6,84	15,84
c.	Remuneração segregada em:			
i.	Remuneração fixa anual, segregada em:			
•	Salário ou pró-labore	1.510.660	7.839.558	9.350.218
•	Benefícios diretos e indiretos	260.972	1.010.320	1.271.292
•	Remuneração por participação em comitês	0	0	0
•	Outros (INSS empregador)	302.132	1.567.912	1.870.044
ii.	Remuneração variável, segregada em:			
•	Bônus	0	809.149	809.149
•	Participação nos resultados	0	0	0
•	remuneração por participação em reuniões	240.000	0	240.000
•	comissões	0	0	0
•	Outros (INSS empregador)	0	161.830	161.830
iii.	benefícios pós-emprego	84.412	587.971	672.383
iv.	benefícios motivados pela cessação do exercício do cargo	0	0	0
v.	remuneração baseada em ações	0	0	0
d.	valor, por órgão, da remuneração do conselho de administração, da diretoria estatutária e do conselho fiscal	2.398.176	11.976.740	14.374.916

A remuneração variável destinada aos Diretores Estatutários, referente ao exercício de 2013 (registrada como bônus), atrelada ao atingimento de métricas individuais e corporativas, foi inferior ao valor previsto para o ano, em razão do resultado reportado pela Companhia.

Obs: O número de membros (letra b) considera a média anual do número de membros de cada órgão apurado mensalmente.

a.	R\$	2012		
		Conselho de Administração	Diretoria Estatutária	e. Total
b.	Número de membros	8,75	6,92	15,67
c.	Remuneração segregada em:			
i.	Remuneração fixa anual, segregada em:			
•	Salário ou pró-labore	2.110.027	5.841.904	7.951.931
•	Benefícios diretos e indiretos	123.856	971.532	1.095.387
•	Remuneração por participação em comitês	0	0	0
•	Outros (INSS empregador)	422.005	1.168.381	1.590.386
ii.	Remuneração variável, segregada em:			
•	Bônus	0	2.983.479	2.983.479
•	Participação nos resultados	0	60.000	60.000
•	remuneração por participação em reuniões	220.000	0	220.000
•	comissões	0	0	0
•	Outros (INSS empregador)	0	596.696	596.696
iii.	benefícios pós-emprego	84.403	551.415	635.818
iv.	benefícios motivados pela cessação do exercício do cargo	0	0	0
v.	remuneração baseada em ações	0	0	0
d.	valor, por órgão, da remuneração do conselho de administração, da diretoria estatutária e do conselho fiscal	2.960.290	12.173.407	15.133.697

Obs: O número de membros (letra b) considera a média anual do número de membros de cada órgão apurado mensalmente.

a.	R\$	2011		
		Conselho de Administração	Diretoria Estatutária	e. Total
b.	Número de membros	9,17	7,50	16,67
c.	Remuneração segregada em:			
i.	Remuneração fixa anual, segregada em:			
	• Salário ou pró-labore	2.651.600	6.212.400	8.864.000
	• Benefícios diretos e indiretos	118.820	1.268.015	1.386.835
	• Remuneração por participação em comitês	0	0	0
	• Outros (INSS empregador)	530.320	1.242.520	1.772.840
ii.	Remuneração variável, segregada em:			
	• Bônus	0	0	0
	• Participação nos resultados	0	4.685.261	4.685.261
	• remuneração por participação em reuniões	190.000	0	190.000
	• comissões	0	0	0
	• Outros (INSS empregador)	0	679.707	679.707
iii.	benefícios pós-emprego	82.281	585.863	668.144
iv.	benefícios motivados pela cessação do exercício do cargo	0	0	0
v.	remuneração baseada em ações	0	0	0
d.	valor, por órgão, da remuneração do conselho de administração, da diretoria estatutária e do conselho fiscal	3.573.021	14.673.766	18.246.787

Obs: O número de membros (letra b) considera a média anual do número de membros de cada órgão apurado mensalmente.

13.3. Em relação à remuneração variável dos 3 últimos exercícios sociais e à prevista para o exercício social corrente do conselho de administração:

a.	R\$	Conselho de Administração				Diretoria Estatutária			
		2011	2012	2013	Previsto 2014	2011	2012	2013	Previsto 2014
b.	número de membros	9,17	8,75	9,00	9,00	7,50	7,50	6,84	3,50
c.	em relação ao bônus:								
i.	valor mínimo previsto no plano de remuneração	0	0	0	0	0	0	0	0
ii.	valor máximo previsto no plano de remuneração	0	0	0	0	0	0	0	1.000.000
iii.	valor previsto no plano de remuneração, caso as metas estabelecidas fossem atingidas	0	0	0	0	0	0	0	1.000.000
iv.	valor efetivamente reconhecido no resultado	0	0	0	0	0	2.983.479	1.058.603	0
d.	em relação à participação no resultado:								
i.	valor mínimo previsto no plano de remuneração	0	0	0	0	0	0	0	0
ii.	valor máximo previsto no plano de remuneração	0	0	0	0	12.500.000	14.000.000	14.000.000	0
iii.	valor previsto no plano de remuneração, caso as metas estabelecidas fossem atingidas	0	0	0	0	8.266.000	7.000.000	7.000.000	0
iv.	valor efetivamente reconhecido no resultado	0	0	0	0	4.685.000	60.000	0	0

13.4. Em relação ao plano de remuneração baseado em ações do conselho de administração e da diretoria estatutária, em vigor no último exercício social e previsto para o exercício social corrente, descrever:

a. Termos e condições gerais

Conforme previsto no Estatuto Social, a Itautec, até o ano de 2006, possuía Plano para Outorga de Opções de Ações, com objetivo de integrar seus executivos no processo de desenvolvimento da sociedade a médio e longo prazo, facultando participarem das valorizações que seu trabalho e dedicação trouxeram para as ações da Companhia.

Esse plano era administrado por um Comitê e as opções outorgadas eram aprovadas pelo Conselho de Administração, hoje objeto de estudo e revisão pelo próprio Conselho.

b. Principais objetivos do plano

Não há Plano de Opções de Ações operacionalmente vigente ao final de 2013.

c. Forma como o plano contribui para esses objetivos

Não há Plano de Opções de Ações operacionalmente vigente ao final de 2013.

d. Como o plano se insere na política de remuneração do emissor

Não há Plano de Opções de Ações operacionalmente vigente ao final de 2013.

e. Como o plano alinha os interesses dos administradores e do emissor a curto, médio e longo prazo

Não há Plano de Opções de Ações operacionalmente vigente ao final de 2013.

f. Número máximo de ações abrangidas

Não há Plano de Opções de Ações operacionalmente vigente ao final de 2013.

g. Número máximo de opções a serem outorgadas

Não há Plano de Opções de Ações operacionalmente vigente ao final de 2013.

h. Condições de aquisição de ações

Não há Plano de Opções de Ações operacionalmente vigente ao final de 2013.

i. Critérios para fixação do preço de aquisição ou exercício

O preço fixado para Outorga das Opções de Ações até 2006 tinha como base a cotação média dos preços das ações da Itautec S.A. – Grupo Itautec, nos pregões da Bolsa de Valores, compreendendo o período de no mínimo 1 (um) e no máximo 12 (doze) meses anteriores à data de emissão das opções. A critério do Comitê de Opções era facultado, ainda, um ajuste no preço médio de até 50% para mais ou para menos.

j. Critérios para fixação do prazo de exercício

Os titulares das opções outorgadas até 2006 poderão exercê-las subscrevendo as ações a que tiverem direito, observadas as normas do Plano em vigor no período.

As opções terão vigência até o término do prazo fixado na forma estipulada, mas só poderão ser exercidas após o decurso de um "período de carência" e fora dos "períodos de suspensão" estabelecidos pelo Comitê.

O "período de carência" de cada série de opções será fixado pelo Comitê ao emití-las, podendo a respectiva duração variar entre os prazos de AE+2 semestres e AE+10 semestres, sendo AE o semestre civil do calendário durante o qual a emissão houver ocorrido. Dessa maneira, a carência terminará sempre no último dia do último semestre civil abrangido pelo respectivo período.

O "período de carência" se extinguirá antecipadamente se ocorrer a aposentadoria do titular da opção, ficando-lhe facultado exercê-la quando desejar, até o término do prazo previsto no item 7.3 do Plano.

Igual extinção antecipada da carência ocorrerá no caso de falecimento do titular da opção, ficando facultado aos respectivos herdeiros exercerem-na quando desejarem, até o término do prazo previsto no item 7.4 do Plano.

Os "períodos de suspensão" do exercício de opções serão determinados pelo Comitê quando se justificarem, seja para ordenar os trabalhos de subscrição, seja para impedir subscrições nos períodos em que a Comissão de Valores Mobiliários veda aos diretores negociarem ações da empresa que dirigem.

O titular das opções científicará a IDC – Diretoria de Assuntos Corporativos da data em que exercerá as opções, com antecedência mínima de 48 horas.

O titular de mais de uma série de opções poderá, nas épocas próprias, exercer todas ou somente algumas, total ou parcialmente.

k. Forma de liquidação

Para as ações outorgadas até 2006, exercendo a opção, o respectivo titular deverá pagar o preço do exercício em prazo igual ao vigente para liquidação de operações na Bolsa de Valores de São Paulo.

l. Restrições à transferência das ações

Para as ações outorgadas até 2006, o titular da opção poderá dispor livremente de metade das ações que houver adquirido através de cada ato de exercício dessa opção.

A outra metade ficará indisponível pelo prazo de 2 (dois) anos, contado a partir da data do exercício de opção, averbando-se essa indisponibilidade na forma e para os fins previstos no artigo 40 da Lei nº 6.404, de 15.12.1976, ressalvadas as exceções a seguir estabelecidas.

m. Critérios e eventos que, quando verificados, ocasionarão a suspensão, alteração ou extinção do plano

Para as ações outorgadas até 2006, não há previsão no Regulamento do Plano de Outorga de Opções de critérios ou eventos que ocasionem a sua suspensão, alteração ou extinção.

n. Efeitos da saída do administrador dos órgãos do emissor sobre seus direitos previstos no plano de remuneração baseado em ações

Com relação ao plano de remuneração baseado em ações em vigor até 2006, terão sua vigência extinta, antecipadamente, de pleno direito, as opções cujos titulares se desligarem ou forem desligados da Itautec e/ou empresas sob controle comum e deixarem de ter atribuições executivas em qualquer sociedade desse conglomerado. As opções de diretores se extinguirão na data em que deixarem o exercício do cargo, seja por renúncia, seja por iniciativa do órgão que os elegeram, seja por término de mandato, sem recondução. Em se tratando de funcionário, a extinção ocorrerá na data em que se rescindir o contrato de trabalho.

Não ocorrerá a extinção antecipada se o desligamento ocorrer em razão de aposentadoria do titular na Itautec ou empresa sob controle comum. Nesse caso, as opções de que o aposentado for titular poderão ser exercidas até o final do prazo de vigência (item 7.1 do Plano), ou até o final do prazo de 3 (três) anos contado a partir da data de desligamento, prevalecendo entre esses dois prazos o que primeiro expirar.

Falecendo o titular das opções, os respectivos herdeiros poderão exercê-las até o final do prazo de vigência (item 7.1 do Plano), ou até o final do prazo de 3 (três) anos contado a partir da data do óbito, prevalecendo entre esses dois prazos o que primeiro expirar.

13.5. Informar a quantidade de ações ou cotas direta ou indiretamente detidas, no Brasil ou no exterior, e outros valores mobiliários conversíveis em ações ou cotas, emitidos pelo emissor, seus controladores diretos ou indiretos, sociedades controladas ou sob controle comum, por membros do conselho de administração, da diretoria estatutária ou do conselho fiscal, agrupados por órgão, na data de encerramento do último exercício social

Órgãos	Itautec S.A. - Grupo Itautec	Controladora Direta		Controladora Indireta
		Itaúsa - Investimentos Itaú S.A.		Companhia ESA
		Ações Ordinárias	Ações Preferenciais	Ações Ordinárias
Conselho de Administração	25.040	621.972.332	250.038.550	558.171.783
Diretoria	-	-	4.240	-

Nota: Em 31.12.2013, a Companhia não possuía Conselho Fiscal instalado.

13.6. Em relação à remuneração baseada em ações reconhecida no resultado dos 3 últimos exercícios sociais e à prevista para o exercício social corrente, do conselho de administração e da diretoria estatutária, elaborar tabela com o seguinte conteúdo:

Não houve remuneração baseada em ações reconhecida no resultado dos três últimos exercícios sociais. Também não há previsão de outorgas para o exercício social corrente.

13.7. Em relação às opções em aberto do conselho de administração e da diretoria estatutária ao final do último exercício social:

a. Órgão	Conselho de Administração	
	Data da Outorga	05/05/2004
b. Nº de membros	2	2
c. Opções ainda não exercíveis		
c.i. Quantidade	Não Há	
c.ii. Data em que se tornaram exercíveis		
c.iii. Prazo máximo para o exercício das opções		
c.iv. Prazo de restrição à transferência das ações		
c.v. Preço médio ponderado de exercício		
c.vi. Valor justo das opções no último dia do exercício social		
Opções exercíveis		
d.i. Quantidade	40.000	45.000
d.ii. Prazo máximo para o exercício das opções	31/12/2014	31/12/2016
d.iii. Prazo de restrição à transferência das ações	2 anos para 50%	
d.iv. Preço médio ponderado de exercício - R\$	23,55	36,45
d.v. Valor justo das opções no último dia do exercício social - R\$	38,52	32,88
d.vi. Valor justo do total das opções no último dia do exercício social - R\$	1.540.800	1.479.600

Nota: O número de membros corresponde ao número de conselheiros efetivos e conselheiros suplentes com opções em aberto ao final do último exercício social

Não havia Diretores Estatutários titulares de opções em aberto ao final do último exercício social.

13.8. Em relação às opções exercidas e ações entregues relativas à remuneração baseada em ações do conselho de administração e da diretoria estatutária, nos 3 últimos exercícios sociais:

Nos três últimos exercícios sociais não foram exercidas opções de ações e nem ações entregues relativas ao Plano de Opções de Ações.

13.9. Descrição sumária das informações necessárias para a compreensão dos dados divulgados nos itens 13.6 a 13.8, tal como a explicação do método de precificação do valor das ações e das opções

a. Modelo de precificação

b. Dados e premissas utilizadas no modelo de precificação, incluindo o preço médio ponderado das ações, preço de exercício, volatilidade esperada, prazo de vida da opção, dividendos esperados e a taxa de juros livre de risco

Conforme descrito no item 13.4, não há plano de opções de ações vigente para o ano de 2013.

Abaixo, método de precificação das opções em aberto, outorgadas até 2006:

Modelo de precificação: modelo binomial de apreçamento, o qual pressupõe que existem duas trajetórias possíveis no comportamento dos preços dos ativos – uma ascendente e outra descendente. Assim, é construída uma árvore com as trajetórias de preço para que se determine o valor da ação em uma data futura, com base na volatilidade definida e no intervalo de tempo entre os passos da árvore do momento do apreçamento até o vencimento.

O processo de apreçamento deste modelo é realizado pelo método “Backward Induction”, partindo dos nós no vencimento até o ponto de partida.

	Plano 2004	Plano 2006
Preço da ação na data da outorga (em reais - R\$) (i)	44,70	45,60
Preço médio ponderado de exercício (em reais - R\$) (i)	23,55	36,45
Valor justo das opções (em reais - R\$) (i)	38,52	32,88
Prazo de carência	30/06/2005	30/06/2007
Prazo máximo para o exercício das opções	31/12/2014	31/12/2016
Volatilidade esperada	64%	65%
Dividendos (<i>dividend yield</i>)	1,5%	2,7%
Taxa de retorno livre de risco	24,9%	13,7%

(i) Considera grupamento, na proporção de 15 ações para cada 1, realizado em outubro de 2006.

Preço do Ativo: o preço das ações da Itautec S.A. (ITEC3) utilizado para o cálculo é o preço de fechamento da BM&FBOVESPA, na data base do cálculo;

Preço de Exercício: para a fixação do preço de exercício o Comitê considerará a média dos preços verificados para as ações da "Itautec" nos pregões da Bolsa de Valores de São Paulo, no período de no mínimo um e no máximo doze meses anteriores à data da emissão das opções, a critério do mesmo Comitê, facultado, ainda, um ajuste no preço médio de até 50% (cinquenta por cento), para mais ou para menos;

Volatilidade Esperada: calculada a partir do desvio-padrão sobre histórico dos últimos 36 retornos mensais dos preços de fechamento da ação, divulgada pela BM&FBOVESPA, ajustados pela variação do IGP-DI;

Dividendos Esperados: é a média da taxa de retorno do último exercício de Dividendos pagos, acrescidos dos Juros sobre Capital Próprio da ação;

Taxa de Juros Livre de Risco: a taxa de juros livre de risco utilizada é o IGP-DI;

Prazo de Vigência (Prazo de Vida da Opção): o prazo de vigência de cada série de opções terá início na data em que essa série houver sido emitida e o respectivo término recairá no final de um período que poderá variar entre o mínimo de AE+5 anos e o máximo de AE+10 anos, entendendo-se por AE (Ano da Emissão) o ano civil do calendário durante o qual a emissão houver ocorrido. O prazo de vigência da opção sempre terminará, assim, no último dia útil do último ano civil abrangido por esse prazo;

Período de Carência: o "período de carência" de cada série de opções será fixado pelo Comitê ao emitilas, podendo a respectiva duração variar entre os prazos de AE+2 semestres e AE+10 semestres, sendo AE o semestre civil do calendário durante o qual a emissão houver ocorrido. Dessa maneira, a carência terminará sempre no último dia do último semestre civil abrangido pelo respectivo período.

c. Método utilizado e as premissas assumidas para incorporar os efeitos esperados de exercício antecipado

O Plano de Opções de Ações em vigor até 2006 prevê um período de carência para cada série outorgada, do momento de emissão da opção até o final do período de carência, não podendo ocorrer nesse intervalo o exercício das opções. A partir do final do período de carência e fora dos períodos de suspensão estabelecidos pelo Comitê de Opções, a opção pode ser exercida a qualquer momento até o final do contrato.

d. Forma de determinação da volatilidade esperada

Para o Plano de Opção de Ações em vigor até 2006, a volatilidade esperada é calculada a partir do desvio-padrão sobre histórico dos últimos 36 retornos mensais dos preços de fechamento da ação, divulgada pela BM&FBOVESPA, ajustados pela variação do IGP-DI.

e. Se alguma outra característica da opção foi incorporada na mensuração de seu valor justo

Para o Plano de Opção de Ações em vigor até 2006, a série histórica é ajustada de desdobramentos e grupamentos.

13.10. Em relação aos planos de previdência em vigor conferidos aos membros do conselho de administração e aos diretores estatutários

a. Órgão	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária
b. Número de membros	3	3
c. Nome do plano	Plano PAI-CD	
d. Quantidade de administradores que reúnem as condições para se aposentar	1	0
e. Condições para se aposentar antecipadamente	Para a aposentadoria antecipada, os participantes devem atender aos seguintes requisitos: 1. Mínimo de 55 anos de idade; 2. Mínimo de 10 anos de plano; e 3. Não ter mandato ativo ou vínculo empregatício com os patrocinadores	
f. Valor atualizado das contribuições acumuladas no plano de previdência até o encerramento do último exercício social, descontada a parcela relativa a contribuições feitas diretamente pelos administradores - R\$	1.786.550	444.596
g. Valor total acumulado das contribuições realizadas durante o último exercício social, descontada a parcela relativa a contribuições feitas diretamente pelos administradores - R\$	84.000	173.730
h. Se há a possibilidade de resgate antecipado e quais as condições	Não há possibilidade de resgate antecipado de contribuições	

13.11. Em forma de tabela, indicar, para os 3 últimos exercícios sociais, em relação ao conselho de administração, à diretoria estatutária e ao conselho fiscal: a) órgão; b) número de membros; c) valor da maior remuneração individual; d) valor da menor remuneração individual; e, e) valor médio de remuneração individual

Item não divulgado em razão da liminar concedida pelo MM Juízo da 5ª Vara Federal do Rio de Janeiro, no âmbito do processo nº 2010.5101002888-5.

13.12. Descrever arranjos contratuais, apólices de seguros ou outros instrumentos que estruturam mecanismos de remuneração ou indenização para os administradores em caso de destituição do cargo ou de aposentadoria, indicando quais as consequências financeiras para o emissor

A Companhia não possui arranjos contratuais, apólices de seguros ou outros instrumentos que estruturam mecanismos de remuneração ou indenização para os administradores em caso de destituição do cargo. No caso de destituição, os administradores, desde que participantes no Plano de Aposentadoria Individual – PAI CD*, podem manter-se vinculados a ele e continuar com suas contribuições individuais (assumindo também as contribuições da Companhia).

(*) Plano mantido junto à Fundação Itaúsa Industrial, que atende as sociedades da área industrial do Conglomerado Itaúsa.

13.13. Em relação aos 3 últimos exercícios sociais, indicar o percentual da remuneração total de cada órgão reconhecida no resultado do emissor referente a membros do conselho de administração, da diretoria estatutária ou do conselho fiscal que sejam partes relacionadas aos controladores, diretos ou indiretos, conforme definido pelas regras contábeis que tratam desse assunto

Em % da remuneração total	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária
2013	71,6%	11,9%
2012	50,6%	0,0%
2011	41,7%	0,0%

13.14. Em relação aos 3 últimos exercícios sociais, indicar os valores reconhecidos no resultado do emissor como remuneração de membros do conselho de administração, da diretoria estatutária ou do conselho fiscal, agrupados por órgão, por qualquer razão que não a função que ocupam, como por exemplo, comissões e serviços de consultoria ou assessoria prestados

Nos três últimos exercícios sociais, os integrantes do Conselho de Administração e da Diretoria Estatutária não prestaram serviços de consultoria ou assessoria às empresas do Grupo Itautec.

13.15. Em relação aos 3 últimos exercícios sociais, indicar os valores reconhecidos no resultado de controladores, diretos ou indiretos, de sociedades sob controle comum e de controladas do emissor, como remuneração de membros do conselho de administração, da diretoria estatutária ou do conselho fiscal do emissor, agrupados por órgão, especificando a que título tais valores foram atribuídos a tais indivíduos

Conforme o item 13.1.f, a remuneração pelas funções que cada administrador exerce nos órgãos da Itautec é paga única e exclusivamente pela Itautec S.A., não havendo nenhuma situação onde a função exercida na Companhia é paga por sociedades controladas.

13.16. Fornecer outras informações que o emissor julgue relevantes

Nada a destacar. As informações relevantes referentes ao requisitado neste tópico estão apresentadas nos itens anteriores.

ANEXO V**PROPOSTA DE REDUÇÃO DO CAPITAL SOCIAL**

Anexo 16 da ICVM 481/09

1. Informar o valor da redução e do novo capital social

O atual capital social de R\$ 280.000.000,00 será reduzido em R\$ 8.474.998,84, mediante cancelamento de 451.759 ações adquiridas pela Companhia dos Acionistas dissidentes da mudança do objeto social aprovada na Assembleia Geral de 14.01.2014, passando a R\$ 271.525.001,16, dividido em 11.199.367 ações ordinárias, escriturais, sem valor nominal.

2. Explicar, pormenorizadamente, as razões, a forma e as consequências da redução

Em Assembleia Geral realizada em 14.01.2014, foi aprovada a mudança do objeto social da Companhia, em razão de seu reposicionamento estratégico no mercado de TI divulgado em Fato Relevante de 15.05.2013;

Consoante Artigo 137 da Lei nº 6.404/76, os Acionistas dissidentes dessa mudança do objeto social exerceram, no período de 15.01 a 13.02.2014, o direito de retirada da Companhia, pelo valor de reembolso de R\$ 18,76 por ação, apurado com base nas demonstrações financeiras de 30.09.2013, aprovadas pela Assembleia Geral de 26.12.2013;

Encerrado o prazo de dissidência, a Companhia adquiriu 451.759 ações (aproximadamente 3,88% do capital social), com dispêndio de R\$ 8.474.998,84, sendo que 451.678 ações foram reembolsadas aos Acionistas dissidentes em 25.02.2014 e 81 ações em 28.02.2014, remanescendo 217.598 ações em circulação no Mercado, correspondentes a 1,87% do capital social;

Considerando que esse reembolso aos Acionistas dissidentes foi efetuado pela Companhia à conta do capital social, será proposta à Assembleia Geral do próximo dia 25 de abril, em pauta extraordinária, o cancelamento das 451.759 ações ordinárias reembolsadas aos Acionistas dissidentes, com a correspondente redução do capital social em R\$ 8.474.998,84, consoante § 6º do Artigo 45 da Lei nº 6.404/76.

3. Fornecer cópia do parecer do conselho fiscal, caso esteja em funcionamento, quando a proposta de redução do capital social for de iniciativa dos administradores

Não aplicável, em razão de o Conselho Fiscal não estar em funcionamento.

4. Informar, conforme o caso:**(a) o valor da restituição por ação**

Os Acionistas dissidentes foram reembolsados pelo valor de R\$ 18,76 por ação, apurado com base nas demonstrações financeiras de 30.09.2013, aprovadas pela Assembleia Geral de 26.12.2013.

(b) o valor da diminuição do valor das ações à importância das entradas, no caso de capital não integralizado; ou

Não aplicável, em razão de o capital social subscrito da Companhia estar integralizado.

(c) a quantidade de ações objeto da redução

Serão canceladas as 451.759 ações ordinárias adquiridas pela Companhia e reembolsadas aos Acionistas dissidentes em 25 e 28.02.2014.

ANEXO VI**ESTATUTO SOCIAL CONSOLIDADO COM ALTERAÇÃO PROPOSTA**

Art. 1º - DENOMINAÇÃO, PRAZO E SEDE - A sociedade anônima de capital autorizado regida por este estatuto, denominada **ITAUTEC S.A.- GRUPO ITAUTEC**, com duração por tempo indeterminado, tem sua sede e foro na Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, e poderá abrir filiais, dependências ou representações no território nacional ou no exterior, por deliberação da Diretoria, observadas as exigências legais.

Art. 2º - OBJETO - A sociedade tem por objeto participar do capital de outras sociedades no País e no exterior, em especial naquelas que atuam na fabricação e comercialização de equipamentos de automações bancária e comercial e na prestação de serviços.

2.1. **Disposição Transitória** - Em face de Fato Relevante divulgado em 15.05.2013, a unidade de computação da sociedade será paulatinamente desativada, sem qualquer prejuízo ao cumprimento integral de todos os contratos e obrigações de fornecimento, manutenção e garantia dos equipamentos da marca Itautec/InfoWay, bem como o atendimento ao consumidor e os serviços associados a essa manutenção. Em decorrência, a sociedade poderá transitoriamente comercializar, licenciar, alugar e importar máquinas e equipamentos de informática, componentes, subconjuntos, acessórios, complementos, materiais de consumo e softwares, bem como prestar serviços de instalação, assistência técnica presencial ou remota e manutenção dos produtos por ela comercializados.

Art. 3º - CAPITAL E AÇÕES - O capital social subscrito e integralizado é de R\$ 271.525.001,16 (duzentos e setenta e um milhões, quinhentos e vinte e cinco mil e um reais e dezesseis centavos), representado por 11.199.367 (onze milhões, cento e noventa e nove mil, trezentas e sessenta e sete) ações ordinárias escriturais, sem valor nominal.

3.1. **Capital Autorizado** - A sociedade está autorizada a aumentar, independentemente de reforma estatutária, o capital social até o limite de 60.000.000 (sessenta milhões) de ações, sendo 20.000.000 (vinte milhões) em ações ordinárias e 40.000.000 (quarenta milhões) em ações preferenciais.

3.2. **Opção de Compra de Ações** - Dentro do limite do capital autorizado e de acordo com plano aprovado pela Assembleia Geral, poderão ser outorgadas opções de compra de ações a administradores e empregados da própria sociedade e de empresas por ela controladas.

3.3. **Ações Escriturais** - Sem qualquer alteração nos direitos e restrições que lhes são inerentes, nos termos deste artigo, todas as ações da sociedade serão escriturais, permanecendo em contas de depósito, na Itaú Corretora de Valores S.A., em nome de seus titulares, sem emissão de certificados, nos termos dos artigos 34 e 35 da Lei nº 6.404/76, podendo ser cobrada dos acionistas a remuneração de que trata o § 3º do artigo 35 da já mencionada lei.

3.4. **Mudança de Espécie** - As ações não poderão ter sua espécie alterada de ordinária para preferencial ou vice-versa.

3.5. **Ações - Proporções e Classes** - À sociedade é facultado emitir ações, sem guardar a proporção das espécies e/ou classes das ações já existentes, bem como criar classes de ações preferenciais, desde que o número de ações preferenciais não ultrapasse o limite de 2/3 (dois terços) do total das ações emitidas.

3.6. **Direito de Preferência** - Salvo deliberação em contrário do Conselho de Administração, os acionistas titulares de ações ordinárias ou preferenciais não terão direito de preferência em qualquer emissão de ações, debêntures ou partes beneficiárias conversíveis em ações e bônus de subscrição, cuja colocação seja feita mediante venda em bolsa de valores, subscrição pública ou permuta por ações em oferta pública de aquisição de controle, bem como para subscrição de ações ou de debêntures conversíveis em ações nos termos de lei especial sobre incentivos fiscais.

3.7. **Ações Preferenciais** - As ações preferenciais, sem direito a voto, terão as seguintes vantagens: I - prioridade no recebimento de dividendo mínimo anual de R\$ 0,15 (quinze centavos de real) por ação,

não cumulativo; II - prioridade, em relação às ações ordinárias, no reembolso do capital, sem prêmio; III - direito de, em eventual alienação de controle, serem incluídas em oferta pública de aquisição de ações, de modo a lhes assegurar o preço igual a 80% (oitenta por cento) do valor pago por ação com direito a voto, integrante do bloco de controle, assegurado o dividendo pelo menos igual ao das ações ordinárias.

- 3.8. Aquisição do Direito de Voto pelas Ações Preferenciais - As ações preferenciais adquirirão o exercício do direito de voto, nos termos do artigo 111, § 1º, da Lei nº 6404/76, se a sociedade deixar de pagar o dividendo prioritário por três exercícios consecutivos.

Art. 4º - ADMINISTRAÇÃO - A sociedade será administrada por um Conselho de Administração e uma Diretoria. O Conselho de Administração terá, na forma prevista em lei e neste estatuto, atribuições orientadoras, eletivas e fiscalizadoras, as quais não abrangem funções operacionais ou executivas, que serão de competência da Diretoria.

- 4.1. Investidura - Os Conselheiros e Diretores serão investidos nos cargos mediante assinatura de termos de posse nos livros de atas do Conselho de Administração e da Diretoria, respectivamente.
- 4.2. Proventos dos Administradores - Os administradores perceberão remunerações e participações nos lucros. Para o pagamento das remunerações a Assembleia Geral fixará verba global e anual, ainda que sob forma indexada, cabendo ao Conselho de Administração regulamentar a utilização dessa verba. Caberá igualmente ao Conselho de Administração regulamentar os rateios das participações devidas aos próprios membros desse Conselho e aos membros da Diretoria, as quais, em conjunto, corresponderão a, no máximo, 0,1 (um décimo) dos lucros líquidos apurados em balanço, não podendo, porém, exceder ao somatório das remunerações atribuídas aos administradores no período a que se referir o balanço que consignar as mencionadas participações.
- 4.3. Mandato - Os Conselheiros e Diretores exercerão os mandatos pelo prazo de 1(um) ano, podendo ser reeleitos, e permanecerão nos cargos até a posse dos substitutos.

Art. 5º - CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO - O Conselho de Administração será composto de 3 (três) a 9 (nove) membros efetivos, eleitos pela Assembleia Geral, sendo 1 (um) Presidente e 1 (um) a 3 (três) Vice-Presidentes, escolhidos pelos Conselheiros entre os seus pares. Na mesma Assembleia Geral serão eleitos 2 (dois) membros suplentes, que, a critério do Conselho de Administração, poderão ser convocados para substituir membro efetivo ausente.

- 5.1. Substituições - O Presidente, em caso de vaga, ausência ou impedimento, será substituído por um dos Vice-Presidentes, designado pelo Conselho de Administração. Ocorrendo vaga no Conselho de Administração, os Conselheiros remanescentes poderão nomear substituto, na próxima reunião que realizarem, para completar o mandato do substituído.
- 5.2. Deliberações - O Conselho de Administração, convocado pelo Presidente, reunir-se-á sempre que necessário, deliberando validamente com a presença, no mínimo, da maioria absoluta de seus membros em exercício.
- 5.3. Competência – Compete ao Conselho de Administração:
- 5.3.1. fixar a orientação geral dos negócios da sociedade;
 - 5.3.2. eleger e destituir os Diretores da sociedade e fixar-lhes as atribuições, observado o que a respeito dispõe este estatuto;
 - 5.3.3. fiscalizar a gestão dos Diretores, examinar, a qualquer tempo, os livros e papéis da sociedade, solicitar informações sobre contratos celebrados ou em via de celebração e quaisquer outros atos;
 - 5.3.4. convocar a Assembleia Geral;
 - 5.3.5. manifestar-se sobre o relatório da administração e as contas da Diretoria;
 - 5.3.6. escolher e destituir os auditores independentes;
 - 5.3.7. deliberar sobre a distribuição de dividendos intermediários;
 - 5.3.8. deliberar sobre a aquisição das próprias ações;
 - 5.3.9. deliberar sobre a emissão de ações e de bônus de subscrição, dentro do limite do capital autorizado, fixando suas características e definindo se será concedido o direito de preferência aos acionistas;

- 5.3.10. deliberar sobre a instituição de comitês para tratar de assuntos específicos no âmbito do Conselho de Administração;
- 5.3.11. deliberar sobre o pagamento de juros sobre o capital próprio;
- 5.3.12. deliberar sobre a aprovação de qualquer operação que não tenha sido previamente aprovada no orçamento anual ou plurianual da sociedade que envolva a aquisição, alienação, investimentos, desinvestimentos, oneração ou transferência de qualquer ativo da sociedade cujo valor seja superior, individual ou agregado, para o mesmo tipo de operação, a 3% (três por cento) do patrimônio líquido constante do último balanço patrimonial auditado da sociedade; e,
- 5.3.13. deliberar sobre a prestação de fiança, aval ou outras garantias pessoais ou reais a obrigações de terceiros, exceto quando a beneficiária for empresa controlada unicamente pela sociedade, direta ou indiretamente.

Art. 6º - DIRETORIA – A Diretoria terá de 3 (três) a 20 (vinte) membros, residentes no País e eleitos pelo Conselho de Administração. Não poderá ser eleito diretor quem já tiver completado 70 (setenta) anos de idade na data da eleição.

6.1. **Composição** – A composição da Diretoria compreenderá os cargos de Diretor Presidente, Diretor Vice-Presidente e Diretor, na conformidade do que for estabelecido pelo Conselho de Administração ao prover esses cargos. Um mesmo diretor poderá ser designado, em caráter efetivo ou interino, para exercer cumulativamente mais de um cargo.

6.2. **Poderes** - À Diretoria compete administrar e representar a sociedade.

6.2.1. Dois diretores, sendo um deles obrigatoriamente o Diretor Presidente, terão poderes para aprovar: a) qualquer operação que não tenha sido previamente aprovada no orçamento anual ou plurianual da sociedade que envolva a aquisição, alienação, investimentos, desinvestimentos, oneração ou transferência de qualquer ativo da sociedade cujo valor seja inferior, individual ou agregado, para o mesmo tipo de operação, a 3% do patrimônio líquido constante do último balanço patrimonial auditado da sociedade; e, b) a prestação de fiança, aval ou outras garantias pessoais ou reais em nome da sociedade quando a beneficiária for empresa controlada unicamente pela sociedade, direta ou indiretamente.

6.2.2. Na constituição de procuradores, a sociedade será representada por dois diretores, sendo um deles obrigatoriamente o Diretor Presidente ou um Diretor Vice-Presidente.

6.3. **Atribuições** - Além das atribuições normais que lhe são conferidas por lei e por este estatuto, compete, especificamente, a cada membro da Diretoria:

- a) ao Diretor Presidente, presidir as Assembleias Gerais, convocar e presidir as reuniões da Diretoria e supervisionar a atuação desta, estruturar e dirigir todos os serviços da sociedade e estabelecer normas;
- b) aos Diretores Vice-Presidentes e aos Diretores, colaborar com o Diretor Presidente na gestão dos negócios e na direção dos serviços da sociedade;

6.4. **Substituições e Vacância** – Em caso de ausência ou impedimento de qualquer diretor, a Diretoria escolherá o substituto interino dentre seus membros. Em caso de vaga, caberá ao Conselho de Administração decidir sobre o provimento ou não do cargo, interinamente.

6.5. **Representação** – A representação da sociedade far-se-á: a) pelo Diretor Presidente, pelos Diretores Vice-Presidentes e pelos Diretores, sempre em conjunto de dois quaisquer ou qualquer um deles em conjunto com um procurador; ou b) por dois procuradores em conjunto. Fora da sede social, a representação poderá ser feita isoladamente por um procurador, com poderes específicos. Todos os mandatos, exceto os judiciais, terão obrigatoriamente prazo de validade, não superior a um ano.

Art. 7º - CONSELHO FISCAL - A sociedade terá um Conselho Fiscal de funcionamento não permanente, composto de 3 (três) a 5 (cinco) membros efetivos e igual número de suplentes. A eleição, instalação e funcionamento do Conselho Fiscal atenderá aos preceitos dos artigos 161 a 165 e 277 da Lei nº 6404/76.

Art. 8º - ASSEMBLEIA GERAL – Os trabalhos de qualquer Assembleia Geral serão presididos pelo Diretor Presidente, ou seu substituto, e secretariados por um acionista por ele designado.

Art. 9º - EXERCÍCIO SOCIAL - O exercício social terminará em 31 de dezembro de cada ano sendo, entretanto, facultado o levantamento de balanços intermediários, em qualquer data.

Art. 10 - DESTINAÇÃO DO LUCRO LÍQUIDO - Juntamente com as demonstrações financeiras, o Conselho de Administração apresentará à Assembleia Geral Ordinária proposta sobre a destinação do lucro líquido do exercício, observados os preceitos dos artigos 186 e 191 a 199 da Lei nº 6.404/76, e as disposições seguintes:

- 10.1. antes de qualquer outra destinação, serão aplicados 5% (cinco por cento) na constituição da Reserva Legal, que não excederá de 20% (vinte por cento) do capital social;
- 10.2. será especificada a importância destinada a dividendos aos acionistas, atendendo ao disposto no artigo 11 e às seguintes normas:
 - a) cada ação preferencial terá direito a dividendo prioritário mínimo anual de R\$ 0,15 (quinze centavos de real);
 - b) a importância do dividendo obrigatório que remanescer após o dividendo de que trata a alínea anterior será aplicada, em primeiro lugar, no pagamento às ações ordinárias de dividendo igual ao prioritário das ações preferenciais;
 - c) as ações de ambas as espécies participarão dos lucros distribuídos em igualdade de condições, depois de assegurado às ordinárias dividendo igual ao mínimo das preferenciais;
 - d) cada ação preferencial terá direito, em caso de desdobramento, à fração do valor constante da alínea "a" e, em caso de grupamento, a esse valor multiplicado pelo número das ações grupadas;
- 10.3. o saldo terá o destino que for proposto pelo Conselho de Administração, inclusive para a formação da reserva de que trata o artigo 12, "ad referendum" da Assembleia Geral.

Art. 11 - DIVIDENDO OBRIGATÓRIO - Os acionistas têm direito de receber como dividendo obrigatório, em cada exercício, importância não inferior a 25% (vinte e cinco por cento) do lucro líquido apurado no mesmo exercício, ajustado pela diminuição ou acréscimo dos valores especificados nas letras "a" e "b" do inciso I do artigo 202 da Lei nº 6.404/76 e observados os incisos II e III do mesmo dispositivo legal.

- 11.1. A parte do dividendo obrigatório que tiver sido paga antecipadamente mediante dividendos intermediários à conta da Reserva Especial será creditada à mesma reserva.
- 11.2. Por deliberação do Conselho de Administração poderão ser pagos juros sobre o capital próprio, imputando-se o valor dos juros pagos ou creditados ao valor do dividendo obrigatório, com base no artigo 9º, § 7º, da Lei nº 9.249/95.

Art. 12 - RESERVA ESPECIAL - Sob esta denominação será constituída reserva especial objetivando possibilitar a formação de recursos com as seguintes finalidades: a) exercício do direito preferencial de subscrição em aumentos de capital das empresas participadas; b) futuras incorporações desses recursos ao capital social; c) pagamento de dividendos intermediários.

- 12.1. Esta reserva será formada: a) por valores provenientes do saldo do lucro líquido; b) pela parcela revertida da Reserva de Lucros a Realizar para Lucros Acumulados, acrescida da respectiva correção monetária, sem prejuízo do cômputo dessa parcela no cálculo do dividendo obrigatório, no exercício em que for feita a reversão; c) pela reversão, nos termos do subitem 11.1, do valor de dividendos intermediários.
- 12.2. Por proposta do Conselho de Administração serão periodicamente capitalizadas parcelas desta reserva para que o respectivo montante não exceda o limite de 80% (oitenta por cento) do capital social.
- 12.3. A reserva discriminará em subcontas distintas, segundo os exercícios de formação, os lucros destinados à sua constituição e o Conselho de Administração especificará os lucros utilizados na distribuição de dividendos intermediários, que poderão ser debitados em diferentes subcontas em função da natureza dos acionistas.